

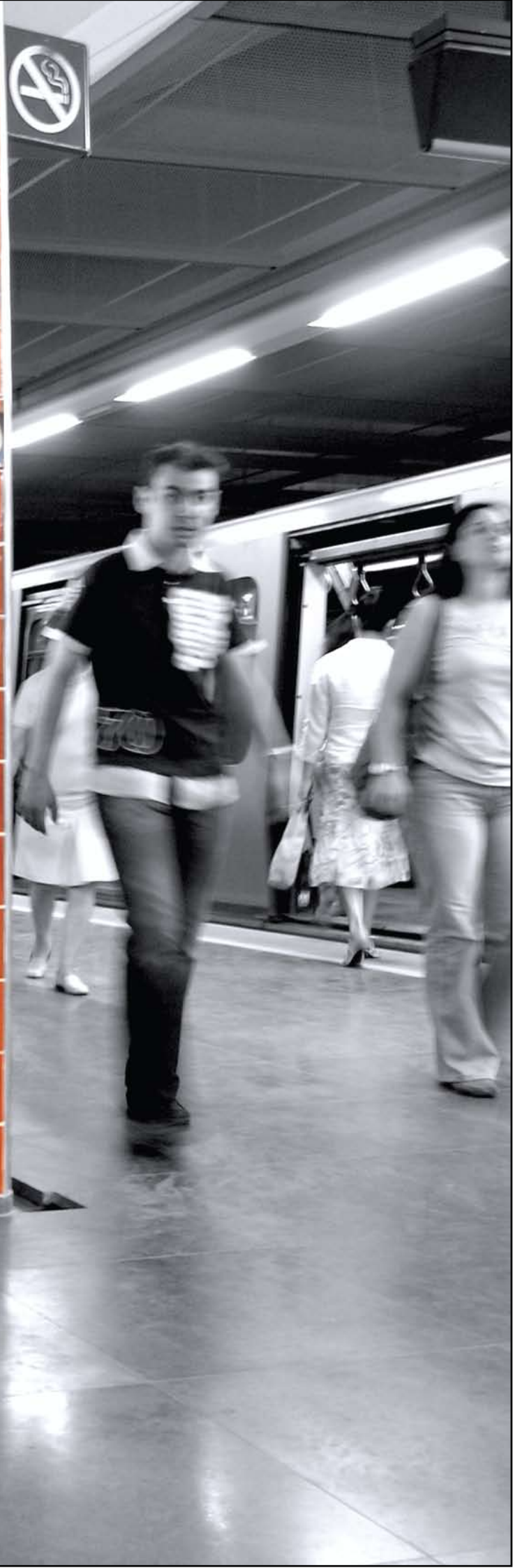
Relatório e Contas de 2006



Metropolitano de Lisboa

Índice

5	1. Mensagem do Presidente
7	2. Governo das Sociedades
19	3. Actividade do Exercício
19	3.1. Aspectos Relevantes
20	3.2. Exploração Comercial
26	3.3. Gestão das Infra-estruturas e Material Circulante
28	3.4. Expansão da Rede do Metropolitano
31	3.5. Investimentos
32	3.6. Gestão de Meios
37	3.7. Economia e Finanças
47	4. Proposta de Aplicação de Resultados
49	5. Demonstrações Financeiras
57	6. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
93	7. Parecer da Comissão de Fiscalização
97	8. Certificação Legal das Contas



Mensagem do Presidente

Tendo assumido funções em 3 de Novembro de 2006, o actual Conselho de Gerência do ML procurou consolidar processos tendentes a um maior controle de custos, privilegiando a eficácia económico-financeira a par da prestação de serviço de qualidade, condição imprescindível para alcançar taxas de penetração mais elevadas do serviço colectivo de transporte de passageiros.

O resultado conseguido em 2006 é o efeito de um acompanhamento e supervisão da exploração rigorosos, mas também de uma conjuntura relativamente benigna para o transporte colectivo induzida pelos aumentos dos preços dos combustíveis.

A melhoria dos Resultados Líquido e Operacional em 2006 é fruto essencialmente de uma redução nas provisões com as Pensões, de uma redução conseguida nos juros da dívida, num ambiente de aumento de taxas de juro e de contínuo aumento do passivo bancário remunerado, bem como do reforço do subsídio à exploração operado pelo Estado, accionista único.

O Metropolitano de Lisboa, sendo um operador pesado e fundamental na Área Metropolitana de Lisboa, tem responsabilidades acrescidas no suporte à mobilidade da região. A sustentabilidade da nossa operação e a manutenção de elevados padrões de segurança e qualidade são objectivos constantes do Metropolitano de Lisboa.

Tem sido possível, apesar do défice operacional, continuar a assegurar a oferta, o alargamento programado da rede e conter alguns dos custos operacionais mais relevantes com particular incidência para os relativos à energia e recursos humanos, melhorar a receita (+ 9,2%) e estabilizar o número de passageiros transportados com títulos de transporte contra a tendência generalizada do sector.

Os factores estruturais na génese do défice operacional mantêm-se inalterados. A fraca remuneração propiciada pelo tarifário, a onerosa estrutura contratual assumida no passado, a falta de contratualização do serviço público a que o Metro se obriga, são vectores que condicionam fortemente a pendente económica e financeira.

Os investimentos que o Metropolitano tem efectuado ao longo da última década no alargamento da sua rede explicam uma parte substantiva do seu passivo. Apesar das comparticipações comunitárias e do esforço financeiro do Estado Português, a quota do Metropolitano no seu financiamento tem sido importante.

É de salientar que, no futuro o Metropolitano de Lisboa não beneficiará de ajudas Comunitárias substanciais na medida em que Lisboa deixou de ser uma área objecto do Quadro Comunitário de Apoio, pelo que todos os ulteriores alargamentos de rede se deverão efectuar com recurso a financiamento interno, quer por via bancária, quer por eventuais apoios do Estado.

Muito embora sendo públicas as razões para a existência de um rácio de cobertura dos custos pela receita directa de apenas 33%, ou de 47% graças aos apoios do Estado, não é menos verdade o facto de o modo de transporte a que se presta o Metropolitano obrigar à construção/manutenção da infra-estrutura, situada em áreas urbanas densas e que requerem cuidados e exigências peculiares com repercussão quer nos custos de construção quer nos de manutenção.

Estas são as dificuldades de manter uma operação de serviço público em modo subterrâneo.

Mas o modelo de exploração metropolitano é também garante de rapidez, comodidade, capacidade, baixas emissões de carbono e de sustentabilidade ambiental.

Os motivos que levaram à criação do Metropolitano de Lisboa, há 59 anos, mantêm-se assim ainda mais actuais. Os motivos que promoveram o acumular de déficits de exploração sucessivos, deverão, com tempo, ser corrigidos – pelo lado dos custos, das receitas de exploração e sobretudo pela consolidação de um modelo de exploração, gestão e financiamento da infra-estrutura mais adaptado à realidade.

Os constrangimentos financeiros do Estado Português, as novas exigências comunitárias sobre o sector de transporte colectivo de passageiros e a necessidade de manter um serviço de qualidade como suporte à mobilidade da área de Lisboa são elementos estruturantes para uma reflexão séria sobre o modelo de gestão futuro.

Uma palavra de agradecimento pela colaboração, sempre atenta e franca, da Comissão de Fiscalização, dos nossos auditores externos e Revisor Oficial de Contas.

Finalmente, após anos de expansão programada da rede, é necessário assegurar a perenidade da operação do Metropolitano. A Empresa Pública, Metropolitano de Lisboa, EP tem uma obrigação para com os seus clientes.

Dado seu estatuto de Empresa Pública também tem obrigações para com os contribuintes.

É, assim, desejável que se entenda esta dupla vertente por todos os agentes activos no Metropolitano de Lisboa. Os nossos clientes e a cidade assim o merecem.



Joaquim Reis





Governo das Sociedades

Dando cumprimento às orientações emanadas pelo Ministério das Finanças e Administração Pública – Direcção Geral do Tesouro, bem como ao disposto nas Resoluções de Conselho de Ministros n.º 121/2005, de 1 de Agosto e n.º 155/2005, de 9 de Setembro, que prevê a inclusão do tema “ Governo das Sociedades” no Relatório de Gestão, apresenta-se no presente capítulo, breve descrição sobre os aspectos considerados fundamentais para a prática dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado.

2.1 Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

Missão

A Missão do ML é a prestação do Serviço Público de Transporte Colectivo de Passageiros em modo ferroviário utilizando o subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes.

Objectivos e Políticas da Empresa

Antecipar e responder, tempestivamente, às necessidades do mercado e às expectativas dos clientes, mediante:

- a) Melhoria da capacidade, da qualidade e da fiabilidade do serviço oferecido;
- b) Concretização e desenvolvimento da Rede em tempo e dentro de princípio de racionalidade económico-financeira.

Assegurar o serviço oferecido garantindo a sustentabilidade social, económico-financeira e ambiental, mediante:

- a) Racionalização dos custos de exploração;
- b) Melhoria do rendimento energético e da sustentabilidade ambiental;
- c) Gestão virada para o cliente e para a promoção da mobilidade.

Contribuir para o desenvolvimento sustentado do sistema de transportes na Área Metropolitana de Lisboa:

- a) Promovendo soluções para a gestão eficaz do sistema de transportes;
- b) Contribuindo para uma adequada articulação com outros modos de transporte colectivo:
 - visando um melhor planeamento da exploração;
 - uma melhor articulação tarifária;
 - a definição de políticas para uma gestão articulada dos Recursos e Meios;
 - a promoção conjunta do Transporte Colectivo.

2.2 Regulamentação Interna e Externa a que a Empresa está especificamente sujeita

A actividade do ML é regulada por um conjunto de diplomas de natureza interna e/ou externa, entre os quais se destacam os seguintes:

De Natureza Interna:

- Acordo de Empresa I (AE I), aplicável à generalidade dos Trabalhadores;
- Acordo de Empresa II (AE II), aplicável aos Trabalhadores Licenciados e Bacharéis.
O Acordo Colectivo de Empresa (AE) é o instrumento que regula as relações de trabalho (os direitos e deveres) entre o ML e os seus Trabalhadores, nas matérias que não caem no âmbito da imperatividade legal;
- O Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P. (em vigor desde Julho de 2006) foi criado com o objectivo de “... enquadrar os princípios estruturantes e valores centrais da Empresa num conjunto de regras éticas e deontológicas que se impõem à consciência colectiva como modelo comportamental, que devem ser observadas na acção quotidiana.” Todos os Colaboradores do ML deverão, no âmbito das suas funções e competências, observar os princípios, regras de conduta e valores nele constantes.



Para além dos normativos acima referidos existem ainda um conjunto significativo de outros normativos internos que se revestem de força obrigatória, de que se destacam os seguintes: Regulamento de segurança, Regulamento de circulação de comboios, Regulamento de controlo de alcoolémia, Regulamento de vestuário de trabalho, Regulamento de sinalização, Regulamento de utilização das redes de telecomunicações, Normativo interno sobre condições e procedimentos de acesso às vias electrificadas, Normativo interno sobre estabelecimento de zonas de trabalho sem tensão e circulações de serviço para trabalhos nocturnos.

De Natureza Externa:

Entre outros diplomas de carácter geral, cumpre destacar os seguintes:

- Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro, publicado no D.R. n.º 299, de 30 de Dezembro (1ª série – 2º suplemento), que aprova os Estatutos do ML;
- Regulamento 1164/94, de 16 de Maio, no caso do investimento subvencionado pelo Fundo de Coesão;
- Regulamento 1260/99, de 21 de Junho, no caso do investimento subvencionado pelo Feder;
- Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas;
- Decreto-Lei n.º 223/01, de 9 de Agosto, que estabelece os procedimentos a observar na contratação de empreitadas, fornecimentos e prestações de serviços nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações (transpõe a Directiva 93/38/CEE de 14 de Junho);
- Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2000/52/CE da Comissão, de 26 de Julho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas, bem como, à transparência financeira relativamente a determinadas empresas;
- Directiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais;
- Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços;
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público;
- Decreto-Lei n.º 69/2007, de 26 de Março, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva 2005/81/CE da Comissão, de 28 de Novembro, relativa à transparência das relações financeiras entre os Estados membros e as empresas públicas, bem como à transparência financeira relativamente a certas empresas.

2.3 Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

Tendo por base o volume financeiro dos Contratos e/ou Notas de Encomenda estabelecidas com Empreiteiros e Fornecedores, destacam-se as principais transacções ocorridas em 2006:

Empreiteiros (Obras):

- SOMAGUE, BPC, ENGIL, SPIE, BES
Prolongamento Alameda/S. Sebastião – Ad. n.º 4 ao ML 053/03 e Ad. n.º 5 ao ML 053/03;
- ZAGOPE/EFACEC – Acabamentos Estação Alvalade – Baixa Tensão: ML 008/06;
- METROPAÇO – Trabalhos de Const. de TP, S.A. – Estruturas Internas de Terreiro do Paço: ML 139/03-05;
- LINHA METRO – Emp. Metropolitano de Lisboa – Toscos da Galeria Alfarelos/Falagueira: Ad. n.º 3 ao ML 084/01;
- SOTÉCNICA – Soc. Electrónica, S.A. – BT/Telecomunicações troço 61º e 65º (BX/SP): ML 053/06.

Fornecedores (Materiais, Equipamentos ou Serviços):

- EDP – Distribuição Energia, S.A.
- 2045 Empresa de Segurança, S.A.
- IBERLIM – Soc. Tec. de Limpezas, S.A.
- CORUS RAIL FRANCE, S.A.
- INDRA SISTEMAS, S.A.

2.4 Informação sobre Outras Transacções

Em matéria de aquisição de bens e serviços o regime aplicado foi o constante no Decreto-Lei n.º 223/01, de 9 de Agosto.

Adjudicações cujo objecto consistiu em entregas complementares por Fornecedores iniciais, destinadas a ampliação/substituição parcial de equipamentos ou instalações já existentes (motivadas pela necessidade de compatibilidade técnica com o material técnico já existente na Empresa) foram realizadas ao abrigo do disposto nas alíneas c) e g), do n.º 1, do DL 223/2001, de 9 de Agosto.

Entre estes destacam-se:

- INDRA SISTEMAS, S.A. – Sistema de Bihética M€ 1,6

Material sobresselente para Material Circulante:

- SIEMENS, S.A. M€ 1,3
- KNORR BREMSE AG m€ 463
- DELLNER COUPLERS AB m€ 13

Ao nível dos prestadores de serviços EDP e EPAL os valores facturados em 2006 foram respectivamente de M€ 5,3 e m€ 333.

No respeitante às empreitadas, foram adjudicadas em 2006, por meio de ajuste directo (ao abrigo do disposto nas alíneas d) e e) do n.º 2 do art. 48º do DL 59/99, de 2 de Março), 53 empreitadas, que perfazem o total de m€ 234.

2.5 Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais

O Metropolitano de Lisboa, E.P. (“Empresa”) resultou da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de Junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L. tendo-lhe sido conferida a sua actual denominação e atribuído o seu actual estatuto de empresa pública, pelo Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro.

A Empresa tem por objecto principal a manutenção e desenvolvimento do funcionamento regular do serviço público de transporte colectivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes.

A Empresa opera no âmbito do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a actividade das empresas públicas, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário, investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

2.5.1 – Membros dos Órgãos Sociais

Conselho de Gerência

Presidente	Dr. Joaquim José Oliveira Reis
Vogal	Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia
Vogal	Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob
Vogal	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal	Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette

Nota: Conselho de Gerência nomeado por RCM n.º 101/2006, de 2 de Novembro, em funções desde o dia 3 de Novembro.



Comissão de Fiscalização

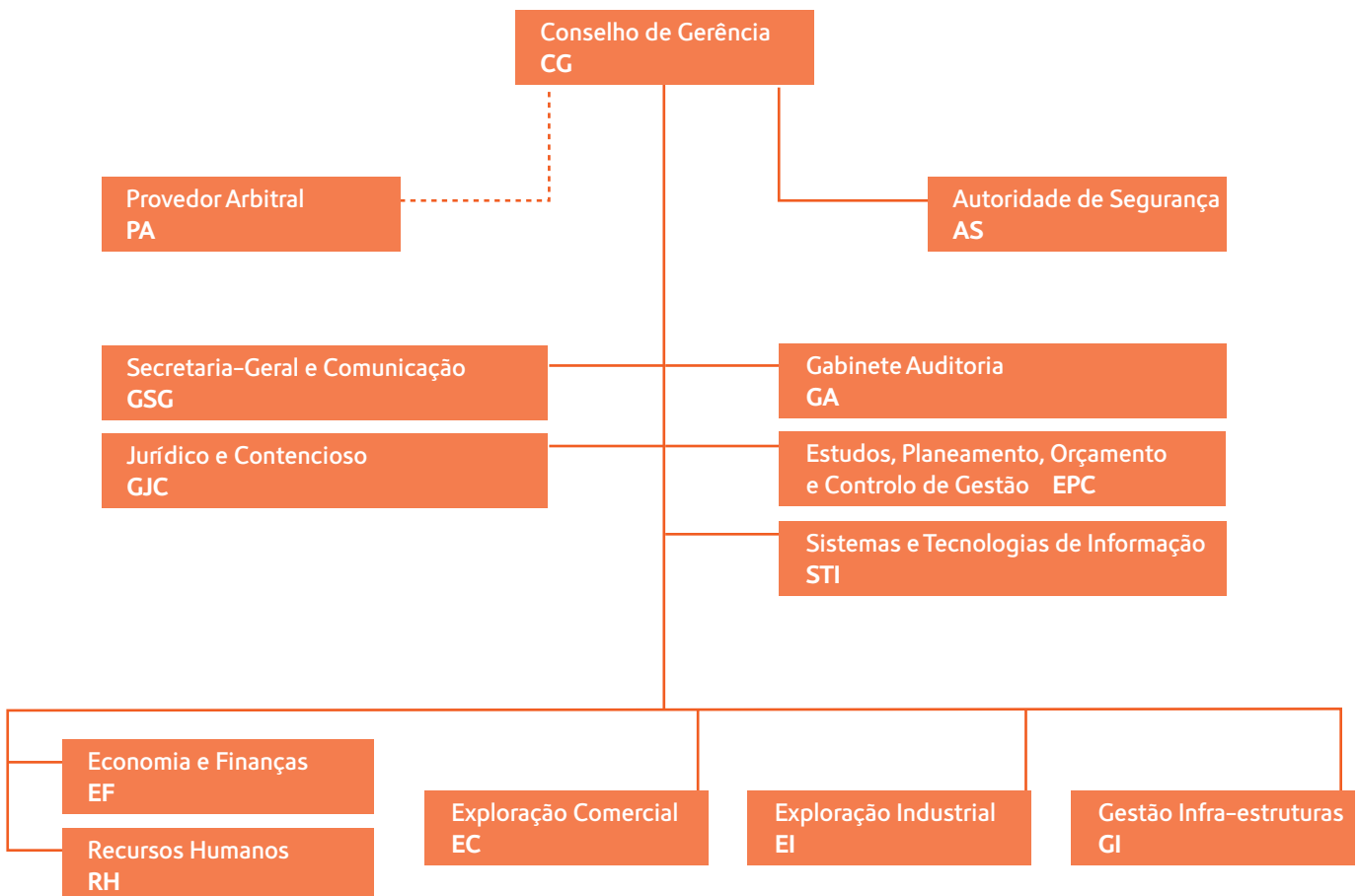
Presidente Dr. Renato Augusto Vieira Campos
Vogais Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC, representada por:
 Dr. José Jorge da Costa Martins Reimão
 Dr. Evaristo da Cruz Branquinho

Nota: Nomeada por Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado dos Transportes de 26 de Outubro de 1998.

Competências dos Membros do Conselho de Gerência

O Conselho de Gerência, na sequência das deliberações tomadas sobre a estrutura da Empresa, não obstante constituir, e se assumir como, uma Equipa de Gestão da Empresa, decidiu cometer a cada um dos seus membros a responsabilidade imediata pela gestão corrente das seguintes áreas ou Actividades do Metropolitano de Lisboa:

Organigrama Geral



Funções e Responsabilidades

Dr. Joaquim Reis, Presidente (PCG):

Representação Institucional do ML
 Autoridade de Segurança
 Secretaria-Geral e Comunicação
 Economia e Finanças
 Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente orçamento e controlo de gestão)
 Sistemas e Tecnologias de Informação
 Gabinete de Auditoria

Participadas:

Presidente do CA da Ferconsult, S.A.
 Presidente do CA da Metrocom, S.A.
 Presidente da AG da Ensitrans, A.E.I.E.
 Vogal da Trem, A.C.E.
 Vogal da Trem II, A.C.E.

Eng.º Luís Morais Correia (vogal substituto do Presidente):

Gestão de Infra-estruturas
 Gestão de Projectos e Obras de Expansão e Modernização da Rede
 Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente gestão e projecto de obra)

Participadas:

Vogal da Ferconsult, S.A.
 Vogal da Ensitrans, A.E.I.E.
 Vogal da SOTRANS, S.A.

Eng.º Jorge Jacob (vogal):

Exploração Comercial
 Exploração Industrial
 Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente comercial e expansão)
 Desenvolvimento da função Marketing Estratégico e Operacional;
 Património Artístico e Histórico, conjuntamente com o CG/Dr. Pedro Bogas;

Participadas:

Vogal da Publimetro, S.A.
 Presidente da AG da Metrocom, S.A.

Dr. Pedro Bogas (vogal):

Recursos Humanos
 Gabinete Jurídico e de Contencioso
 Património Artístico e Histórico, conjuntamente com o CG/Eng.º Jorge Jacob

Participadas:

Vogal da Publimetro, S.A.
 Presidente da AG da Ferconsult, S.A.
 Presidente da AG da Sotrans, S.A.

Dr. Miguel Roquette (vogal):

Provedor Arbitral
 Relações com a Câmara Municipal de Lisboa, acompanhando a vertente institucional a cargo do PCG.

Participadas:

Presidente da AG da Publimetro, S.A.
 Presidente da AG da Gil, S.A.

Auditoria

Relativamente à existência de auditores externos importa referir que as contas da Empresa são auditadas anualmente por entidades independentes, verificando-se complementarmente por indicação da Tutela, Comissão Europeia e Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, a realização de auditorias aos projectos em curso, com especial incidência nos co-financiados pelos Fundos Comunitários, pelo Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças e entidades de Controlo da Comissão Europeia (IOT) .



2.6 Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Nos quadros seguintes apresentam-se as remunerações ilíquidas auferidas, em 2006, pelos actuais membros do Conselho de Gerência do ML, Comissão de Fiscalização, bem como do anterior Conselho de Gerência.

2.6.1 Conselho de Gerência nomeado em 3.11.2006

Estatuto Remuneratório do Órgão de Gestão - 2006

Base de cálculo => Grupo A - Grau de Complexidade 1

	Joaquim Reis Presidente	Jorge Jacob Vogal Executivo	Luis Morais Correia Vogal Executivo	Pedro Bogas Vogal Executivo	Miguel Roquette * Vogal Executivo
	Un: €	Un: €	Un: €	Un: €	Un: €
1. Remuneração					
Vencimento base	9.188,26	8.128,08	8.128,08	8.128,08	42.041,80
Despesas de representação ^(a)	3.215,89	2.438,42	2.438,42	2.438,42	12.612,50
Remuneração adicional ^(b)	1.631,06	1.631,06	1.631,06	1.631,06	1.631,06
Subsídio de Férias / Natal	466,35	420,65	420,65	420,65	7.709,96
Outras remunerações ^(c)	--	--	--	--	--
2. Outras regalias e compensações					
Plafond máximo para uso de telemóvel	135 €/ mês	135 €/ mês	135 €/ mês	135 €/ mês	135 €/ mês
Renting - viatura de serviço ^(e)	2.016,00	--	--	--	--
V. aquisição, pela empresa, viatura serviço ^(f)	--	44.213,00	41.782,00	41.782,00	40.323,00
Valor combustível gasto c/ viatura serviço	347,30	564,03	211,86	132,03	1.364,72
Subsídio de deslocação (ano 2006)	--	--	--	--	--
Subsídio de refeição	não atrib.	não atrib.	não atrib.	não atrib.	não atrib.
3. Encargos com benefícios sociais					
Segurança social obrigatório	2.398,20	--	2.163,20	2.163,20	10.918,87
Planos complementares reforma	não	não	não	não	não
Seguros de vida	não	não	não	não	não
Seguros de saúde ^(d)	ML	ML	ML	ML	ML
Informações adicionais					
Opção pelo vencimento de origem	não	não	não	não	não
Regime de Segurança social	Seg. Social	CGA	Seg. Social	Seg. Social	Seg. Social
Cumprimento n.º 7 da RCM 155/2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ano de aquisição de viatura pela empresa	2005	2000	2000	2000	2000
Opção de aquisição viatura de serviço	não	não	não	não	não
Usufruto de casa de função	não	não	não	não	não
Exer. funções remuneratórias fora grupo					
	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Eng.º Mineiro Aires	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Dr. José O'Neill	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Eng.º Gama Prazeres	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Dr. Arnaldo Pimentel	

* Nomeado em 1.3.2006 e Renomeado em 3.11.2006

	Renato Campos Presidente	Evaristo Branquinho Vogal
	Un: €	Un: €
Remuneração		
Vencimento base	14.257,68	11.406,12
Subsídio de Férias / Natal	2.376,28	1.901,02
Regime Segurança Social	--	Seg. Social
Segurança social obrigatório		3.160,48

2.6.2 Membros do Conselho de Gerência que cessaram funções em 3.11.2006

Os anteriores membros do Conselho de Gerência que foram nomeados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71/2003, de 22 de Abril, foram: o Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires (Presidente) e os vogais Dr. Arnaldo José Pinto de Oliveira Pimentel, Eng.º Luís Manuel de Oliveira Gama Prazeres e Dr. José Maria Franco O' Neill. Estes cessaram as suas funções em 3.11.2006. O Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette foi reconduzido por proposta da Câmara Municipal de Lisboa.

Estatuto Remuneratório do Órgão de Gestão - 2006

Base de cálculo => Grupo A - Grau de Complexidade 1

	Mineiro Aires Presidente	Arnaldo Pimentel Vogal executivo	José O'Neill Vogal executivo	Gama Prazeres Vogal Executivo
	Un: €	Un: €	Un: €	Un: €
1. Remuneração				
Vencimento base	48.000,76	42.462,22	42.462,22	42.462,22
Despesas de representação ^(a)	16.800,24	12.738,63	12.738,63	12.738,62
Remuneração adicional ^(b)	8.520,87	8.520,87	8.520,87	8.520,87
Subsídio de Férias / Natal	5.596,20	5.047,83	5.047,83	--
Outras remunerações ^(c)	26.242,63	23.052,04	22.731,12	14.321,84
2. Outras regalias e compensações				
Plafond máximo para uso de telemóvel	135 €/ mês	135 €/ mês	135 €/ mês	135 €/ mês
Renting- viatura de serviço ^(e)	10.082,00	--	--	--
V. aquisição, pela empresa, viatura serviço ^(f)	--	41.782,00	44.213,00	41.782,00
Valor combustível gasto c/ viatura serviço	2.350,25	1.169,82	2.008,49	1.646,36
Subsídio de deslocação (ano 2006)	99,76	249,40	498,80	448,92
Subsídio de refeição	não atrib.	não atrib.	não atrib.	não atrib.
3. Encargos com benefícios sociais				
Segurança social obrigatório	--	16.581,77	16.492,37	17.258,29
Planos complementares reforma	não	não	não	não
Seguros de vida	não	não	não	não
Seguros de saúde ^(d)	ML	ML	ML	ML
Informações adicionais				
Opção pelo vencimento de origem	não	não	não	não
Regime de Segurança social	CGA	Seg. Social	Seg. Social	Seg. Social
Cumprimento n.º 7 da RCM 155/2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ano aquisição de viatura pela empresa	2005	2000	2000	2000
Opção de aquisição viatura de serviço	não	não	não	não
Usufruto de casa de função	não	não	não	não
Exer. funções remuneratórias fora grupo				

(a) o subsídio para despesas de representação fixado por Despacho Ministerial corresponde a € 1.663,39 e € 1.261,25 mensais, respectivamente para o Presidente e para os vogais do Conselho de Gerência.

(b) 30% do valor padrão constante no despacho n.º 8035/2002 de 26 de Março (actualmente fixado em € 2.812,16), a qual desde essa data, resulta em € 843,65 mensais, decorrente do facto de também exercerem funções de gestão nas empresas ou entidades onde o ML detém participações sociais.

(c) contas de saída por motivo de exoneração.

(d) Seguro geral da Empresa - caso o pretendam, cada membro do CG, pode suportar a expensas próprias, o custo mensal da extensão do seguro ao seu familiar (€ 45,12 pelo cônjuge, € 27,97 por cada filho menor, e € 44,67 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.

(e) o valor do renting inclui a renda (+IVA a 21%) e seguro anual.

(f) o valor da aquisição das viaturas inclui IVA a 17%.



2.7 Sustentabilidade nos domínios Económico, Social e Ambiental

A Empresa, à semelhança do que vem sendo feito nos últimos dois anos, produzirá em 2007 o Relatório de Sustentabilidade de 2006, onde é avaliada de forma exaustiva o seu desempenho nestas matérias, que se tem pautado por constantes preocupações de ordem social, ambiental e de sustentabilidade, bem como por um esforço significativo ao nível da poupança de energia.

Uma vez que é expectável a edição a curto prazo do Relatório de Sustentabilidade, far-se-á, no presente capítulo, apenas um breve enquadramento da estratégia do ML, para cada um dos três vértices da Sustentabilidade: Ambiente, Economia e Sociedade.

Plano Ambiental

Dar continuidade à implementação e melhoria de procedimentos ambientais, bem como à promoção das seguintes acções:

- acompanhamento da elaboração de Estudos de Impacte Ambiental para os novos prolongamentos e, nos casos em que tal é legalmente exigido, da respectiva Avaliação de Impacte Ambiental;
- acompanhamento Ambiental das empreitadas de construção em curso ou a iniciar;
- integração dos objectivos do Protocolo de Quioto nos objectivos ambientais da Empresa;
- planificação e implementação de acções visando a atenuação dos impactes ambientais negativos das instalações existentes, particularmente no que se refere à atenuação dos níveis de ruído e de vibrações e à melhoria da qualidade do ar nas estações do ML, bem como à plena implementação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos;
- implementação do Sistema de Gestão Ambiental, segundo a NP EN ISO 14001:2004, a curto/médio prazo, para determinadas áreas da Empresa;
- iniciação dos trabalhos referentes à contabilidade ambiental.

Plano Económico

- melhoria dos processos e da sua condução, orientados para o Cliente, baseados numa gestão competitiva e de mercado;
- maximização dos proveitos e contenção dos custos correntes, alicerçada na promoção do aumento da procura e da melhoria da produtividade;
- definição do modelo de financiamento público da actividade e do investimento nos transportes públicos, de modo a permitir a estabilidade no prosseguimento dos investimentos necessários à expansão da rede e a cobertura das despesas de funcionamento;
- maior inovação tecnológica, indutora de maior produtividade;
- maior e melhor integração intermodal, por forma a melhorar a qualidade do serviço e a qualidade percebida pelos Clientes, gerando efeitos de crescimento de procura e sustentabilidade de tarifário mais elevado.

Plano Social

Ao nível interno, as orientações continuarão a ser as seguintes:

- melhoria da produtividade, através do desenvolvimento de competências individuais;
- racionalização do trabalho, mediante a adequação das competências às necessidades da Empresa;
- motivação, através do favorecimento sustentado de uma prática de elevados desempenhos e da avaliação do desempenho;
- desenvolvimento de uma prática social indutora de uma sustentada paz social.

No plano externo promover-se-ão as seguintes acções:

- desenvolvimento dos projectos de intermodalidade;
- evolução dos sistemas de bilhética;
- pontualidade crescente das composições;
- valorização social ou cultural dos espaços;
- facilitação da acessibilidade a Clientes com mobilidade reduzida;
- melhoria da sinalética e do sistema de informações;
- promoção das condições de segurança dos Clientes e da qualidade do atendimento ao público.

2.8 Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação

A Empresa produz anualmente três documentos, entre outros, que definem a missão, objectivos e os seus princípios gerais de actuação:

- um de carácter prospectivo, denominado Plano de Empresa, onde se encontra definida a missão, os objectivos, os princípios gerais de actuação, metas e resultados expectáveis para o triénio e os Indicadores Previsionais de Gestão;
- um segundo referente às contas e à actividade desenvolvida no ano anterior;
- e um terceiro relativo à Sustentabilidade.

Estes documentos são, após aprovação pela tutela, divulgados interna e externamente através de brochuras produzidas para o efeito, bem como através do site do ML e do Portal.

Estruturas de Administração e de Fiscalização

Os membros do Conselho de Gerência são, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 11º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro, em conjugação com o n.º 4 do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, nomeados e exonerados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nos termos do n.º 2 do referido artigo 11º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P. um dos vogais, assim proposto e nomeado, é designado pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

A Comissão de Fiscalização, composta por um presidente, um vogal em representação da SROC e um vogal em representação da Comunidade de Trabalho, foi nomeada por despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e do Secretário de Estado dos Transportes.

Remuneração e Outros Direitos

O ML divulga publicamente, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas auferidas, em cada ano, por cada membro do órgão de administração, as remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização, bem como os demais benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, a utilização de viatura de serviço e outros benefícios concedidos pela empresa.

Divulgação de Informação Relevante

Desde Abril de 2005, que se encontra em funcionamento e constante actualização o Portal do ML, com o principal objectivo de melhorar a comunicação interna no seio da Empresa, facilitando o acesso à informação (na sua maioria documental) e aos sistemas da empresa, por todo o seu universo de colaboradores.

O Portal está vocacionado para suportar os conteúdos que constituem a base de conhecimento da empresa, entre os quais se realça:

- informação corporativa e institucional da empresa;
- informação técnica de cada um dos órgãos do ML;
- informação técnica de carácter social;
- notícias internas ou relevantes para o ML;
- documentos que careçam de funcionalidades de subscrição e/ou divulgação por um número elevado de empregados do Metropolitano.

Em Agosto de 2006, entrou em funcionamento uma nova versão do Site Oficial do ML na Internet, que constitui a primeira grande remodelação do Site (existente desde Maio de 1998), quer do ponto de vista das funcionalidades disponibilizadas, quer no que respeita à estrutura de produção de conteúdos e à tecnologia utilizada.



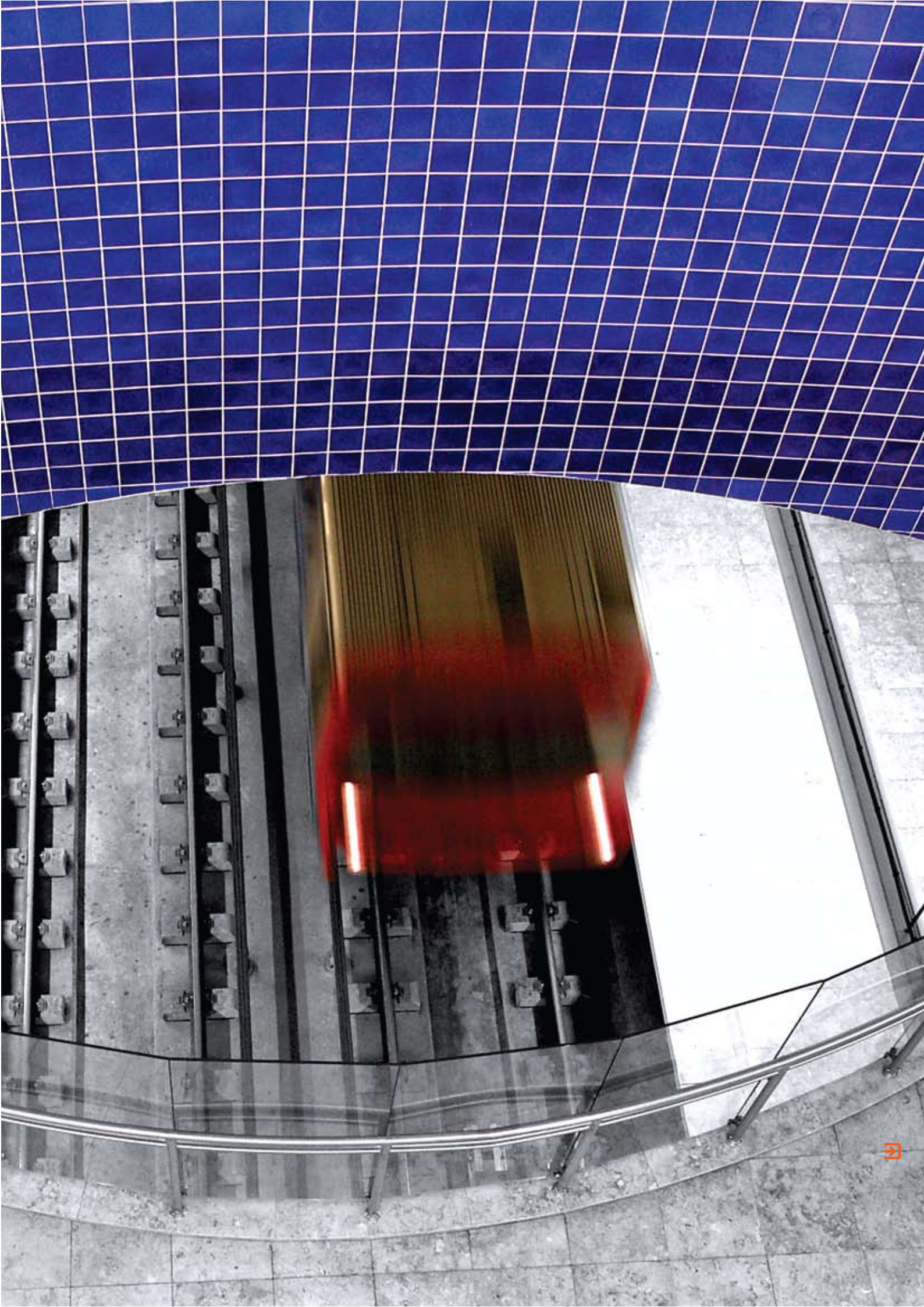
2.9 Código de Ética

No dia 1 de Julho de 2006 entrou em vigor o primeiro “Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.” que veio permitir à Empresa assumir, no sector que opera, uma atitude e imagem pioneira, moderna e transparente no que diz respeito aos seus valores, competências e responsabilidades.

O Código de conduta tem como principais objectivos enquadrar os princípios estruturantes e valores centrais da Empresa num conjunto de regras éticas e deontológicas que se impõem à consciência colectiva como modelo comportamental, que devem ser observadas na acção quotidiana.

Este documento encontra-se disponível para consulta externa no site da empresa. O mesmo foi ainda distribuído individualmente a cada colaborador em formato papel e divulgado internamente através do Portal do ML.





Actividade do exercício

3.1 Aspectos Relevantes

Em relação a 2006, cumpre destacar os seguintes acontecimentos :

- Alargamento em 9 de Junho da cobertura de rede móvel a todas as linhas do ML, tendo-se disponibilizado a todos os clientes a possibilidade de utilização do telemóvel em todas as linhas, acessos, átrios, plataformas e túneis do ML.
- Entrada em vigor, a 1 de Julho, do primeiro “Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.”
- Entrada em funções do novo Conselho de Gerência em 3 de Novembro de 2006, nomeado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2006, de 30 de Novembro, para um mandato de três anos.
- A conquista pelo ML do 1º lugar no “Índice de Satisfação do Cliente 2005”, entre um conjunto de operadores de transporte público de passageiros da AML.

Ao nível dos empreendimentos:

- Abertura à exploração respectivamente em Abril e Outubro de 2006, do átrio Sul e do átrio Norte da estação Roma, e em Agosto de 2006 do átrio Sul da estação Alvalade, no âmbito do projecto em curso de remodelação das estações da linha Verde;
- Lançamento a 26 de Maio do Concurso Público Internacional para a execução dos toscos entre a estação Oriente e a estação Aeroporto, cujo procedimento esteve suspenso entre Novembro de 2006 e Fevereiro de 2007, por decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, em resultado da providência cautelar interposta por um dos consórcios concorrentes.

Relativamente ao ambiente:

- Obtenção, em Novembro, dos resultados de avaliação dos níveis de radiação electromagnética, emitidos pelos vários sistemas de comunicação presentes no interior das infra-estruturas do ML, efectuado pelo Instituto de Telecomunicações, nos termos do qual se concluiu ser segura a exposição à radiação, a que estão sujeitos os colaboradores e clientes do ML.
- Início em Dezembro do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do prolongamento da linha Azul: Amadora Este / Reboleira.

Ao nível dos Recursos Humanos:

- Verificaram-se 8 meios dias de greve por ausência de entendimento entre as Associações Sindicais e o Conselho de Gerência do ML quanto à prorrogação da data de vigência dos Acordos de Empresa.
- Obtenção da mais baixa taxa de absentismo dos últimos 6 anos (7,72 %), inflectindo a tendência de ligeiro aumento verificada em 2005.

Economia e Finanças:

- Melhoria do Resultado Líquido do exercício negativo, de m€ 162.035 para m€ 146.944, explicada essencialmente pela melhoria em 10,2% dos Resultados Operacionais, bem como dos Resultados Financeiros (+9,3%).



3.2 Exploração Comercial

Procurando a área de Exploração Comercial antecipar e responder em tempo útil e de forma efectiva às necessidades do mercado e às expectativas dos clientes, a sua actividade centrou-se no aumento da sua eficácia operacional, através da melhoria da capacidade, qualidade e fiabilidade do serviço oferecido, com respeito pela necessária racionalização dos custos de produção.

Com influência na política comercial desenvolvida, ao nível da oferta e da procura e consequentemente das receitas, destacam-se em 2006 as seguintes ocorrências:

- manutenção do encerramento do túnel ferroviário do Rossio, que obrigou à abertura de parte da rede do ML;
- realização do Rock in Rio;
- no âmbito do sistema de bilhética sem contacto:
 - o início da venda dos bilhetes simples 10 unidades no cartão 7 Colinas, para além dos bilhetes combinados com a Carris, disponíveis na rede de máquinas automáticas;
 - e o acesso ao carregamento dos passes combinados já desmaterializados na rede Multibanco, nomeadamente passes próprios Carris e Metro e passes combinados Carris/Metro.
- a ocorrência de duas actualizações tarifárias no decurso de 2006.

3.2.1 Evolução dos Passageiros Transportados pelo Metropolitano

No período de 2002 a 2006 foi possível alcançar uma estabilização no número de passageiros transportados. A ligeira descida verificada em 2006 é justificada pelo decréscimo dos passageiros transportados com título pago resultante da necessidade de manter parte dos canais de acesso abertos em virtude da prestação do serviço alternativo à CP ocasionado pelo encerramento do túnel do Rossio.

Esta situação alterada apenas em Fevereiro de 2007, levou a que o ML mantivesse ao longo de todo o ano de 2006, os canais de acesso de três estações da linha Azul e das estações da linha Amarela, entre o Campo Grande e o Marquês de Pombal abertos, de modo a permitir que os passageiros com título válido da CP pudessem deslocar-se gratuitamente na rede ML, o que acabou por implicar um aumento dos níveis de fraude, nomeadamente na linha Amarela.

O índice de “passageiros x km transportados” apresentou, dada a inexistência de alterações ao percurso médio por passageiro, uma evolução idêntica à dos passageiros transportados.

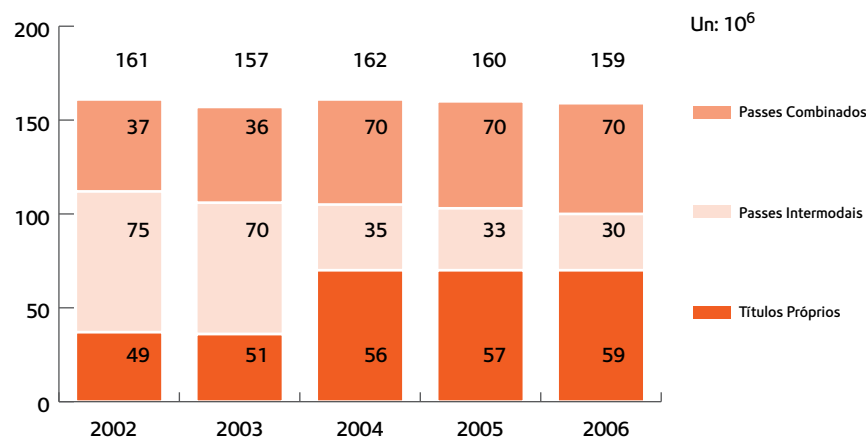
	2002	2003	2004	2005	2006	Var. % 2006/2005	Un: 10 ³ Var. % 2006/2002
Títulos Próprios	48.717	50.863	56.175	57.132	58.528	2,44	20,14
Passes Intermodais	74.996	70.086	35.288	32.589	30.384	-6,76	-59,49
Passes Combinados	36.778	35.577	70.123	70.414	69.904	-0,73	90,07
Total Pagos	160.491	156.526	161.586	160.135	158.816	-0,82	-1,04
Fraude e Gratuitos	19.861	19.603	18.064	25.309	25.159	-0,59	26,68
Total	180.352	176.128	179.650	185.444	183.975	-0,79	2,01
Percurso médio por passag. (km)	4,20	4,20	4,46	4,65	4,65	0,00	10,71
Pass. x km Transportados	757.478	739.739	801.210	862.313	855.484	-0,79	12,94

3.2.2 Passageiros Transportados por Título de Transporte ¹

O número de passageiros transportados pelo Metropolitano de Lisboa não apresenta uma distribuição uniforme pelos diferentes títulos de transporte.

Conforme se ilustra no gráfico seguinte, em 2006 manteve-se a tendência verificada nos últimos anos de crescimento dos passageiros com títulos próprios ML, em detrimento dos Passes Intermodais, originando um impacto positivo ao nível das receitas, dada a diferença substancial de remuneração unitária destes dois títulos.

Evolução do número de passageiros com títulos de transporte pago



3.2.3 Evolução das Receitas de Tráfego

No decorrer do ano de 2006 verificaram-se duas actualizações tarifárias: a primeira, em Janeiro, correspondeu à actualização anual, e a segunda em Julho, visou compensar o aumento dos custos dos combustíveis.

Títulos de Transporte	2005		2006	
	01-Mai	01-Nov	01-Jan	01-Jul
Bilhetes Metro				
Simples - 1 zona	0,70	0,70	0,70	0,70
Simples - 2 zonas	1,00	1,00	1,00	1,00
Ida e Volta urbano	1,20	1,20	1,30	1,30
Simples 10 unidades - 1 zona	6,15	6,35	6,50	6,65
Simples 10 unidades - 2 zonas	9,25	9,60	9,60	9,85
Passes Metro				
Urbano 30 dias	16,00	16,60	17,00	17,45
Rede 30 dias	24,00	24,95	25,50	26,15
Passes Combinados com Carris				
Carris/Metro urbano - 30 dias	24,35	25,30	25,85	26,50
Carris/Metro rede - 30 dias	26,65	27,70	28,35	29,10
Passes Intermodais				
L1	33,10	34,40	35,20	36,10
L12	39,85	41,40	42,35	43,45
L123	45,30	47,10	48,20	49,45

¹ A partir de 2004, o Passe L, nas suas várias modalidades, passou a designar-se por Passe Carris/Metro Urbano (L) - 30 dias, passando de Passe Intermodal a Passe Combinado.



Apesar do decréscimo de 0,82% dos passageiros transportados com título pago, verificou-se um aumento significativo das receitas provenientes do serviço de transporte (+9,2%) e um consequente aumento do valor da receita por passageiro transportado (+10,1%).

	Passageiros			Receitas			Receitas/Passag.		
	2005	2006	Var. %	2005	2006	Var. %	2005	2006	Var. %
Títulos Próprios	57.131.894	58.528.193	2,44	28.254.416	30.677.313	8,58	0,495	0,524	5,99
Passes Intermodais	32.588.507	30.383.911	-6,76	4.550.578	4.301.449	-5,47	0,140	0,142	1,38
Passes Combinados	70.414.357	69.903.852	-0,73	13.059.835	15.104.337	15,65	0,185	0,216	16,50
Total com Títulos de Transporte Pagos	160.134.758	158.815.956	-0,82	45.864.829	50.083.099	9,20	0,286	0,315	10,10

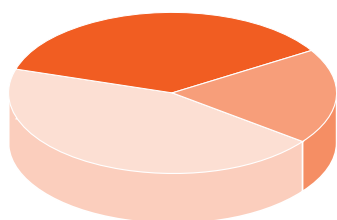
Un: €

Nota: Procedeu-se à rectificação entre o n.º de passageiros transportados com títulos intermodais/títulos combinados referentes a 2005.

Os gráficos seguintes reforçam esta constatação, ao verificar-se que 36,9% do total de passageiros, que utilizaram títulos próprios do ML, contribuíram para 61,3% da receita.

Repartição percentual de passageiros por títulos de transporte

Títulos próprios
36,9%

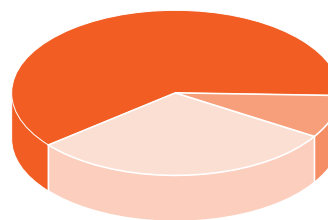


Passes combinados
44,0%

Passes intermodais
19,1%

Repartição percentual de receitas por títulos de transporte

Títulos próprios
61,3%



Passes combinados
30,2%

Passes intermodais
8,6%

Não obstante do ligeiro ajustamento de quotas verificado em 2004 nos títulos combinados com a Carris, manteve-se em 2006 um significativo desajustamento das quotas ML na maioria dos títulos combinados e intermodais, face à realidade actual, não reflectindo o impacto do aumento da rede ML, entretanto verificado.

Trata-se pois de uma situação que se prevê que venha a ser confirmada e corrigida ao longo de 2007, atendendo aos resultados obtidos do Inquérito à utilização dos Passes, a realizar em Maio de 2007.

3.2.4 Evolução da Oferta e Adequação à Procura

Atendendo aos níveis de procura observados bem como à ocorrência de paralisações laborais a partir do mês de Junho, procedeu-se em 2006 à redução em 1% do n.º de carruagens x km fornecidas face a 2005.

Evolução da Oferta	2005	2006	Var. %
Carruagens x km (serviço público)			
Linha Azul	7.771.445	7.752.041	-0,25
Linha Amarela	7.588.086	7.576.799	-0,15
Linha Verde	5.721.062	5.529.770	-3,34
Linha Vermelha	2.023.253	2.006.575	-0,82
Total	23.103.845	22.865.186	-1,03

Lugares x km (10³)			
Linha Azul	1.313.374	1.310.110	-0,25
Linha Amarela	1.282.386	1.280.479	-0,15
Linha Verde	966.860	934.531	-3,34
Linha Vermelha	341.930	339.111	-0,82
Total	3.904.550	3.864.231	-1,03

Eficiência na Exploração	2005	2006	Var. %
Circulações (serviço público)			
Linha Azul	131.518	129.324	-1,67
Linha Amarela	123.125	123.374	0,20
Linha Verde	160.704	156.395	-2,68
Linha Vermelha	132.744	130.705	-1,54
Rede (total)	548.091	539.798	-1,51

Taxa Realização de Carruagens x km (%)			
Linha Azul	99,5	98,2	-1,30
Linha Amarela	99,6	98,7	-0,95
Linha Verde	99,3	97,6	-1,75
Linha Vermelha	100,4	98,9	-1,47
Na Rede	99,5	98,3	-1,24

Taxa Realização de Circulações (%)			
Linha Azul	99,5	98,2	-1,32
Linha Amarela	99,6	98,7	-0,86
Linha Verde	99,3	98,2	-1,10
Linha Vermelha	99,8	98,9	-0,86
Na Rede	99,5	98,5	-1,01



3.2.5 Projectos Orientados para o Cliente

Atendendo às necessidades de mercado e conseqüente melhoria da qualidade de serviço, foram desenvolvidos em 2006 um conjunto de projectos, relacionados com a segurança dos passageiros, melhoria da qualidade dos serviços prestados e apoio ao cliente, entre os quais se destacam, para além dos referentes à Bihética sem Contacto, os seguintes:

- implementação de sistema de vídeo-vigilância centralizada, no Posto de Comando Central, de todas as estações, terminos e saídas de emergência;
- medição regular do Índice de Satisfação do Cliente e implementação do Cliente Mistério, permitindo identificar os factores prioritários de melhoria;
- a abertura na estação Alameda do 2º Gabinete do Cliente.

Complementarmente, no âmbito do Plano Nacional para a Promoção das Acessibilidades (PNPA), o ML em colaboração com o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, REFER e ACAPO, desenvolveu um conjunto de acções visando a redução/eliminação de barreiras arquitectónicas e melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida, a saber:

- definição e instalação experimental de sistemas de sinalização e encaminhamento de cegos e amblíopes;
- desenvolvimento de protótipos, para fixação de cadeira de rodas no material circulante e sistemas de aviso para invisuais;
- elaboração de estudos prévios de arquitectura para adaptação das estações Colégio Militar/Luz, Baixa-Chiado, Entre Campos e Cidade Universitária ao PNPA.

3.2.6 Relacionamento Externo, Comunicação e Imagem

Não descurando a Empresa da sua responsabilidade social, enquanto agente promotor da coesão social e do desenvolvimento sustentado, nem do seu objectivo estratégico de garantir uma maior fidelização e captação de clientes, 2006 pautou-se pela atribuição pelo ML de um conjunto de apoios e patrocínios a diversas entidades, pelos eventos por estas realizados, que consistiram fundamentalmente, na cedência de espaços para realização e divulgação das respectivas acções (nas estações e interior das carruagens respectivamente) e disponibilização de transporte gratuito a segmentos específicos de clientes, como sejam por exemplo atletas inscritos em provas patrocinadas.

Eventos realizados com o apoio/patrocínio do ML em 2006:

- Recrutamento do Exército Português (Fevereiro e Junho);
- 16ª Maratona de Lisboa (Março);
- Cowparade Lisboa 2006 (Março, Maio e Setembro);
- Lisboa Gold Marathon 2006 (Abril);
- "Fight hunger, walk the World" (Maio);
- Dia Mundial sem Tabaco – rastreios pulmonares (Maio e Novembro);
- Dia Mundial da Criança (Junho);
- PlayGym 2006 (Junho);
- Campanha de angariação de fundos da Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama (Junho);
- "Lisboa Bike Tour" (Setembro);
- Exposição Chapiro "25 anos, 25 fotos, 25 estações" (Novembro 06 – Janeiro 07);
- Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (Dezembro).

Organização e acompanhamento de eventos organizados

Complementarmente o ML organizou um conjunto de eventos, em alguns casos em parceria com outros operadores de transportes públicos da AML, numa lógica de reforço da intermodalidade e incentivo à utilização do transporte público, entre os quais se destacam:

- a apresentação pública em Abril de protótipo de orientação para deficientes visuais, na estação Carnide, que consistiu na instalação, em regime experimental, de um sistema de encaminhamento para pessoas com deficiência visual, desde os canais de entrada até à zona do cais;
- a apresentação pública em 16 de Maio dos melhoramentos levados a cabo no Posto de Comando Central (PCC) do ML, no âmbito da segurança e operacionalização do controle centralizado da circulação dos comboios e vídeo-vigilância em toda a rede;
- e em Novembro a 9 e 21 respectivamente, no Auditório do ML no Alto dos Moinhos, a apresentação do projecto do Governo para as Autoridades Metropolitanas de Transportes, e a apresentação pública do novo site TRANSPORTIS – Sistema de informação multimodal da Área Metropolitana de Lisboa.

À realização de visitas dirigidas a instituições escolares, sociais e culturais, bem como a elaboração de programas de animação cultural visando a dinamização das estações, complementaram a actividade desenvolvida em 2006.

Relações Internacionais

Ao nível da promoção e coordenação das Relações Internacionais, em 2006 o ML participou em numerosas reuniões, no âmbito da UITP, ALAMYS, Grupo Nova e projecto ModURBAN, bem como em Seminários, Conferências e Congressos, destacando-se os principais acontecimentos:

UITP – União Internacional dos Transportes Públicos:

- integração do Presidente do Conselho de Gerência no Conselho de Direcção da UITP, em representação de Portugal;
- nomeação do Eng.º Silva Neves do ML para a nova Comissão de Segurança da UITP;
- realização em Lisboa, no mês de Fevereiro de reunião do Grupo de Trabalho do Subcomité de Material Circulante, bem como em Setembro das Comissões de Marketing e Desenvolvimento de Produtos e dos Recursos Humanos;
- realização em Outubro no Funchal, do Comité União Europeia, em colaboração com o operador local, “Horários do Funchal”.

Ao nível da ALAMYS – Associação Latino-Americana de Metropolitanos confirmação do ML como 2º Vogal do Comité de Direcção no decurso da Assembleia de Buenos Aires realizada em Novembro, onde o Presidente do Conselho de Gerência do ML assumiu a representação de Portugal.

Ao nível dos projectos internacionais Nova e ModURBAN, o ML manteve uma participação activa, cumprindo os programas previstos, bem como a presença da Empresa nas reuniões agendadas.

Assinala-se a adopção, pelo Grupo Nova, para seu logotipo da proposta apresentada pelo ML, da autoria do Dr. Filipe Trigo.

Em 2006 o ML prosseguiu a sua política tradicional de acolhimento de delegações estrangeiras, destacando-se as visitas do Ministro dos Transportes da Tunísia, de delegações técnicas dos Metros de Londres e Argel, dos Transportes de Budapeste e Copenhaga e das Universidades de Birmingham e Connecticut.



3.3 Gestão das Infra-estruturas e Material Circulante

Por forma a garantir a operacionalidade da rede e do Material Circulante em exploração, bem como o cumprimento dos necessários níveis de funcionalidade e de disponibilidade, dentro de elevados padrões de qualidade, foram desenvolvidas em 2006 inúmeras acções de manutenção preventiva e correctiva ao nível das infra-estruturas, equipamentos e Material Circulante.

3.3.1 Gestão das Infra-estruturas e Equipamentos

Tendo como referência 2005, verificou-se em 2006 um aumento da taxa global de realização da manutenção programada de 9,3%, traduzida num aumento da produtividade, bem como numa redução em 10% do n.º total de ocorrências com perturbação na exploração (passando de 100 ocorrências em 2005 para 90 em 2006).

Manutenção programada	N.º Acções realizadas			Grau de realização (%)			Var. 2006/2005
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	
Energia	925	693	938	69,7	48,6	51,9	6,8%
Instalações electromecânicas	3.594	3.948	4.041	91,0	107,5	87,9	-18,2%
Sinalização	11.134	8.263	9.709	95,0	70,4	81,7	16,1%
Telecomunicações	718	1.656	1.015	71,1	137,5	73,4	-46,6%
Via férrea	134.866	150.349	195.053	65,1	67,9	74,8	10,2%
Taxa de realização média				78,4	68,8	75,2	9,3%

Ao nível da Engenharia e Desenvolvimento, no âmbito das actividades em curso por terceiros, passíveis de interferirem com as infra-estruturas do ML, o Metro acompanhou a construção / planeamento de três importantes projectos em curso: o Túnel Rodoviário do Marquês de Pombal, o projecto de Alta Velocidade em Vale de Chelas, e o projecto e obra de reordenamento do Parque de Material e Oficinas I do ML em Sete Rios.

Ao nível das edificações e via férrea foi efectuado um estudo de tratamento acústico do viaduto do Campo Grande, bem como executado o programa previsto de inspecções de túneis e viadutos.

3.3.2 Material Circulante

Ao nível do Material Circulante em 2006 verificou-se a recuperação dos atrasos existentes face ao Plano de Manutenção delineado, bem como o cumprimento do Plano Anual de Auditorias Internas da Qualidade.

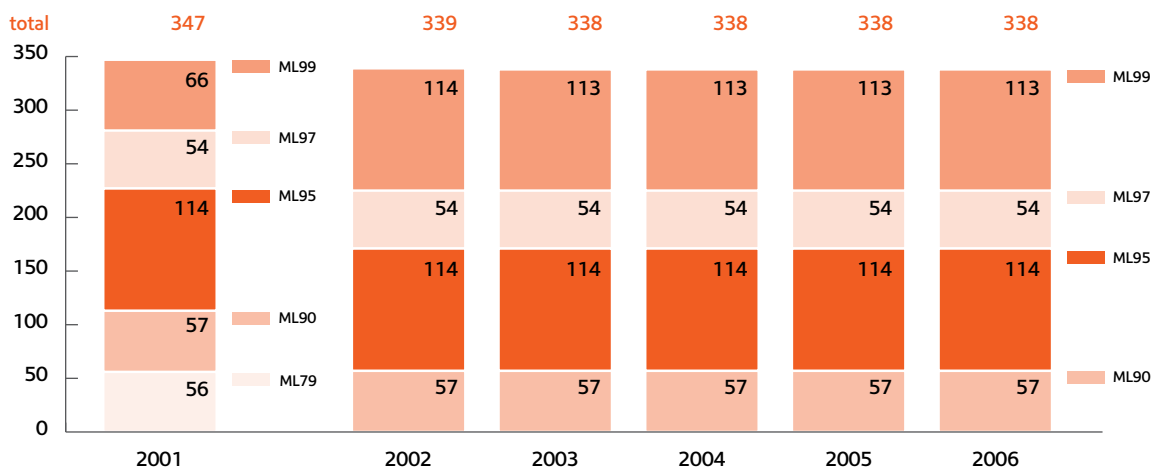
Em 2006 face ao desenvolvimento verificado, destaca-se:

- o projecto "Manutenção Centrada na Fiabilidade/ Root Cause Failure Analysis (RCM / RCFA), enquanto ferramenta fundamental para a promoção da mudança cultural necessária à permanente melhoria dos processos, bem como à actualização do Plano de Manutenção da Frota de Material Circulante;
- a elaboração do processo de Engenharia de Manutenção, com identificação de acções de Melhoria e de Auditorias técnicas, bem como a revisão dos processos, com a inclusão do conceito de "Produto não conforme".

Performance do Material Circulante

Associada à estabilidade nos últimos anos do Parque de Material Circulante, a nova metodologia de manutenção, permitiu em 2006 a consolidação da Taxa de Disponibilidade da frota, em valores próximos do máximo atingido em 2005, cerca de 93%.

Evolução do Parque de Material Circulante



Ao nível da fiabilidade, verificou-se em 2006 uma ligeira diminuição da quilometragem média entre falhas (MKBF)², em resultado do natural envelhecimento da frota.

Indicador	2004	2005	Var. 2004/2005	2006	Var. 2005/2006
Disponibilidade do Material Circulante (%)	85,4	92,9	8,8	92,8	-0,1
MKBF - Quilometragem média entre falhas	14.533	12.644	-13,0%	12.270	-3,0%

3.3.3 Consumos de Energia

O balanço de consumo de energia global face a 2005 foi favorável, em resultado da ligeira quebra do consumo dos Serviços Complementares e de Apoio, mantendo-se praticamente inalteráveis os consumos de Energia de Tracção e outros consumos.

Os consumos específicos, nomeadamente da energia de tracção, mantêm-se com valores bastante otimizados, por via do bom rendimento energético da frota de material circulante.

Consumo de Energia	Un: milhares kWh		
	2005	2006	Var. %
Tracção	47.524	47.604	0,17
Serviços Complementares e Apoio	43.904	42.868	-2,36
Outros Consumos	7.324	7.432	1,47
Total	98.751	97.903	-0,86

Indicadores de Consumo de Energia	Un: milhares kWh		
	2005	2006	Var. %
Tracção/Lugar x km	0,012	0,012	1,21
Tracção/Passageiro x km	0,055	0,056	0,97
Total/Lugar x km	0,025	0,025	0,18
Total/Passageiro x km	0,115	0,114	-0,07

2 O valor da quilometragem média entre falhas foi calculado com base nas falhas ocorridas em exploração.



3.4 Expansão da Rede do Metropolitano

Com a concretização do Plano de Expansão da Rede actualmente em curso, bem como dos novos empreendimentos em fase de lançamento (extensão da Linha Azul, Amadora Este à Reboleira e da Linha Vermelha, S. Sebastião a Campolide), prevê-se a entrada em serviço até 2011, de 9 novas estações e 9,6 km de rede, distribuídos pelas seguintes linhas:

Linhas	Actual		Prolongamentos	Em execução		Data de abertura	Futura	
	N.º Estações	km rede		N.º Estações	km rede		N.º Estações	km rede
Amarela	13	11,0	-	-	-	-	13	11,0
Azul	15	10,7	Baixa-Chiado/Sta. Apolónia	2	2,2	2007	18	13,3
			Amadora Este/Reboleira	1	1,0	2010		
Verde	13	8,9	-	-	-	-	13	8,9
Vermelha	7	5,0	Alameda II/S. Sebastião II	2	1,8	2009	13	11,4
			S. Sebastião II/Campolide	1	1,0	2011		
			Oriente/Aeroporto	3	3,6	2010		
Rede	48	35,6		9	9,6		57	45,2

Em complemento, embora sem impacto directo na extensão da rede, mas com relevância na melhoria das condições da sua operacionalidade e na consolidação do Sistema Intermodal de Transportes Públicos da Área Metropolitana de Lisboa, destacam-se:

- a remodelação/ampliação das estações Areeiro, Arroios, Anjos e Intendente da linha Verde, na sequência das intervenções praticamente concluídas nas estações Roma e Alvalade;
- e a conclusão dos Interfaces Cais do Sodré e Terreiro do Paço, a executar pelo ML por conta de terceiros - Transtejo, S.A. e Refer, E.P.

3.4.1 Empreendimentos em curso

Linha Azul

Prolongamento Baixa-Chiado/Sta. Apolónia

- No decorrer do ano de 2006, foi desenvolvida a empreitada de reforço do túnel entre o Poço da Marinha e a Estação Terreiro do Paço, faltando apenas executar a secção de ligação ao Poço da Marinha.
- Os trabalhos de baixa tensão e bombagem do túnel, bem como de instalação de via, foram praticamente concluídos entre as estações Sta. Apolónia e Terreiro do Paço.
- Em 25 de Agosto, deu-se por concluído os trabalhos de acabamentos e baixa tensão da estação Sta. Apolónia, efectuando-se a recepção provisória dos mesmos a 7 de Dezembro na Estação Terreiro do Paço.
- Deu-se início aos trabalhos de instalação das escadas mecânicas e elevadores.
- No final de 2006 foram recebidas as propostas para a execução da empreitada de tratamento dos solos na envolvente do túnel, cujo contrato foi assinado em Março de 2007.
- Após entrada em exploração deste empreendimento, prevista para Dezembro de 2007, proceder-se-à à reposição do Cais das Colunas e à remoção do aterro sobre o túnel.

Interface do Terreiro do Paço

- Tendo por objectivo a redução de riscos e custos de execução, procedeu-se no decurso de 2006, à alteração do projecto para o sistema de atenuação de ondas.
- Após obtenção de parecer do IPPAR³ quanto ao projecto do edifício do Interface, procedeu-se à sua conclusão, remetendo-se o mesmo de seguida ao LNEC⁴ para apreciação.
- Em 2006 realizou-se ainda o projecto de execução dos arranjos exteriores, atendendo aos pareceres do IPPAR.

3 Autoridade do Património Arquitectónico.

4 Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Linha Verde

Remodelação de Seis Estações

- Desenvolvimento das empreitadas de toscos (2ª fase), acabamentos e especialidades da estação Alvalade, procedendo-se à abertura à exploração do átrio Sul em Agosto de 2006.
- Abertura à exploração do átrio Sul da estação Roma em Abril de 2006 e do átrio Norte em Outubro de 2006.
- Para as restantes estações (Areeiro, Intendente, Arroios e Anjos) prosseguiu-se com o desenvolvimento dos projectos de acabamentos, baixa tensão, telecomunicações e especialidades, bem como com a revisão de alguns projectos de estruturas.
- Em Maio destaca-se a obtenção de parecer favorável do LNEC ao método construtivo da estação Arroios, aguardando-se ainda parecer da CML ao projecto de desvios de trânsito.

Interface do Cais do Sodré

- Conclusão dos trabalhos dos toscos do edifício do núcleo central da CP/REFER em Outubro de 2006, tendo-se consignado durante o mês de Janeiro de 2007 a empreitada de acabamentos deste edifício.
- Prevê-se que a adjudicação dos arranjos exteriores ocorra em Maio de 2007.

Linha Vermelha

Prolongamento Alameda II/S. Sebastião II

- Em Março de 2006 procedeu-se à retirada da Tuneladora pelo Poço Nascente da Estação S. Sebastião na confluência da Av. Duque de Ávila com a Av. Sá da Bandeira, após conclusão dos 1480 metros de túnel em Outubro de 2005.
- No decurso de 2006 foi solicitado pelo ML à CML aprovação da 1ª fase dos desvios de trânsito na zona de S. Sebastião I, o que veio a verificar-se em Fevereiro de 2007, permitindo o início dos trabalhos de desvios de infra-estruturas para a execução dos novos acessos à estação existente.
- Relativamente às novas estações S. Sebastião II e Saldanha II prosseguiram os trabalhos de construção, encontrando-se em fase de conclusão a execução da laje de cobertura de Saldanha II.
- Em Agosto de 2006 concluiu-se a 2ª fase dos desvios de trânsito da estação Saldanha I, iniciando-se de seguida os trabalhos de contenção e escavação para a demolição parcial e reconstrução da estação existente.

Prolongamento Oriente/Aeroporto

- Em 26 de Maio foi publicado o anúncio do Concurso Público Internacional para a execução dos Toscos entre a Estação Oriente e a Estação Aeroporto, tendo-se procedido no dia 17 de Agosto ao Acto Público de abertura das propostas.
- Posteriormente, e por decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, foi suspenso o processo de adjudicação da referida empreitada, em resultado da providência cautelar interposta por um dos consórcios concorrentes, o que levou ao adiamento da assinatura do contrato com a AEROMETRO, A.C.E., para Fevereiro de 2007.
- Relativamente ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, em 2006 iniciou-se a fase de pós-avaliação deste prolongamento na sequência da emissão da respectiva Declaração de Impacte Ambiental 2005, que aprovou a concretização deste projecto, com um parecer favorável condicionado à adopção de medidas de minimização e à introdução de alguns ajustamentos ao projecto.



3.4.2 Empreendimentos em Estudo

Linha Azul

Amadora Este/Reboleira

- Tendo por objectivo o lançamento do concurso público internacional de concepção/construção dos toscos desta extensão no decurso do 1º semestre de 2007, concluiu-se em Maio de 2006 o Estudo de Procura incluindo benefícios sociais e ambientais, e em Outubro o Estudo de Impacte Ambiental, permitindo o início do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental ainda em 2006.

Linha Vermelha

Prolongamento S. Sebastião II/Campolide

- Foram desenvolvidos os estudos prévios do túnel e estação, bem como o Estudo de Impacte Ambiental, de modo a viabilizar o lançamento de concurso público para a execução da empreitada de Toscos no decurso do 2º semestre de 2007.

Linha Amarela

Rato/Estrela e Estrela/Alcântara

- Concluiu-se em Março de 2006, a actualização do estudo de procura dos prolongamentos Rato / Estrela e Rato / Alcântara.
- A definição do traçado final bem como o planeamento desta obra encontra-se dependente da definição de uma solução definitiva sobre o futuro interface de Alcântara.

3.5 Investimentos

Visando a concretização do Plano de Expansão em curso bem como as necessidades de investimento corrente e equipamentos, o ML investiu em 2006, a custos técnicos, m€ 54.216, dos quais cerca de 92% em Infra-estruturas de Longa Duração (m€ 49.756) e 8% em investimento ML (m€ 4.459).

Entre as ILD's ⁵ destaca-se a realização dos projectos actualmente em curso: Baixa-Chiado/Sta. Apolónia, Alameda/S. Sebastião, Oriente/Aeroporto e a remodelação das estações da linha Verde (Roma e Alvalade) bem como dos projectos já concluídos Campo Grande/Odivelas e Pontinha/Amadora Este, ambos em fase de fecho de contas.

	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
A - ILD's	47.185.704	49.756.049	58.335.309
Em Curso	29.859.685	29.859.685	37.773.544
Interface do Cais do Sodré	86.407	86.407	337.559
Ext. Baixa-Chiado / Sta. Apolónia	14.676.182	14.676.182	19.416.079
Ext. Alameda / S. Sebastião	12.766.049	12.766.049	15.586.429
Ext. Oriente / Aeroporto	2.331.047	2.331.047	2.433.477
Novos	738.139	738.139	762.059
Ext. Rato / Alcântara	645.729	645.729	668.215
Ext. S. Sebastião / Campolide	14.548	14.548	14.687
Ext. Amadora Este / Reboleira	77.862	77.862	79.157
Outros	16.587.880	16.805.586	17.447.067
Ext. Campo Grande / Odivelas	3.752.206	3.752.206	3.752.206
Ext. Pontinha / Amadora Este	3.687.075	3.687.075	3.687.075
Remodelação da Linha Azul	549.183	549.183	549.954
Remodelação da Linha Amarela	6.794	6.794	6.794
Remodelação da Linha Verde	7.718.798	7.718.798	8.287.524
Remodelação da Linha Vermelha	0	0	0
Remodelação da Rede - Outros	237.381	237.381	261.304
Estudos e Projectos	0	217.706	248.133
ATP/ATO	619.474	619.474	623.367
Metro Ligeiro de Superfície	16.969	16.969	30.710
Autoinvestimento	0	2.352.639	2.352.639
B - ML	4.072.148	4.459.491	4.628.957
Parques de Material e Oficinas	104.249	104.249	105.944
Material circulante	360.269	360.269	360.269
Equipamentos e outros	2.193.584	2.193.584	2.237.159
Investimentos correntes	1.414.046	1.680.893	1.805.089
Autoinvestimento	0	120.496	120.496
Investimento Total	51.257.852	54.215.540	62.964.266

Un: €



Un: €

Investimentos	2005	2006	Var. %
Investimentos / FBCF	98.660.732	51.257.852	-48,05
Investimento / Custos Técnicos	104.855.964	54.215.540	-48,30
Despesas de Investimento (inclui custos financeiros)	115.774.054	62.964.266	-45,61

À semelhança de exercícios anteriores, o ML imputou em 2006 ao imobilizado em curso, os custos financeiros resultantes dos financiamentos, tendo capitalizado no exercício m€ 8.749, elevando a despesa de investimentos global para m€ 62.964.

Ao nível do financiamento, destaca-se a afectação nos últimos anos de Fundos Comunitários – Fundo de Coesão aos projectos Baixa-Chiado/Sta. Apolónia, Alameda II/S. Sebastião II e mais recentemente ao Oriente/Aeroporto, até aos limites máximos respectivamente de € 107.425.890, € 98.019.684 e € 148.935.960, bem como de limitadas dotações do Orçamento de Estado – PIDDAC Cap. 50 (vide pág. 41).

3.6 Gestão de Meios

3.6.1 – Recursos Humanos

A estratégia seguida na gestão de Recursos Humanos pautou-se em 2006 por um maior rigor de actuação, no que concerne às responsabilidades social e ética de conduta, assentes na adequação das competências profissionais existentes às identificadas como as mais necessárias no actual ciclo de desenvolvimento da Empresa.

As principais áreas de actuação em 2006 foram a contenção do efectivo, o investimento em formação, a análise e promoção de novas formas de organização de trabalho e o conseqüente aumento dos níveis de produtividade.

Custo do Factor Trabalho ⁶

A racionalização e a reorganização do trabalho, permitiram garantir a contenção de recursos e contribuir para a melhoria da produtividade.

A evolução nominal dos custos com pessoal, contabilisticamente revelada a partir do exercício de 2003, não reflecte apenas a evolução dos custos do factor trabalho na empresa. Na realidade, os custos deste factor aumentaram nominalmente 1,5% em relação a 2005 e a sua representatividade nos custos operacionais decresceu de 44,4% para 44,2%, enquanto o seu peso relativo nos custos totais cresceu de 26,3% para 27,9%.

O crescimento do efectivo médio em 4 pessoas contribuiu para o moderado crescimento destes custos, tendo desta forma evoluído o custo anual por efectivo médio de m€ 38 para m€ 39 (+1,3%).

		2003	2004	2005	2006	Var. 2006/2005
Custo factor trabalho	(€ 10 ³)	62.441	63.457	65.366	66.363	1,5%
Custo factor trabalho Custos Operacionais	(%)	44,8%	43,6%	44,4%	44,2%	-0,5%
Custo factor trabalho Custos Totais	(%)	25,4%	26,6%	26,3%	27,9%	1,6%
Custo factor trabalho Efectivo Médio	(€ 10 ³)	35,458	36,958	38,496	38,991	1,3%

Nota: Foi rectificado o custo factor trabalho no ano 2005.

⁶ Na evolução dos custos deste factor e nos custos operacionais apresentados no quadro são excluídos os custos relativos aos complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e estudo actuarial.

Ao nível da Contratação Colectiva, em 2006, não foi possível chegar a um acordo com as Associações Sindicais acerca da actualização salarial, pelo que se teve de efectuar uma actualização de âmbito gestor, cuja especificidade consistiu na atribuição de um valor único a todos os trabalhadores.

O ponto de desacordo com as Associações Sindicais incidiu na data da vigência dos dois Acordos de Empresa, uma vez que as Associações Sindicais pretendiam ver prorrogada a actual data de vigência. Enquanto a pretensão da Empresa é a de efectuar uma revisão global do Acordo de Empresa, por forma a adequar os Acordos de Empresa ao actual ciclo de gestão.

Frustrando-se a conciliação solicitada pelas Associações Sindicais do AE I, o conflito manteve-se e constituiu motivo para 8 meios dias de greve convocadas pelas Associações Sindicais do AE I.

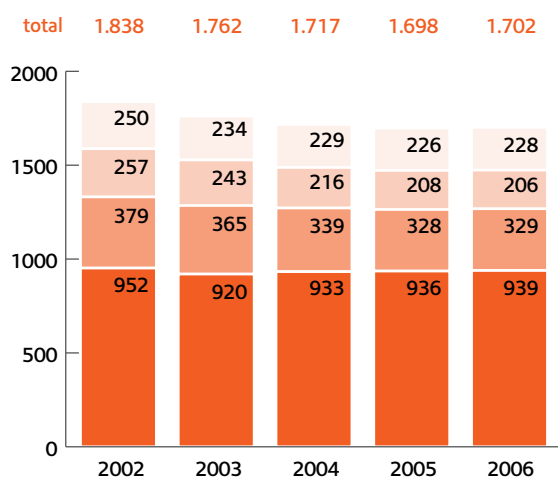
Em finais de Dezembro de 2006 foi possível iniciar com as Associações Sindicais do AE I, a revisão do Acordo de Empresa I.

Efectivo

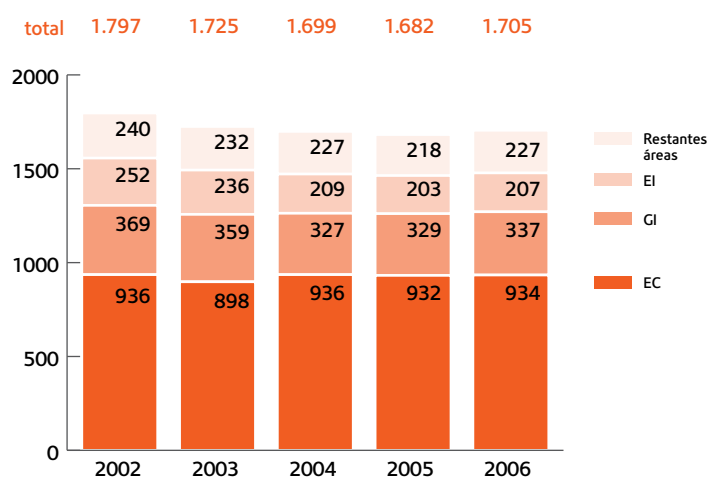
Em 2006, registaram-se 64 entradas e 41 saídas de colaboradores, 23 das quais por motivo de reforma antecipada, sendo o aumento do efectivo médio apenas de 4 unidades.

Esta movimentação permitiu dar continuidade ao processo de renovação do efectivo, bem como consolidar as melhorias de produtividade registadas nos últimos quatro anos, em que não obstante do aumento da rede, foi possível diminuir o efectivo em 136 colaboradores.

Efectivo Médio



Efectivo a 31 de Dezembro ⁷



Evolução do Pessoal Inactivo e a Responsabilidade Social

As responsabilidades sociais históricas emergentes dos Acordos de Empresa, nomeadamente o pagamento pela Empresa de complementos às pensões de reforma e de sobrevivência, determinaram um expressivo e preocupante custo, não obstante as alterações introduzidas em 2004.

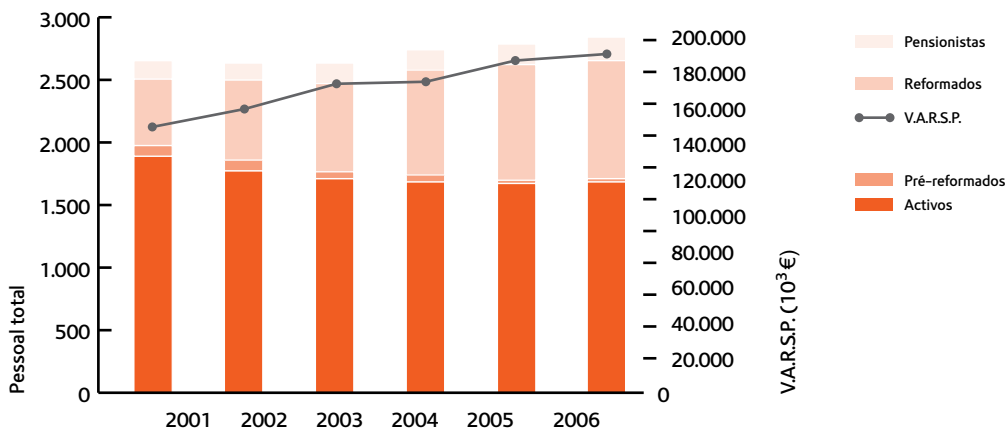
No final de 2006, o Metropolitano de Lisboa integrava um efectivo total de 2.884 pessoas (+1,5% do que em 2005), 1.705 efectivos activos e 1.179 inactivos, dos quais 26 se encontravam em situação de pré-reforma, 967 em situação de reforma (71 por invalidez, 418 por velhice e 478 por reforma antecipada) e 186 em regime de pensionistas.

Com a suspensão do regime de antecipação da idade de reforma, foi possível abrandar a degradação do rácio n.º de activos / inactivo, que passou de 2,65 em 2000 para 1,45 em 2006, tendo o número de reformados aumentado em apenas 1,8% (17), ou seja significativamente menos que em 2005 (84 novos reformados).

⁷ Dos 1.705 colaboradores que prestavam trabalho no ML em 31.12.2006, 3% faziam-no a tempo parcial.

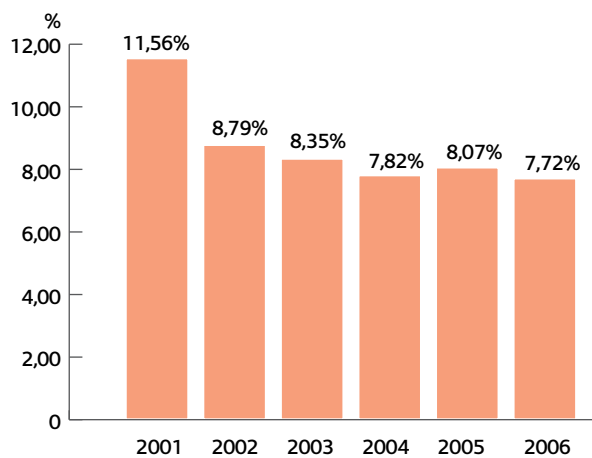
O Valor Actual das Responsabilidades com Serviços Passados (V.A.R.S.P.) ascendeu, no final de 2006, a m€ 183.336, traduzindo um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior (m€ 179.527). Consequentemente o valor do V.A.R.S.P. per capita do pessoal ascendeu a m€ 63,6, sendo de m€ 63,2 em 2005.

		2004	2005	2006	Var. 2006/2005	
					Valor Abs.	%
Pessoal Total	Pessoas	2.782	2.841	2.884	43	1,5%
Inactivos	Pessoas	1.083	1.159	1.179	20	1,7%
Pré-reformados	Pessoas	48	35	26	-9	-25,7%
Reformados	Pessoas	866	950	967	17	1,8%
Pensionistas	Pessoas	169	174	186	12	6,9%



Absentismo

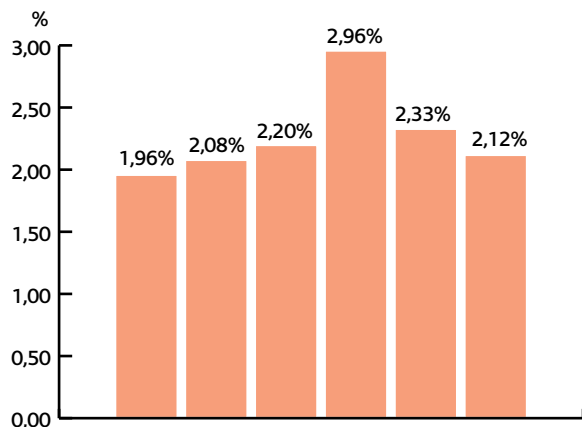
Relativamente às taxas de absentismo em 2006, atingiu-se o valor mais baixo dos últimos anos (7,72 %), mantendo-se contudo a tendência de redução que se vem verificando desde 2000 e que apenas sofreu uma ligeira inflexão em 2005.



Trabalho Suplementar

Em 2006, com o abrandar da dinâmica de expansão (abertura de novas estações) e da realização de grandes eventos na cidade de Lisboa, voltou-se a assistir a uma redução da taxa de trabalho suplementar, que se situou no final de 2006 nos 2,12%.

A esta taxa corresponde a realização de 60.881 horas de trabalho suplementar, isto é, menos 9,4% do que as realizadas em 2005 (67.178 horas). Corresponde ainda a um trabalho suplementar por efectivo médio de 35,8 horas, quando em 2005 foi de 39,6 horas.



Formação

O volume de formação em 2006, manteve-se no nível médio de anos anteriores (com excepção de 2004 dado os eventos Euro 2004 e Rock in Rio), merecendo especial destaque as seguintes acções:

- formação para a qualidade;
- formação em material circulante (electromecânicos);
- formação para mudanças de função (Agente de Tráfego, Maquinista, Operador de Linha, Operador de Movimento, Inspector de Movimento);
- vídeo-vigilância;
- formação em informática.

	2004	2005	2006	Var. % 2006/2005	Var. % 2006/2004
Acções	520	272	287	5,5%	-44,8%
Participações	3.034	1.302	1.320	1,4%	-56,5%
Horas	57.571	20.903	23.297	11,5%	-59,5%
Custo (€ 10 ³)	488	229	342	49,3%	-29,9%
Horas / Efectivo médio	33,5	12,3	13,7	11,4%	-59,1%



3.6.2 Sistemas e Tecnologias de Informação

Ao nível dos Sistemas de Informação, a par da actividade contínua e permanente da manutenção preventiva e correctiva dos sistemas existentes, concluíram-se um conjunto de importantes projectos visando, não só uma maior agilização dos processos de negócio, como também um aumento da fiabilidade dos dados e diminuição de trabalho administrativo.

No âmbito da manutenção/evolução dos sistemas de informação de “BackOffice” destaca-se:

- a migração das plataformas de base (sistema operativo e base de dados) dos sistemas SAP R/3, SAP BW, Teleponto, fundamental para se efectuar o processo de actualização dos sistemas baseados em tecnologia SAP. A conclusão do projecto de upgrade dos sistemas SAP R/3 e BW, permitirá ao ML a curto / médio prazo, a implementação de novas funcionalidades, aduzindo valor aos referidos processos.
- o arranque do projecto “Plano de Recuperação Tecnológica”, visando manter em exploração os sistemas de informação identificados pela empresa como críticos, em situações de ocorrência de desastre (acções de vandalismo, incêndios, inundações, etc.).

Ao nível da promoção do acesso à informação:

- o desenvolvimento do projecto “Portal Corporativo”, através da disponibilização de funcionalidades adicionais, e extensão do seu acesso, através das estações do ML, a um maior número de colaboradores.
- a conclusão em Agosto do projecto “Remodelação do site ML na Internet”, visando a descentralização da gestão de conteúdos, bem como a sua actualização tecnológica, e o “refresh” da imagem global do Site Institucional do ML.

3.7 Economia e Finanças

A Demonstração de Resultados de 2006, apresenta um Resultado Líquido do exercício negativo, de m€ 146.944, cerca de 9,3% inferior ao ano anterior, equivalente a menos m€ 15.091.

Esta variação é essencialmente explicada pela melhoria em 10,2% (o equivalente a m€ 8.773) dos Resultados Operacionais, que registaram um valor negativo de m€ 77.482 e também pela melhoria em 9,3% dos Resultados Financeiros (equivalente a m€ 7.020), que alcançaram um valor negativo de m€ 68.252.

	2005	%	2006	%	Un:€ Var. % 2006/2005
Custos do Exercício					
Custos operacionais	171.033.657	68,8%	166.616.575	70,1%	-2,6%
Consumo de existências	1.440.767	0,6%	2.276.644	1,0%	58,0%
Fornecimentos e serviços externos	28.282.897	11,4%	30.466.439	12,8%	7,7%
F.S.E. - Leasing operacional	11.526.278	4,6%	12.541.660	5,3%	8,8%
Custos com o pessoal	75.058.726	30,2%	76.558.886	32,2%	2,0%
Plano de pensões	14.125.219	5,7%	6.137.287	2,6%	-56,6%
Amortizações	39.369.264	15,8%	38.204.819	16,1%	-3,0%
Provisões	103.966	0,0%	-	0,0%	-100,0%
Impostos	832.154	0,3%	242.431	0,1%	-70,9%
Outros custos e perdas	294.385	0,1%	188.409	0,1%	-36,0%
Custos financeiros	76.367.709	30,7%	69.495.735	29,2%	-9,0%
Custos e perdas extraordinárias	1.291.415	0,5%	1.715.583	0,7%	32,8%
Total dos Custos do Exercício	248.692.781	100,0%	237.827.893	100,0%	-4,4%
Proveitos do Exercício					
Proveitos operacionais	84.778.828	97,8%	89.134.612	98,0%	5,1%
Vendas + prestações de serviços	51.284.149	59,2%	56.290.079	61,9%	9,8%
- Bilhetes e Passes	45.945.622	53,0%	50.231.260	55,2%	9,3%
- Outros	5.338.527	6,2%	6.058.819	6,7%	13,5%
Trabalhos p/ própria empresa	4.631.041	5,3%	2.781.777	3,1%	-39,9%
Proveitos suplementares	1.180.306	1,4%	902.763	1,0%	-23,5%
Subsídios à exploração	20.346.129	23,5%	21.641.174	23,8%	6,4%
Outros proveitos e ganhos	7.287.203	8,4%	7.281.479	8,0%	-0,1%
Reversões de Ajustamentos	50.000	0,1%	237.340	0,3%	374,7%
Proveitos e ganhos financeiros	1.095.988	1,3%	1.243.637	1,4%	13,5%
Proveitos e ganhos extraordinários	816.439	0,9%	538.356	0,6%	-34,1%
Total dos Proveitos do Exercício	86.691.254	100,0%	90.916.605	100,0%	4,9%
Imposto sobre o rendimento	33.423		32.391		-3,1%
Resultados do Exercício	-162.034.950		-146.943.679		9,3%
Resultados operacionais	-86.254.829		-77.481.963		10,2%
Proveitos operacionais / Custos operacionais	49,6%		53,50%		7,9%
Resultados financeiros	-75.271.722		-68.252.099		9,3%
Resultados extraordinários	-474.976		-1.177.226		-147,8%
Proveitos / Custos	34,9%		38,2%		9,7%
EBITDA incluindo subsídios	-46.781.598		-39.277.143		16,0%
Cash In-Cash Out	-40.418.524		-40.642.712		-0,6%



Os Custos Totais incorridos situaram-se nos m€ 237.828 e os Proveitos Totais obtidos, na ordem dos m€ 90.917.

Para esta evolução favorável dos Resultados Operacionais, contribuíram:

- a diminuição de 2,6% dos “Custos Operacionais” (menos m€ 4.417);
- o aumento de 5,1% dos “Proveitos Operacionais” (mais m€ 4.356).

À excepção dos “Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” e “Fornecimentos e Serviços Externos”, que viram acréscimos significativos relativamente ao ano anterior, respectivamente de 58% e 7,7%, aqueles por razões que têm a ver com a aquisição de material para a produção de bilhetes (cartolina) e estes por questões relacionadas não só com a concretização de contratos (“outsourcing”) de manutenção, mas também pelo acréscimo das rendas relativas aos contratos de leasing operacional do material circulante por força do aumento das taxas de juro incorporadas.

De referir ainda, o recurso significativo a serviços excepcionais alternativos, de transporte, de forma a Empresa honrar as responsabilidades sociais de serviços mínimos que lhe foram atribuídas e que no ano atingiram o montante de m€ 766.

As outras naturezas dos Custos Operacionais, registaram decréscimos significativos.

Os “Custos com Pessoal”, “Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo”, “Provisões”, “Impostos” e “Outros Custos e Perdas”, diminuíram em termos nominais, respectivamente, 7,3%, 3%, 100%, 70,9% e 36%.

Para efeitos comparativos da rubrica “Custos com Pessoal”, expurgados os valores relativos às responsabilidades inerentes ao plano de pensões, aqueles apenas apresentam um acréscimo global de 2%, a que corresponde a uma evolução da massa salarial global de apenas 1,2% e de 1,6% na massa salarial per capita, para um crescimento do efectivo médio de 0,24%.

De acordo com o estudo actuarial efectuado e reportado a 31 de Dezembro, o acréscimo do valor actual das responsabilidades por serviços passados foi de m€ 6.137, uma redução de 56,6% relativamente a 2005 o que explica, por si só, a performance desta natureza de custos, já referida.

Os “Custos Financeiros”, cujo montante global atingiu cerca de m€ 69.496, e representam cerca de 29% dos custos totais, sofreram um decréscimo significativo (cerca de 9%, o equivalente a m€ 6.872), ainda que o Passivo Remunerado tenha crescido 6,2% o equivalente a cerca de m€ 174.535.

Este decréscimo é obtido num ambiente desfavorável de subida clara das taxas de juro e é devida à política de cobertura de riscos de taxa de juro posta em prática nos últimos 3 anos, com especial relevância no ano em apreço.

Os “Proveitos Operacionais”, cujo montante global foi de m€ 89.135, registaram um aumento de 5,1%.

Para esta evolução favorável contribuíram as seguintes naturezas de proveitos:

- o aumento das “Vendas e Prestações de Serviços” em 9,8%, mais do triplo da inflação, por razões de crescimento das receitas de “bilhetes” e “passes” na ordem dos 9,3% e também pela contribuição relevante proveniente dos contratos de concessão, relacionados com a publicidade e espaços comerciais e receitas provenientes do contrato de cobertura da rede do ML, pelo serviço de comunicações electrónicas;
- o aumento de 6,4% dos “Subsídios à Exploração”, exclusivamente relacionado com o montante da indemnização compensatória atribuída à Empresa;
- por outro lado os “Trabalhos para a própria Empresa”, registaram um decréscimo de 39,9% por razões intrinsecamente ligadas à fase de expansão do investimento em curso relacionado com a rede. Durante 2006 o investimento realizado na expansão da rede foi significativamente menor que em anos anteriores;
- os “Proveitos Suplementares” sofreram uma diminuição de 23,5% facto sem relevância, se atendermos aos valores absolutos em causa.

Os “Proveitos e Ganhos Financeiros” e os “Proveitos e Ganhos Extraordinários”, tiveram evoluções contraditórias; aqueles aumentaram 13,5% e estes diminuíram 34,1%, mas sem expressão face aos valores absolutos em causa.

Em resumo, os “Proveitos” cobriram 38,2% dos “Custos” (mais 9,7% do que no ano de 2005), e os “Proveitos Operacionais” atingiram uma taxa de cobertura de cerca de 53,5% dos “Custos Operacionais” (mais 7,9% do que no ano anterior).

Finalmente, o EBITDA melhorou cerca de 16% devido ao impacto económico das responsabilidades do plano de pensões, embora o “Cash In – Cash Out” tenha estabilizado, não sofrendo qualquer variação.

Demonstração de Resultados por Actividades

No exercício de 2006 mantiveram-se a generalidade dos valores unitários das prestações de serviços internos, à excepção da taxa de uso:

- Taxa de uso: € 0,45 x (carruagem x km)
- Taxa Gestão das Estações: € 0,06 x (passageiro)
- Taxa de Manutenção: € 0,52 x (carruagem x km)

Para utilização dos Parques de Material e Oficinas foi estabelecida uma renda em função da ocupação (m²), no valor total de m€ 6.766.

No que se refere aos Serviços Corporativos (ODDCG), os resultados operacionais, excluindo o custo relacionado com as responsabilidades de complementos de Pensões de Reforma e Sobrevivência (Plano de Pensões), foram repartidos em 83%, pelas áreas de actividade na proporção de:

- 19% para a Exploração Industrial;
- 48% para a Exploração Comercial;
- 33% para a Gestão de Infra-estruturas.

Para repartição da rubrica “Outros Custos Financeiros”, o método utilizado foi o dos custos desembolsáveis (*cash in cash out*).



Demonstração de Resultados por Actividade

	Exploração Industrial	Exploração Comercial	Gestão de Infra-estruturas	ODDCG's	Total	Un:€
Proveitos Operacionais						
Vendas e prestações de serviços	22	52.617.549	3.596.493	76.016	56.290.079	
Trabalhos para a própria empresa	323.499	423	1.860.342	597.514	2.781.777	
Proveitos suplementares	121.289	227.500	268.931	285.043	902.763	
Subsídios à exploração	-	21.641.174	-	-	21.641.174	
Outros proveitos e ganhos	2.824	5.615.524	1.663.130	-	7.281.479	
Reversão de ajustamentos	-	-	-	237.340	237.340	
Total dos Proveitos Operacionais	447.634	80.102.170	7.388.896	1.195.913	89.134.612	
Custos Operacionais						
Consumo de existências	759.560	1.282.410	228.209	6.466	2.276.644	
Fornecimentos e serviços externos	1.544.146	9.269.283	13.661.771	5.991.239	30.466.439	
F.S.E. - Leasing Operacional	-	12.541.660	-	-	12.541.660	
Custos com pessoal	7.639.563	33.202.701	13.707.253	22.009.369	76.558.886	
Fundo de Pensões	1.057.611	2.353.396	3.258.902	-532.622	6.137.287	
Amortizações	1.242.370	13.186.798	21.238.621	2.537.029	38.204.819	
Provisões	-	-	-	-	-	
Impostos	428	345	170.839	70.819	242.431	
Outros custos e perdas	1.173	7.875	1.456	177.904	188.409	
Total dos Custos Operacionais	12.244.851	71.844.468	52.267.050	30.260.205	166.616.575	
Resultados Operacionais	-11.797.217	8.257.701	-44.878.155	-29.064.292	-77.481.963	
Taxa de uso	-	-10.355.507	10.355.507	-	-	
Taxa gestão das estações	-	-11.227.912	11.227.912	-	-	
Taxa de manutenção	12.230.743	-12.230.743	-	-	-	
Rendas	-3.080.087	-1.982.709	6.766.041	-1.703.245	-	
Energia de tracção	-	-3.027.692	3.027.692	-	-	
Energia iluminação e Força motriz	-	-2.307.211	2.307.211	-	-	
Taxa de serviços corporativos ⁸	-5.007.647	-12.519.117	-8.450.404	25.977.168	-	
Total das Prestações Internas	4.143.009	-53.650.891	25.233.959	24.273.923	-	
Resultado Operacional c/Prestações Internas	-7.654.207	-45.393.190	-19.644.196	-4.790.369	-77.481.963	
Receitas financeiras	-	515.000	350.179	378.457	1.243.637	
Custos financeiros com ILD's	-	-	38.393.883	-	38.393.883	
Custos financeiros com material circulante	-	4.884.641	-	-	4.884.641	
Custos financeiros directos	1.490.540	9.542.625	8.746.718	6.437.328	26.217.211	
Custos financeiros imputáveis	-	-	-	-	-	
Resultados Financeiros	-1.490.540	-13.912.266	-46.790.422	-6.058.870	-68.252.098	
Resultados Correntes	-9.144.747	-59.305.456	-66.434.618	-10.849.239	-145.734.061	
Proveitos e ganhos extraordinários	691	107.330	32.035	398.300	538.356	
Custos e perdas extraordinários	5.967	9.633	7.387	1.692.596	1.715.583	
Resultados Extraordinários	-5.276	97.697	24.648	-1.294.295	-1.177.227	
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	32.391	32.391	
Resultado Líquido	-9.150.023	-59.207.759	-66.409.970	-12.175.925	-146.943.679	

8 Não inclui Fundo de Pensões.

O “Esforço Financeiro do Estado”, atingiu o montante global de m€ 26.948, isto é, menos 44,3% do que no ano anterior.

Esforço Financeiro do Estado	2005	2006	Un:€
			Var. % 2006/2005
Indemnização compensatória	20.346.129	21.641.174	6,4%
PIDDAC	28.033.259	5.306.725	-81,1%
Total	48.379.387	26.947.899	-44,3%

Registámos um acréscimo de 6,4% na Indemnização Compensatória e uma diminuição de cerca de 81% no “PIDDAC”.

No que se refere às “Comparticipações Comunitárias a Fundo Perdido”, de referir a afectação de apenas m€ 9.025, um decréscimo de 68,5%.

Fundos Comunitários	2005	2006	Un:€
			Var. % 2006/2005
FEDER	15.293.024	-	-
Fundo de Coesão	28.653.246	9.024.753	-68,5%
Total	43.946.270	9.024.753	-79,5%

O decréscimo nas rubricas relacionadas com os apoios e ajudas ao investimento em infra-estruturas prende-se com o ritmo de evolução projectada para a rede do Metropolitano em 2006, bem como com o ritmo de realização destes investimentos.

Tendo em conta as grandes funções da Empresa – produção do transporte e sua manutenção e desenvolvimento das infra-estruturas – e as responsabilidades relacionadas com o serviço da dívida, as necessidades de financiamento elevaram-se a m€ 405.355.

Fluxos de Caixa	2005	2006	Un:€
Actividades operacionais	-4.210.351	-6.406.741	
Actividades investimento	-136.251.240	-76.964.647	
Amortizações:			
Empréstimos bancários	-46.833.137	-205.562.752	
Empréstimos obrigacionistas	-	-	
Leasing	-34.701.770	-35.756.109	
Juros e custos similares	-83.802.907	-80.664.623	
Total das Necessidades de Financiamento	-305.799.405	-405.354.872	
Realização de aumentos de capital	-	-	
Desinvestimentos Financeiros	-	96.137	
Subsídios ao investimento	42.934.601	5.306.725	
Novos empréstimos:			
Empréstimos bancários	262.892.667	-	
Empréstimos obrigacionistas	-	400.000.000	
Leasing	-	-	
Juros e proveitos similares	4.361	6.997	
Total dos Financiamentos	305.831.629	405.409.859	



A cobertura financeira destas necessidades foi concretizada através das seguintes medidas de política:

- Recurso a PIDDAC, em cerca de m€ 5.307;
- Recurso ao mercado financeiro, exclusivamente ao mercado de capitais, através de emissão de obrigações a longo prazo no montante de m€ 400.000.

Face à conjuntura do mercado monetário no ano com subida sustentada das taxas de juro, a política financeira de permanente reestruturação da dívida, nomeadamente ao nível do mercado de derivados, a Empresa conseguiu registar, em termos globais, um decréscimo de 10,6%, o equivalente a m€ 9.275, na sua função financeira.

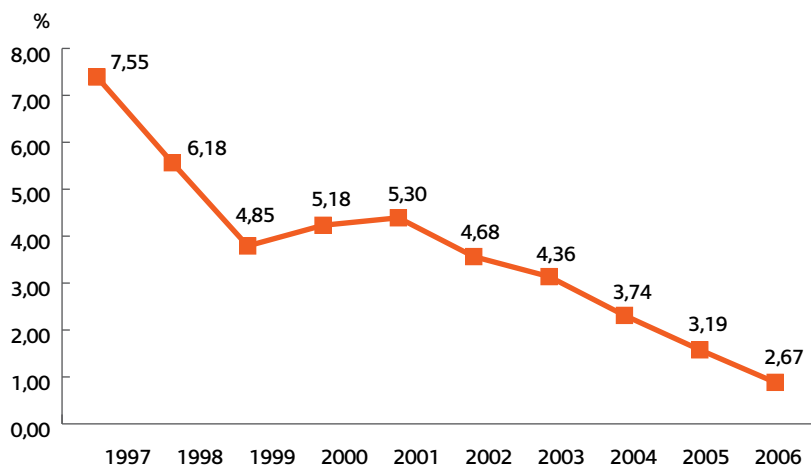
Un:€

Função Financeira da Empresa	2005	2006	Var. % 2006/2005
Exploração	21.866.080	31.147.846	42,4%
Custos financeiros com ILD's	54.363.943	37.976.373	-30,1%
Investimento - ML	455.991	169.466	-62,8%
Investimento - ILD's	10.462.099	8.579.259	-18,0%
Total	87.148.114	77.872.945	-10,6%

O esforço global, situou-se nos m€ 77.873, dos quais m€ 8.749 foram capitalizados na sequência da execução do plano de investimento em curso.

Como forma de financiar as suas actividades, as medidas de política relativas ao "funding" e às intervenções no "mercado de derivados", traduziram-se numa diminuição clara e expressiva da taxa de juro implícita do endividamento, baixando em 0,52%, isto é, passando de 3,19% para 2,67% ao ano – uma redução de 16,3%, da taxa de juro implícita.

Taxa de juro implícita do endividamento



Estrutura Patrimonial / Balanço

Un:€

	2005	%	2006	%	Var. % 2006/2005
Activo	3.399.883.485	100,0%	3.420.988.726	100,0%	0,6%
Imobilizado ML	502.886.361	14,8%	469.596.627	13,7%	-6,6%
Imobilizado incorpóreo	6.029.053		5.694.999		-5,5%
Imobilizado corpóreo	488.530.075		455.444.292		-6,8%
Investimentos financeiros	8.327.233		8.457.336		1,6%
Imobilizado Financiado pelo Estado	2.711.595.891	79,8%	2.769.927.535	81,0%	2,2%
Imobilizado incorpóreo	9.492.358		6.649.645		-29,9%
Imobilizado corpóreo	2.702.103.533		2.763.277.890		2,3%
Dívidas de Terceiros (médio e longo prazo)	3.789.804	0,1%	423.105	0,0%	-88,8%
Activo Circulante	101.491.044	3,0%	101.460.179	3,0%	0,0%
Existências	2.554.401		2.738.949		7,2%
Dívidas de terceiros (curto prazo)	98.686.796		98.416.397		-0,3%
Disponibilidades	249.847		304.833		22,0%
Acréscimos e diferimentos	80.120.385	2,4%	79.581.280	2,3%	-0,7%
Capital Próprio	197.230.671	5,8%	64.742.936	1,9%	-67,2%
Capital estatutário	603.750.000		603.750.000		0,0%
Ajustamentos	134.577		134.577		0,0%
Reservas de reavaliação	236.296.083		236.296.083		0,0%
Imobilizado ML	37.234.075		37.234.075		0,0%
Imobilizado financiado pelo Estado	199.062.008		199.062.008		0,0%
Reservas	703.658.767		718.114.711		2,1%
Resultados transitados	-1.184.573.806		-1.346.608.756		-13,7%
Resultado líquido do exercício	-162.034.950		-146.943.679		9,3%
Passivo	3.202.652.814	94,2%	3.356.245.790	98,1%	4,8%
Provisões para outros riscos e encargos	183.502.459	5,4%	183.806.973	5,4%	0,2%
Dívidas a Terceiros (médio e longo prazo)	2.402.949.966	70,7%	2.642.921.875	77,3%	10,0%
Instituições de crédito	2.196.259.439		2.457.051.818		11,9%
Fornecedores de leasing	206.192.740		185.372.270		-10,1%
Outros credores	497.787		497.787		0,0%
Dívidas a Terceiros (curto prazo)	471.040.031	13,9%	397.475.795	11,6%	-15,6%
Instituições de crédito	394.883.906		328.528.776		-16,8%
Fornecedores de leasing	19.940.226		20.858.423		4,6%
Fornecedores	6.871.876		7.070.262		2,9%
Fornecedores de imobilizado	33.241.859		24.448.070		-26,5%
Outros credores	16.102.164		16.570.264		2,9%
Acréscimos e diferimentos	145.160.358	4,3%	132.041.147	3,9%	-9,0%
Total do Capital Próprio e do Passivo	3.399.883.485	100,0%	3.420.988.726	100,0%	0,6%



A taxa de crescimento da Empresa, medida pelo aumento do Activo Líquido, foi apenas de 0,6%, elevando o seu montante para m€ 3.420.989.

Este crescimento é essencialmente explicado pelo aumento de 2,2% do “Imobilizado Financiado pelo Estado” na sequência da concretização do plano de expansão da rede.

O “Capital Próprio” sofreu mais uma redução significativa – este ano de 67,2% relativamente ao ano anterior, situando-se agora em m€ 64.743, cerca de 10,7% do Capital Estatutário.

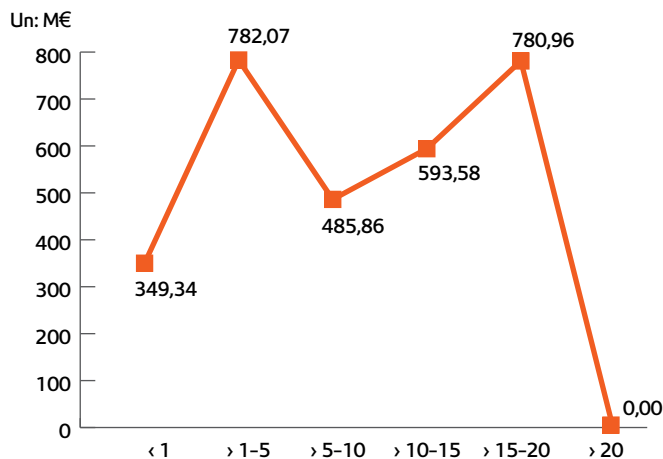
O “Passivo Global”, aumentou 4,8%, elevando-se para m€ 3.356.246. Este acréscimo é influenciado pelo crescimento de cerca de 10% do endividamento bancário a médio e longo prazo.

A evolução do Passivo Remunerado está evidenciada no quadro seguinte:

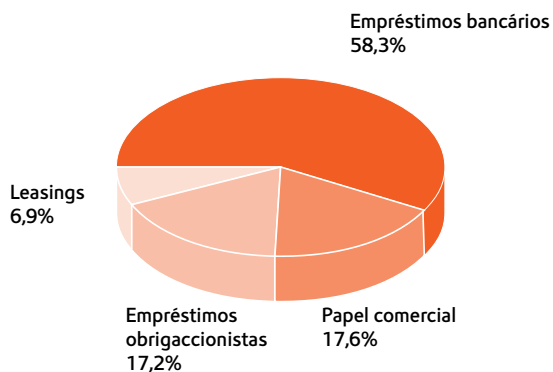
Passivo Remunerado	2005	2006	Un:€
			Var. % 2006/2005
De Longo Prazo	2.402.452.179	2.642.424.088	10,0%
Empréstimos obrigacionistas	115.246.007	469.582.307	307,5%
Empréstimos bancários:	2.081.013.432	1.987.469.511	-4,5%
BEI	1.231.043.485	1.199.969.511	-2,5%
Papel comercial	500.000.000	487.500.000	-2,5%
Outros	349.969.947	300.000.000	-14,3%
Leasing financeiro	206.192.740	185.372.270	-10,1%
De Curto Prazo	414.824.132	349.387.199	-15,8%
Empréstimos obrigacionistas	-	45.663.701	-
Empréstimos bancários:	394.883.906	282.865.075	-28,4%
BEI	42.842.754	37.872.827	-11,6%
Papel comercial	25.000.000	50.000.000	100,0%
Outros	327.041.152	194.992.248	-40,4%
Leasing financeiro	19.940.226	20.858.423	4,6%
Total do Passivo Remunerado	2.817.276.311	2.991.811.286	6,2%
Empréstimos obrigacionistas	115.246.007	515.246.007	347,1%
Empréstimos bancários:	2.475.897.338	2.270.334.586	-8,3%
BEI	1.273.886.239	1.237.842.338	-2,8%
Papel comercial	525.000.000	537.500.000	2,4%
Outros	677.011.099	494.992.248	-26,9%
Leasing financeiro	226.132.966	206.230.692	-8,8%

O prazo médio de endividamento está nos 10 anos e encontra-se distribuído da seguinte forma:

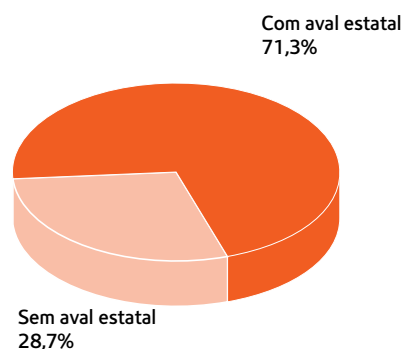
Prazo médio de endividamento



Distribuição de endividamento por tipo de instrumento



Estrutura de financiamento por tipo de garantia



71,3% do montante global do endividamento, o equivalente a m€ 2.132.985, foi obtido com “Garantia Pessoal do Estado”. Mais de 80% do Passivo Remunerado de Longo Prazo encontra-se avalizado pelo Estado.

O “Activo imobilizado líquido”, continua a ser fortemente financiado por Capitais Permanentes, cerca de 83,5%, embora se verifique que a percentagem do Capital Próprio nesse financiamento é cada vez menor, sendo em fins de 2006, cerca de 2,5%, contra 7,5% em 2005.

O Capital Próprio regista cerca de m€ 64.743, continuando a perder peso relativo na estrutura de capitais (1,9% contra 5,8% em 2005).

O crescente peso relativo do Passivo Global, cerca de 98,1%, na estrutura de capitais é explicado pelo crescimento do Passivo Remunerado, que atinge o valor de m€ 2.991.811, após, aumento anual de 6,2%.

Daí o impacto negativo na maioria dos indicadores, que se traduziu, por exemplo, numa redução dos níveis de autonomia e de solvabilidade apresentados.

Indicadores	2005	2006
Solvabilidade total	6,16%	1,93%
Autonomia financeira	5,80%	1,89%

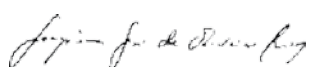




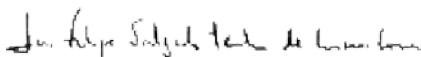
Proposta de aplicação de resultados

Para cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 31º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P., propõe-se que os resultados líquidos apurados no exercício, no valor negativo de € 146.943.679, sejam integralmente transferidos para a conta de Resultados Transitados.

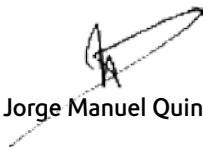
O Conselho de Gerência



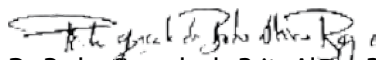
Dr. Joaquim José Oliveira Reis



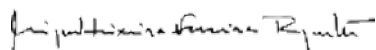
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Alêixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette





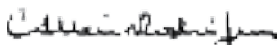
Demonstrações financeiras



Balancos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Código da Conta POC	Activo	Notas	Activo Bruto	Exercícios		Un:€
				2006 Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	
Imobilizado Financiado pela Empresa						
Imobilizações Incorpóreas:						
431	Despesas de instalação		3.397.901	1.178.604	2.219.297	858.025
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		2.974.948	655.878	2.319.070	581.451
433	Propriedade industrial e outros direitos		53.909	53.909	-	16.468
444	Imobilizações em curso		1.156.632	-	1.156.632	4.573.109
		8 - 10	7.583.390	1.888.391	5.694.999	6.029.053
Imobilizações Corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais		24.281.087	-	24.281.087	24.279.477
422	Edifícios e outras construções		250.971.356	105.057.603	145.913.753	156.936.478
423	Equipamento básico	15	501.239.096	221.320.246	279.918.850	300.952.048
424	Equipamento de transporte		1.155.944	1.141.163	14.781	58.476
425	Ferramentas e utensílios		2.166.140	1.841.365	324.775	308.747
426	Equipamento administrativo		23.512.215	21.361.856	2.150.359	2.894.383
428/429	Outras imobilizações corpóreas		1.033.863	320.233	713.630	715.183
441/6	Imobilizações em curso		1.850.917	-	1.850.917	2.325.787
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		276.140	-	276.140	59.496
		10 - 13	806.486.758	351.042.466	455.444.292	488.530.075
Investimentos Financeiros:						
4111	Partes de capital em empresas do grupo		5.581.606	-	5.581.606	5.619.040
4112	Partes de capital em empresas associadas		162.430	-	162.430	223.797
4113+414	Títulos e outras aplicações financeiras		3.881.577	1.168.277	2.713.300	2.484.396
		10 - 16	9.625.613	1.168.277	8.457.336	8.327.233
Imobilizado Financiado pelo Estado						
Imobilizações Incorpóreas:						
431	Despesas de instalação		2.019.827	-	2.019.827	2.019.827
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		1.407.904	-	1.407.904	5.160
444	Imobilizações em curso		3.221.914	-	3.221.914	7.467.371
		8 - 10	6.649.645	-	6.649.645	9.492.358
Imobilizações Corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais		15.304.290	-	15.304.290	15.329.088
422	Edifícios e outras construções		1.955.420.934	-	1.955.420.934	1.938.954.876
423	Equipamento básico		348.460.034	-	348.460.034	345.303.133
441/6	Imobilizações em curso		438.094.334	-	438.094.334	395.543.898
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		5.998.298	-	5.998.298	6.972.538
		10 - 13	2.763.277.890	-	2.763.277.890	2.702.103.533
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo:						
253	Empresas participadas e participantes		-	-	-	3.366.699
268	Outros devedores	49	423.105	-	423.105	423.105
			423.105	-	423.105	3.789.804
Circulante Existências:						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21-22-41	3.215.616	476.667	2.738.949	2.554.401
			3.215.616	476.667	2.738.949	2.554.401
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:						
211	Clientes, conta corrente		2.079.604	-	2.079.604	2.037.697
218	Clientes de cobrança duvidosa	21 - 23	87.356	87.356	-	-
252	Empresas do grupo	16	250.000	-	250.000	150.000
229	Adiantamentos a fornecedores		78.008	-	78.008	4.182
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		56.154	-	56.154	56.154
24	Estado e outros entes públicos	28	9.913.599	-	9.913.599	15.457.693
262+267+268	Outros devedores	21 - 23 - 49	59.461.598	3.542.963	55.918.635	50.860.673
264	Subscritores de capital	37	30.120.397	-	30.120.397	30.120.397
			102.046.716	3.630.319	98.416.397	98.686.796
Depósitos Bancários e Caixa:						
12+13	Depósitos bancários		231.352	-	231.352	228.566
11	Caixa		73.481	-	73.481	21.281
		55	304.833	-	304.833	249.847
Acréscimos e Diferimentos:						
271	Acréscimos de proveitos		1.688.818	-	1.688.818	1.269.029
272	Custos diferidos		77.892.462	-	77.892.462	78.851.356
		50	79.581.280	-	79.581.280	80.120.385
Total das Amortizações				353.786.788		
Total de Ajustamentos				4.419.332		
Total do Activo			3.779.194.846	358.206.120	3.420.988.726	3.399.883.485

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues


Código da conta POC	Capital Próprio e Passivo	Notas	Exercícios		Un:€
			2006	2005	
Capital Próprio:					
51	Capital	37	603.750.000	603.750.000	
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		134.577	134.577	
56	Reservas de reavaliação				
	Imobilizado não financiado pelo Estado		37.234.075	37.234.075	
	Imobilizado financiado pelo Estado		199.062.008	199.062.008	
Reservas:					
571	Reservas legais				
5711	Reserva geral		14.398	14.398	
5712	Reserva para remissão de capitais investidos		7.199	7.199	
5713	Reserva para investimentos		622.577.030	608.121.086	
574+575+576	Outras reservas		95.516.084	95.516.084	
59	Resultados transitados		-1.346.608.756	-1.184.573.806	
Subtotal			211.686.615	359.265.621	
88	Resultado líquido do exercício		-146.943.679	-162.034.950	
Total do Capital Próprio			40	64.742.936	197.230.671
Passivo:					
Provisões:					
291	Provisões para pensões	34	183.335.579	179.527.136	
293/8	Outras provisões	34	471.394	3.975.323	
			183.806.973	183.502.459	
Dívidas a Terceiros – Médio e Longo prazo:					
Empréstimos por obrigações:					
2322	Não convertíveis	48	469.582.307	115.246.007	
231	Dívidas a instituições de crédito	48	1.987.469.511	2.081.013.432	
2611	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	185.372.270	206.192.740	
268	Outros credores	49	497.787	497.787	
			2.642.921.875	2.402.949.966	
Dívidas a Terceiros – Curto Prazo:					
Empréstimos por obrigações:					
2322	Não convertíveis	48	45.663.701	-	
231	Dívidas a instituições de crédito	48	282.865.075	394.883.906	
221	Fornecedores, conta corrente		6.936.239	6.826.255	
228	Fornecedores – Facturas em recepção e conferência		134.023	37.561	
254	Empresas participadas e participantes		-	8.060	
2611	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15 - 16 - 53	45.306.493	53.182.085	
24	Estado e outros entes públicos	28	2.201.410	2.181.429	
262+263+265+266 +267+268	Outros credores	49	14.368.854	13.920.735	
			397.475.795	471.040.031	
Acréscimos e Diferimentos:					
273	Acréscimos de custos		21.486.418	26.679.249	
274	Proveitos diferidos		110.554.729	118.481.109	
			50	132.041.147	145.160.358
Total do Passivo			3.356.245.790	3.202.652.814	
Total do Capital Próprio e do Passivo			3.420.988.726	3.399.883.485	

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2006.

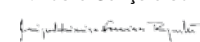
O Conselho de Gerência


Dr. Joaquim José Oliveira Reis


Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia


Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob


Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas


Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette



Demonstrações de Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

LIn€

Código da conta POC	Custos e Perdas	Notas	Exercícios	
			2006	2005
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41	2.276.644	1.440.767
62	Fornecimentos e serviços externos		43.008.099	39.809.175
	Custos com o pessoal:	52		
641+642	Remunerações		52.147.142	51.641.898
	Encargos sociais:			
643	Pensões	51	15.545.533	22.573.293
645/8	Outros		15.003.498	14.968.754
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	38.016.766	39.283.169
666+667	Ajustamentos	21	188.053	162.869
67	Provisões	34	-	27.193
63	Impostos		242.431	832.154
65	Outros custos e perdas operacionais		188.409	294.385
	(A)		166.616.575	171.033.657
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	45	300.382	66.552
683+684	Amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros	45	71.134	71.134
681+685+686+688	Juros e custos similares:			
	Outros	45	69.124.219	69.495.735
	(C)		236.112.310	247.401.367
69	Custos e perdas extraordinários	46	1.715.583	1.291.415
	(E)		237.827.893	248.692.782
86	Imposto sobre o rendimento		32.391	33.423
	(G)		237.860.284	248.726.205
88	Resultado líquido do exercício		-146.943.679	-162.034.950
			90.916.605	86.691.255

Proveitos e Ganhos

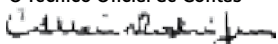
71	Vendas:			
	Mercadorias	44	11.929	30.769
72	Prestações de serviços	44	56.278.150	51.253.380
75	Trabalhos para a própria empresa		2.781.777	4.631.041
73	Proveitos suplementares	16	902.763	1.180.306
74	Subsídios à exploração	3. i)	21.641.174	20.346.129
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	53	7.281.479	7.287.203
77	Reversões de ajustamentos	21	237.340	50.000
	(B)		89.134.612	84.778.828
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	397.718	536.604
7815+783	Rendimentos de tít. negociáveis e outras part. financeiras:			
	Outros	45	23.777	23.756
7811+7818+	Outros juros e proveitos similares:			
785+786+788	Outros	45	822.142	535.628
	(D)		90.378.249	85.874.816
79	Proveitos e ganhos extraordinários	46	538.356	816.439
	(F)		90.916.605	86.691.255

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Resumo:


Resultados operacionais: (B)-(A)	-77.481.963	-86.254.829
Resultados financeiros: [(D)-(B)]-[(C)-(A)]	-68.252.098	-75.271.722
Resultados correntes: (D)-(C)	-145.734.061	-161.526.551
Resultados antes dos impostos: (F)-(E)	-146.911.288	-162.001.527
Resultado líquido do exercício: (F)-(G)	-146.943.679	-162.034.950

O Técnico Oficial de Contas

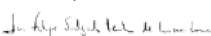


Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência



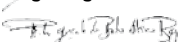
Dr. Joaquim José Oliveira Reis



Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette

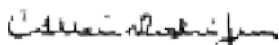
Demonstrações de Resultados por Funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Un:€

	Notas	Exercícios 2006	2005
Vendas e prestações de serviços	44	56.290.079	51.284.149
Subsídios à exploração	3.i)	21.641.174	20.346.129
Custo das vendas e das prestações de serviços		-79.153.007	-77.212.305
Resultados Brutos		-1.221.754	-5.582.027
Outros proveitos e ganhos operacionais		11.741.715	8.467.507
Custos de distribuição		-57.192.859	-53.099.176
Custos administrativos		-30.082.300	-36.221.726
Outros custos e perdas operacionais		-1.903.992	-294.384
Resultados Operacionais		-78.659.190	-86.729.806
Custos líquidos de financiamento	45	-68.302.077	-75.694.395
Ganhos / (Perdas) em filiais e associadas	45	97.336	470.052
Perdas em outros investimentos	45	-47.357	-47.378
Resultados Correntes		-146.911.288	-162.001.527
Impostos sobre os resultados correntes		-32.391	-33.423
Resultados Líquidos		-146.943.679	-162.034.950

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência



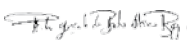
Dr. Joaquim José Oliveira Reis




Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette

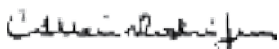


Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	Exercícios 2006	Exercícios 2005
Un:€			
Actividades Operacionais:			
Vendas de bilhetes e passes		61.936.297	59.687.963
Indemnização compensatória		22.524.317	20.291.514
Receitas de bilhetes e passes de outros operadores		2.113.042	3.961.500
Pagamentos a fornecedores		-42.952.266	-40.796.982
Pagamentos ao pessoal		-62.519.421	-61.214.014
Fluxo Gerado pelas Operações		-18.898.031	-18.070.019
Pagamento e recebimento de impostos		7.639.203	7.916.687
Outros recebimentos da actividade operacional		4.860.555	5.843.274
Fluxo Gerado antes Rubricas Extraordinárias		-6.398.273	-4.310.058
Recebimentos de rubricas extraordinárias		4.251	112.425
Pagamentos de rubricas extraordinárias		-12.719	-12.718
Fluxo das Actividades Operacionais (1)		-6.406.741	-4.210.351
Actividades de Investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		96.137	-
Subsídios de investimento		5.306.725	42.934.601
Juros e proveitos similares		6.997	4.361
Total dos Recebimentos		5.409.859	42.938.962
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-38	-170.038
Imobilizações corpóreas		-76.964.609	-136.081.202
Total dos Pagamentos		-76.964.647	-136.251.240
Fluxo das Actividades de Investimento (2)		-71.554.788	-93.312.278
Actividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos bancários		-	262.892.667
Empréstimos obrigacionistas	48	400.000.000	-
Total dos Recebimentos		400.000.000	262.892.667
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos bancários		-205.562.753	-46.833.137
Operações de leasing/aluguer		-35.756.109	-34.701.770
Juros e custos similares		-80.664.623	-83.802.907
Total dos Pagamentos		-321.983.485	-165.337.814
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)		78.016.515	97.554.853
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		54.986	32.224
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		249.847	217.623
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		304.833	249.847
Numerário	55	73.481	21.281
Depósitos bancários	55	231.352	228.566
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		304.833	249.847

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

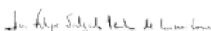


Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência



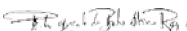
Dr. Joaquim José Oliveira Reis



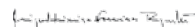
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette





Anexo ao balanço e à demonstração de resultados

Em 31 de Dezembro de 2006
(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P. (“Empresa”) resultou da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de Junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L. tendo-lhe sido conferida a sua actual denominação e atribuído o seu actual estatuto de empresa pública, pelo Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro.

A Empresa tem por objecto principal a manutenção e desenvolvimento do funcionamento regular do serviço público de transporte colectivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a actividade das empresas públicas, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário, investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

A Empresa irá elaborar e apresentar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas de consolidação estabelecidas no Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho. Uma vez que a Empresa já valoriza as suas participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, o efeito da consolidação a nível de capital próprio e resultados já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras individuais. Contudo, o efeito da consolidação de activos, passivos, proveitos e custos das empresas participadas apenas será reflectido nas contas consolidadas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- a) **Imobilizações incorpóreas**
 - i) **Financiadas pela Empresa**

As imobilizações incorpóreas financiadas pela Empresa compreendem, essencialmente, custos internos relacionados com estudos de projectos comerciais, estudos de reorganização da Empresa, custos de implementação de um novo sistema de informação de gestão e despesas com imagem (Nota 8). Estas imobilizações são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de 3 a 6 anos.



ii) Financiadas pelo Estado

As imobilizações incorpóreas financiadas pelo Estado, incluem essencialmente estudos para o desenvolvimento da rede, caracterizados como custos com infra-estruturas de longa duração (“ILD’s”). Estas imobilizações não estão a ser amortizadas.

b) Imobilizações corpóreas

i) Financiadas pela Empresa

As imobilizações corpóreas financiadas pela Empresa adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui encargos financeiros suportados durante o período de construção, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir do ano de entrada em funcionamento do bem, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14-28
Material circulante de serviço	10-30
Sistemas de controlo e telecomunicações	12-16
Equipamento de transporte	4-5
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	7-10
Outras imobilizações corpóreas	4-10

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações são registadas na rubrica de “Custos diferidos” e amortizadas num período de três anos.

ii) Financiadas pelo Estado

As imobilizações corpóreas financiadas pelo Estado adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui encargos financeiros suportados durante o período de construção, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

O registo das amortizações relativas a estas imobilizações foi efectuado com base nos critérios acima mencionados para as imobilizações corpóreas financiadas pela Empresa mas apenas até 31 de Dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas directamente ao valor de custo ou reavaliado das imobilizações corpóreas e debitadas às respectivas reservas de reavaliação como factor correctivo das mesmas. Após 1 de Janeiro de 1998, estas imobilizações não estão a ser amortizadas.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação da Empresa nos respectivos capitais próprios, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registadas como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

São constituídos ajustamentos para participações financeiras sempre que não existam expectativas razoáveis de recuperação dos montantes investidos.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição o qual é inferior ao valor de mercado.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual não excede o respectivo valor de mercado utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Foi constituído um ajustamento para depreciação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização no caso deste ser inferior ao custo.

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” (Nota 50).

f) Complementos de pensões de reforma

Conforme descrito em detalhe na Nota 51, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, a Empresa adoptou as disposições da Directriz Contabilística n.º 19, emitida em 21 de Maio de 1997 pela Comissão de Normalização Contabilística, passando a registar estas responsabilidades no balanço. As responsabilidades da Empresa são quantificadas através de um estudo actuarial elaborado de acordo com métodos e pressupostos actuariais, e que os actuários entendem que melhor se adequa à Empresa, de modo a conhecer o valor das suas responsabilidades na data do balanço e o custo com pensões a registar no exercício. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os registos contabilísticos da Empresa de forma a determinar o montante das diferenças a registar. Os ganhos e perdas com pensões de reforma são registados na rubrica “Custos com o pessoal”, com base nos valores determinados pelo referido estudo actuarial.

g) Cuidados de saúde

A Empresa assumiu determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados pré-reformados e até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de Dezembro de 2006. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados pré-reformados, bem como aos activos, um seguro colectivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração de resultados do exercício em que são pagos, não se encontrando reflectidas no balanço as responsabilidades da Empresa relativas aos pré-reformados, uma vez que as mesmas, quantificadas actuarialmente, não são materiais.



h) Prestação de serviços e reconhecimento de receitas

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços compreendem as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas por prestações de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afectas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pela Direcção Geral dos Transportes Terrestres (D.G.T.T.). Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.
- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

i) Indemnizações compensatórias

A Empresa regista na demonstração de resultados do exercício, como subsídios à exploração os valores das indemnizações compensatórias, atribuídas pelo Estado, pela prática de tarifas por ele fixadas, e que no exercício de 2006 ascenderam a € 21.641.174, atribuídos nos termos da Resolução do Conselho de Ministros de 9 de Novembro de 2006.

j) Custos departamentais

Os custos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 2% ao valor dos investimentos em curso.

Estes custos são imputados aos investimentos em infra-estruturas de longa duração – ILD's (imobilizado financiado pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e ao equipamento de fecho da rede (imobilizado financiado pela Empresa) (Nota 10), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecidos de uma gestão mais intensa em meios humanos.

l) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b) são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

m) Locação Operacional

Os encargos relativos a contratos de locação operacional são reconhecidos como custo do exercício a que respeitam.

n) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos à Empresa, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de "Acréscimos e diferimentos", e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios atribuídos para financiamento de ILD's, a fundo perdido, são registados directamente nos capitais próprios, na rubrica de "Reservas para investimento". Neste exercício, estes subsídios atingiram cerca de 25% da realização do investimento em ILD's, dos quais 63% ainda a receber.

o) Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, excepto diferenças de câmbio desfavoráveis no montante de € 119.320, incorridas em empréstimos bancários específicos, obtidos para o financiamento de imobilizado em curso, as quais se encontram registadas no balanço anexo na rubrica de “Custos diferidos” (Nota 50).

p) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Em 1 de Janeiro de 2002 tornaram-se obrigatórias em Portugal as disposições da Directriz Contabilística n.º 28, de 29 de Junho de 2001, relativas ao registo dos impostos diferidos. A Empresa decidiu adoptar o regime transitório disposto na Directriz Contabilística n.º 28 que permite não reconhecer – durante um período que não pode exceder cinco anos – os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a situações anteriores à data da entrada em vigor, ou da primeira aplicação, da referida Directriz, ou seja anteriores a 1 de Janeiro de 2002. Em consequência, tais impostos diferidos não se encontram registados nas Demonstrações Financeiras anexas e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os activos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, ocorreram situações que conduziram ao registo de activos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, € 200.000.000, referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram registados uma vez que, em termos da Directriz Contabilística n.º 28 existindo passivos por impostos diferidos não registados decorrentes de situações anteriores a 1 de Janeiro de 2002, não deverão ser reconhecidos activos por impostos diferidos e, ainda, por não existir uma segurança razoável de realização desses impostos diferidos no período de reporte fiscal.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25% em 2006 acrescida de derrama de 10%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2003 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correcção.

O Conselho de Gerência entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2006, de acordo com as declarações entregues às autoridades fiscais, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, € 920.000.000.

7. Número Médio de Pessoal

Durante os exercícios de 2006 e 2005, o número médio de trabalhadores foi de 1.702 e 1.698, respectivamente.



8. Despesas de Instalação, de Investigação e de Desenvolvimento e Propriedade Industrial e Outros Direitos

A Empresa tem vindo a registar nestas rubricas as seguintes naturezas de custos que em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 apresentavam a seguinte composição:

Imobilizado Financiado pela Empresa	2006	2005
Despesas de instalação:		
Projecto AMMOS	-	70.873
Portal Corporativo	222.000	222.000
Metodologia RCM para manutenção de material circulante	741.394	611.859
Desenvolvimento organizacional da área de infra-estruturas	262.500	472.500
Reorganização dos serviços administrativos	291.000	291.000
Estudos de reorganização do ML	1.687.600	-
Custos financeiros (Nota 10)	193.407	35.259
	3.397.901	1.703.491
Amortizações acumuladas	-1.178.604	-845.466
	2.219.297	858.025
Despesas de investigação e de desenvolvimento:		
Implementação de sistema de gestão e qualidade	658.125	657.782
Enquadramento doutrinário e financeiro do Passe Social	-	138.167
Estudo de rentabilização da capacidade instalada	75.000	75.000
Estudos de integração com a AMTL	1.722.163	-
Dinamização dos parques de estacionamento ML	197.887	-
Estudo p/ repartição receitas do passe social	14.306	-
Outras	-	76.009
Custos financeiros (Nota 10)	231.458	11.799
	2.974.948	882.748
Amortizações acumuladas	-655.878	-301.297
	2.319.070	581.451
Elementos de Propriedade Industrial:		
Imagem do passe intermodal	50.396	50.396
Custos financeiros (Nota 10)	3.513	3.513
	53.909	53.909
Amortizações acumuladas	-53.909	-37.441
	-	16.468
Imobilizado em curso		
Despesas de instalação:		
Projectos SAP	626.481	227.088
Estudos de reorganização do ML	-	1.687.600
Custos financeiros	17.310	91.768
	643.791	2.006.456
Despesas de investigação e desenvolvimento:		
Estudo para repartição receitas do Passe Social	-	14.306
Estudos de integração com a AMTL	-	1.722.163
Dinamização dos parques de estacionamento ML	-	197.887
Estudos de rentabilização do PMO I	490.818	338.605
Outras	-	76.009
Custos financeiros	22.023	217.683
	512.841	2.566.653
	1.156.632	4.573.109
	5.694.999	6.029.053

Imobilizado Financiado pelo Estado	2006	2005
Despesas de instalação:		
Estudos e desenvolvimento da rede	1.988.425	1.988.425
Outras	86	86
Custos financeiros (Nota 10)	31.316	31.316
	2.019.827	2.019.827
Despesas de investigação e de desenvolvimento:		
Estudo para desenvolvimento de estação tipo	5.092	5.092
Estudos de hipóteses para novos prolongamentos	326.134	-
Estudo de impacte do Tunel Rodoviário	108.989	-
Concurso para tratamento plástico de estações	40.721	-
Estudos para Metro Ligeiro de Superfície	674.703	-
Estudo de viabilidade da Linha das Colinas	48.938	-
Análises de compatibilidade electromagnética	90.599	-
Outros	4.977	-
Custos financeiros (Nota 10)	107.751	68
	1.407.904	5.160
Imobilizado em curso:		
Despesas de investigação e desenvolvimento:		
Estudos de hipóteses para novos prolongamentos	870.916	1.059.702
Estudo de impacte do túnel rodoviário	-	108.989
Estudo de impacte ambiental para novos prolongamentos	-	4.977
Projecto da central de geração de energia eléctrica	24.694	24.694
Concurso para tratamento plástico de estações	-	40.721
Estudos para Metro Ligeiro de Superfície	-	644.757
Estudos para extensão Oriente/Aeroporto	1.712.879	5.152.772
Estudos para extensão Amadora Este/Reboleira	77.961	33.324
Estudos para extensão Rato/ Alcântara	374.725	72.582
Estudos para extensão S. Sebastião/Campolide	19.611	19.611
Estudos de viabilidade da linha das Colinas	-	48.938
Análises de compatibilidade electromagnética	-	90.599
Outros	49.118	19.210
Custos financeiros	92.010	146.495
	3.221.914	7.467.371
	6.649.645	9.492.358



10. Movimento do Activo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, financiadas pela Empresa, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Activo Bruto Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	1.703.491	99.177	-	1.595.233	3.397.901
Despesas de investigação e de desenvolvimento	882.748	344	-	2.091.856	2.974.948
Propriedade industrial e outros direitos	53.909	-	-	-	53.909
	2.640.148	99.521	-	3.687.089	6.426.758
Em curso:					
Despesas de instalação	2.006.456	517.494	-	-1.880.160	643.790
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.566.653	182.926	-	-2.236.737	512.842
	4.573.109	700.420	-	-4.116.897	1.156.632
	7.213.257	799.941	-	-429.808	7.583.390
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	24.279.477	1.610	-	-	24.281.087
Edifícios e outras construções	250.963.548	7.808	-	-	250.971.356
Equipamento básico	498.112.369	1.502.529	-10	1.624.208	501.239.096
Equipamento de transporte	1.342.317	-	-186.373	-	1.155.944
Ferramentas e utensílios	2.037.927	132.889	-	-4.676	2.166.140
Equipamento administrativo	23.389.550	760.296	-583.404	-54.227	23.512.215
Outras imobilizações corpóreas	1.033.652	211	-	-	1.033.863
	801.158.840	2.405.343	-769.787	1.565.305	804.359.701
Em curso:					
Edifícios e outras construções	212.856	-	-	-	212.856
Equipamento básico	1.972.626	974.777	-	-1.688.885	1.258.518
Equipamento administrativo	140.305	277.318	-	-38.080	379.543
	2.325.787	1.252.095	-	-1.726.965	1.850.917
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	59.496	240.415	-	-23.771	276.140
	803.544.123	3.897.853	-769.787	-185.431	806.486.758
Investimentos Financeiros:					
Partes de capital empresas do grupo	5.619.040	-37.434	-	-	5.581.606
Partes de capital empresas associadas	223.797	-61.367	-	-	162.430
Títulos e outras aplicações financeiras	3.881.539	38	-	-	3.881.577
	9.724.376	-98.763	-	-	9.625.613

Rubrica	Saldo inicial	Amortizações e Ajustamentos		Saldo final
		Reforço	Alienações/Abates	
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	845.466	618.065	-284.927	1.178.604
Despesas de investigação e de desenvolvimento	301.297	500.427	-145.846	655.878
Propriedade industrial e outros direitos	37.441	16.468	-	53.909
	1.184.204	1.134.960	-430.773	1.888.391
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	94.027.070	11.030.533	-	105.057.603
Equipamento básico	197.160.321	24.160.805	-880	221.320.246
Equipamento de transporte	1.283.841	41.301	-183.979	1.141.163
Ferramentas e utensílios	1.729.180	116.585	-4.400	1.841.365
Equipamento administrativo	20.495.167	1.530.818	-664.129	21.361.856
Outras imobilizações corpóreas	318.469	1.764	-	320.233
	315.014.048	36.881.805	-853.388	351.042.466
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	1.397.143	71.134	-300.000	1.168.277
	1.397.143	71.134	-300.000	1.168.277
	317.595.395	38.087.900	-1.584.161	354.099.134

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – Equipamento básico”, no montante de € 1.502.529, respeitam, essencialmente, a despesas com a adaptação do sistema de bilhética a novos títulos de transporte e à implementação do sistema de vídeo vigilância para o material circulante.

As adições ocorridas em 2006 na rubrica de “Imobilizado em curso – Equipamento básico”, no montante de € 974.777, respeitam, essencialmente, a despesas com a centralização da vídeo-vigilância das estações do ML.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício 2006 na rubrica de “Imobilizado em curso – Equipamento básico” referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência para “Imobilizado corpóreo” da rede gigabit e do sistema de sonorização, ambos para as estações do ML.

Os movimentos verificados nas rubricas de “Partes de capital em empresas do grupo”, “Partes de capital em empresas associadas” e “Títulos e outras aplicações financeiras”, no montante líquido total de (€ 98.763), incluem, essencialmente, os montantes de € 397.718 e € 300.382, referentes aos ganhos e perdas, respectivamente, das participadas apropriados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 45); € 100.000 relativos à distribuição de dividendos e € 96.137 relativos ao valor recebido pela liquidação da ASSER, A.C.E. (Nota 16).

O reforço de amortizações e ajustamentos na rubrica de “Títulos e outras aplicações financeiras” no montante de € 71.134 (Nota 45), respeita à amortização de investimentos em imóveis para rendimento. Neste exercício foi anulado o ajustamento referente ao investimento financeiro no capital da Fernave, S.A. no montante de € 300.000 em resultado da decisão tomada em Assembleia Geral desta empresa, em converter os suprimentos concedidos em capital. O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006, inclui o ajustamento de investimentos financeiros referente à participação no capital da GIL, S.A. no montante de € 312.346 (Nota 16).



Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração do Metro definindo como tais, os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efectuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nas imobilizações financiadas pelo Estado e reservas para investimentos, respectivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de Dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos e contabilizados na rubrica de reservas para investimentos. Esta situação tem a seguinte expressão contabilística nas demonstrações financeiras da Empresa, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

Imobilizações Financiadas pelo Estado	2006	2005
Incorpóreas:		
Valor de custo	3.427.731	2.024.987
Em curso	3.221.914	7.467.371
	6.649.645	9.492.358
Corpóreas:		
Valor de custo	2.120.123.250	2.100.525.089
Reavaliações (Nota 13)	199.062.008	199.062.008
Em curso e adiantamentos	444.092.632	402.516.436
	2.763.277.890	2.702.103.533
	2.769.927.535	2.711.595.891
Reservas de reavaliação (Nota 40)	199.062.008	199.062.008
Reservas para investimentos (Nota 40)	622.577.030	608.121.086
Outras reservas (Nota 40)	93.999.764	93.999.764
	915.638.802	901.182.858

Imobilizações financiadas pela Empresa	2006	2005
Incorpóreas:		
Valor de custo	6.426.758	2.640.148
Em curso	1.156.632	4.573.109
	7.583.390	7.213.257
Amortizações acumuladas	-1.888.391	-1.184.204
	5.694.999	6.029.053
Corpóreas:		
Valor de custo	776.267.264	773.063.595
Reavaliações (Nota 13)	28.092.437	28.095.245
Em curso	2.127.057	2.385.283
	806.486.758	803.544.123
Amortizações acumuladas	-351.042.466	-315.014.048
	455.444.292	488.530.075
	461.139.291	494.559.128

No valor de custo das imobilizações incorpóreas, corpóreas e em curso, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 encontram-se incluídos os seguintes custos suplementares:

Imobilizado Financiado pela Empresa	2006				2005			
	Incorpóreo	Corpóreo	Em Curso	Total	Incorpóreo	Corpóreo	Em Curso	Total
Custos Financeiros (Nota 14)	428.378	66.984.475	110.503	67.523.356	50.570	66.836.431	478.623	67.365.624
Custos Departam. (Nota 3.j))	967.341	8.003.050	16.324	8.986.715	895.809	7.950.814	20.759	8.867.382
Total	1.395.719	74.987.525	126.827	76.510.071	946.379	74.787.245	499.382	76.233.006

Imobilizado Financiado pelo Estado	2006				2005			
	Incorpóreo	Corpóreo	Em Curso	Total	Incorpóreo	Corpóreo	Em Curso	Total
Custos Financeiros (Nota 14)	139.068	223.376.060	57.594.272	281.109.400	31.384	222.418.367	50.080.390	272.530.141
Custos Departam. (Nota 3.j))	37.169	40.527.570	9.987.872	50.552.611	143	39.930.970	8.268.928	48.200.041
Total	176.237	263.903.630	67.582.144	331.662.011	31.527	262.349.337	58.349.318	320.730.182



Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas, financiadas pelo Estado, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Activo Bruto Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	2.019.827		-	-	2.019.827
Despesas de investigação e de desenvolvimento	5.160	199.376	-	1.203.368	1.407.904
Em curso:					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	7.467.371	1.215.581	-	-5.461.038	3.221.914
	9.492.358	1.414.957	-	-4.257.670	6.649.645
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	15.329.088	-24.798	-	-	15.304.290
Edifícios e outras construções	1.938.954.876	5.427.415	-	11.038.643	1.955.420.934
Equipamento básico	345.303.133	1.882.577	-	1.274.324	348.460.034
	2.299.587.097	7.285.194	-	12.312.967	2.319.185.258
Imobilizações em curso:					
Edifícios e outras construções	389.066.003	40.331.553	-34.886	-6.781.938	422.580.732
Equipamento básico	6.477.895	10.249.449	-	-1.213.742	15.513.602
	395.543.898	50.581.002	-34.886	-7.995.680	438.094.334
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	6.972.538	117.629	-	-1.091.869	5.998.298
	2.702.103.533	57.983.825	-34.886	3.225.418	2.763.277.890

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 na rubrica de “Imobilizações em curso Edifícios e outras construções”, no montante de € 40.331.553 referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Alameda / S. Sebastião e Baixa-Chiado / Sta. Apolónia, no montante de € 17.036.141 e € 15.672.115, respectivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 na rubrica de “Imobilizações em curso Equipamento básico”, no montante de € 10.249.449 referem-se, essencialmente, à remodelação da Linha Verde e ao empreendimento Alameda / S. Sebastião, com € 4.785.817 e € 4.585.627, respectivamente.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício 2006 na rubrica de “Imobilizado em curso Imobilizado incorpóreo”, no montante de € 5.461.038, referem-se, essencialmente, ao movimento de reclassificação para “Imobilizações em curso - Edifícios e outras construções” de despesas relativas ao empreendimento Oriente / Aeroporto.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício 2006 na rubrica de “Imobilizado corpóreo Edifícios e outras construções” no montante € 11.038.643 referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência para “Imobilizado corpóreo” da remodelação da estação de Roma cujo montante ascendeu a € 10.659.022.

Em 31 de Dezembro de 2006 as rubricas “Imobilizações em curso – Edifícios e outras construções” e “Imobilizações em curso – Equipamento básico”, nos montantes de € 422.580.732 e € 15.513.602, respectivamente, compõem-se conforme segue:

	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico
Remodelação da Rede	11.415.502	5.295.441
Estação do Terreiro do Paço	112.437.054	1.771.731
Extensão Alameda/S. Sebastião	86.943.971	122.457
Interface do Terreiro do Paço	8.051.796	-
Extensão Baixa-Chiado/Terreiro do Paço	74.604.321	674.372
Interface do Cais do Sodré	11.906.966	1.264.810
Extensão Terreiro do Paço/Sta. Apolónia	108.560.329	5.685.388
Extensão Oriente/Aeroprto	6.059.756	808
Outros	2.601.037	698.595
	422.580.732	15.513.602

11. Custos Financeiros Capitalizados

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Empresa capitalizou custos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar imobilizações em fase de construção e custos departamentais, conforme segue:

Imobilizações Corpóreas em Curso	2006	2005
Encargos financeiros:		
Financiadas pela Empresa (Nota 14)	169.466	455.991
Financiadas pelo Estado (Nota 14)	8.579.259	10.462.100
	8.748.725	10.918.091
Custos departamentais:		
Financiados pela Empresa	120.496	896.377
Financiados pelo Estado	2.352.639	3.533.656
	2.473.135	4.430.033

12. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas (Legislação)

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 399 – G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro;
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

Como resultado das reavaliações efectuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram aumentadas em € 394.306. Deste montante, 40% não é aceite como custo para a determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas.



13. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas, financiadas pela Empresa e financiadas pelo Estado, e correspondentes a reavaliações em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é o seguinte:

i) Financiadas pela Empresa

Rubricas	Custos históricos	31 de Dezembro de 2006		31 de Dezembro de 2005
		Reavaliações (Nota 10)	Saldos reavaliados	Saldos reavaliados
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	23.836.574	444.513	24.281.087	24.279.477
Edifícios e outras construções	236.850.049	14.121.307	250.971.356	250.963.548
Equipamento básico	489.186.669	12.052.427	501.239.096	498.112.369
Equipamento de transporte	1.155.944	-	1.155.944	1.342.317
Ferramentas e utensílios	1.957.354	208.786	2.166.140	2.037.927
Equipamento administrativo	22.346.248	1.165.967	23.512.215	23.389.550
Outras imobilizações corpóreas	934.426	99.437	1.033.863	1.033.652
	776.267.264	28.092.437	804.359.701	801.158.840
Imobilizações em curso	1.850.917	-	1.850.917	2.325.787
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	276.140	-	276.140	59.496
	778.394.321	28.092.437	806.486.758	803.544.123

ii) Financiadas pelo Estado

Rubricas	Custos históricos	31 de Dezembro de 2006		31 de Dezembro de 2005
		Reavaliações (Nota 10)	Saldos reavaliados	Saldos reavaliados
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	12.915.848	2.388.442	15.304.290	15.329.088
Edifícios e outras construções	1.779.110.905	176.310.029	1.955.420.934	1.938.954.876
Equipamento básico	328.096.497	20.363.537	348.460.034	345.303.133
	2.120.123.250	199.062.008	2.319.185.258	2.299.587.097
Imobilizações em curso	438.094.334	-	438.094.334	395.543.898
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	5.998.298	-	5.998.298	6.972.538
	2.564.215.882	199.062.008	2.763.277.890	2.702.103.533

14. Imobilizações Corpóreas e em Curso (Informações Adicionais)

No activo imobilizado da Empresa encontra-se registado o investimento com o Museu da Música e com o Túnel Rodoviário, que ascendem a € 172.124 e € 300.144, respectivamente. O restante activo imobilizado da Empresa está afecto à actividade de transporte de passageiros.

Em 31 de Dezembro de 2006, as imobilizações corpóreas em poder de terceiros e implantadas em solo e subsolo não pertencente à Empresa ascendiam a € 571.854 e € 2.828.332.476, respectivamente.

Os custos financeiros capitalizados em imobilizado até 31 de Dezembro de 2006 ascendem a € 348.632.756 (Nota 10), dos quais € 8.748.725 foram capitalizados no exercício de 2006 (Nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, há ainda a referir o seguinte:

a) Implantadas em Solo e Subsolo não pertencente à Empresa	2006	2005
Imobilizado Financiado pela Empresa:		
Imobilizado corpóreo:		
Edifícios e outras construções	5.619.792	5.619.792
Equipamento básico	58.092.980	55.558.339
Imobilizado em curso:		
Equipamento básico	1.183.760	1.944.545
	64.896.532	63.122.676
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	158.054	21.301
	65.054.586	63.143.977
Imobilizado Financiado pelo Estado:		
Imobilizado corpóreo:		
Terrenos e recursos naturais	15.304.290	15.329.088
Edifícios e outras construções	1.955.420.934	1.938.954.876
Equipamento básico	348.460.034	345.303.133
Imobilizado em curso:		
Edifícios e outras construções	422.580.732	389.066.003
Equipamento básico	15.513.602	6.477.895
	2.757.279.592	2.695.130.995
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	5.998.298	6.972.538
	2.763.277.890	2.702.103.533
	2.828.332.476	2.765.247.510
b) Encargos Financeiros		
Custos financeiros totais	348.632.756	339.895.765
Custos financeiros no exercício (Nota 11)	8.748.725	10.918.091



15. Bens em Regime de Locação Financeira

Conforme referido na nota 3.l), a Empresa regista no seu imobilizado corpóreo (Nota 10) os activos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tracção e o equipamento de fecho da rede, que se encontram contabilizadas na rubrica de equipamento básico, com os seguintes valores:

Conta	Valor Contabilístico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
423	305.858.686	-102.060.732	203.797.954
423	29.516.500	-11.376.201	18.140.299
	335.375.186	-113.436.933	221.938.253

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha assumido compromissos para o pagamento de rendas de contratos de locação financeira como segue:

Descrição	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
55 Unidades de Tracção (Nota 53)	14.896.174	180.246.681	195.142.855
Equipamento de Fecho da Rede (Nota 53)	5.962.248	5.125.589	11.087.837
	20.858.422	185.372.270	206.230.692

A parcela que se vence a médio e longo prazo tem o seguinte plano de reembolso:

Ano	Montante
2008	20.801.938
2009	16.502.763
2010	17.378.364
2011	18.306.283
2012 e seguintes (Nota 29)	112.382.922
	185.372.270

As rendas de locação financeira, de unidades triplas de tracção, vencem juros às taxas anuais que variam entre 1,4400% e 2,5789%.

Adicionalmente, a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 16) e Hewlett-Packard International Bank, não reconhecidas no balanço anexo (Nota 3. m)) no montante de € 279.228.124 (Nota 31).

O calendário das rendas vincendas relativo aos contratos de locação operacional é o seguinte:

Ano	Montante
Curto Prazo	
2007	13.582.893
Médio e Longo Prazo	
2008	14.816.478
2009	14.816.478
2010	14.816.478
2011	14.816.478
2012 e seguintes	206.379.319
	279.228.124

16. Empresas do Grupo, Associadas e Participadas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as empresas do grupo, associadas e participadas eram como segue:

Partes de Capital em Empresas do Grupo	Sede	Capital	Capital Próprio em 31.12.06	Resultado líquido em 2006	Participação em 2006	%	Participação em 2005	%	
Ferconsult, S.A.	Lisboa	1.000.000	5.234.281	326.402	5.234.281	100	5.007.879	100	a) b)
Metrocom, S.A.	Lisboa	750.000	434.156	-329.795	347.325	80	611.161	80	a) b)
					5.581.606		5.619.040		
Partes de Capital em Empresas Associadas									
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	150.000	170.458	-46.454	68.183	40	86.765	40	a)
Fernave, S.A.	Lisboa	1.500.000	356.579	-1.643.423	71.316	20	-	20	a)
Ensitrans Engenharia e Sist. de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	49.880	1.323	-187.005	66	5	9.416	5	a)
SOTRANS Operadora de transportes, S.A.	Madrid	60.200	60.200	-	18.060	30	18.060	30	
ASSER Serviços para Emp. de Transporte, A.C.E.	Lisboa	-	-	-	4.805		109.556	-	d)
					162.430		223.797		
Títulos e Outras Aplicações Financeiras									
Edel – Emp. Editoria, Lda.	Lisboa	c)	c)	c)	20	-	20	-	a)
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	1.952.160	-26.315	-2.738.065	312.346	16	312.346	16	a)
Otlis, A.C.E.	Lisboa	69.832	69.832	-	9.976	14	9.976	14	a)
TREM, A.C.E.	Lisboa	11.823.188	-53.378.144	-3.843.295	1.064	-	1.064	-	a) b)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	28.200.000	-100.732.248	-12.424.066	2.576	-	2.538	-	a) b)
					325.982		325.944		
Imóveis de rendimento (Nota 10)					3.555.595		3.555.595		
					3.881.577		3.881.539		
					9.625.613		9.724.376		

a) Informação financeira não auditada a 31 de Dezembro de 2006.

b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa (Nota 31).

c) Informação não disponível.

d) A.C.E. liquidado no exercício de 2006. Encontra-se por regularizar o montante de € 4.805.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 e as transacções efectuadas com empresas do grupo, associadas e relacionadas, nos exercícios findos naquelas datas, são os seguintes:

Saldos Devedores 2006	Clientes, Conta Corrente	Outros Devedores (Nota 19)	Emp. do grupo e Participadas – Curto Prazo	Acréscimo de Proveitos (Nota 50)	IRC – Retenções na Fonte (Nota 28)	Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	Total
Ferconsult, S.A.	-	1.329.532	250.000	860.006	753.516	414.838	3.607.892
Metrocom, S.A.	-	596.289	-	-	262.801	-	859.090
Publimetro, S.A.	-	501.799	-	-	-	-	501.799
Fernave, S.A.	-	-	-	-	184	-	184
Ensitrans, A.E.I.E.	-	85.450	-	-	-	-	85.450
Otlis, A.C.E.	209.238	-	-	-	-	-	209.238
Total	209.238	2.513.069	250.000	860.006	1.016.501	414.838	5.263.652



Saldos Devedores 2005	Cientes, Conta Corrente	Outros Devedores	Emp. do grupo e Participadas - Curto e Médio /Longo Prazo	Acréscimo de Proveitos (Nota 50)	IRC - Retenções na Fonte (Nota 28)	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
Ferconsult, S.A.	-	3.634.083	150.000	1.084.111	593.562	343.043	5.804.799
Metrocom, S.A.	-	534.862	-	-	226.079	-	760.941
Publimetro, S.A.	-	665.135	-	-	-	-	665.135
Fernave, S.A.	419	-	3.366.699	-	-	-	3.367.118
Ensitrans, A.E.I.E.	-	82.039	-	-	-	-	82.039
Asser, A.C.E.	760	-	-	-	-	-	760
Otlis, A.C.E.	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.179	4.916.119	3.516.699	1.084.111	819.641	343.043	10.680.792

Saldos Credores 2006	Fornecedores, Conta Corrente	Fornecedores de Imobilizado, Conta Corrente	IRC - Retenções na Fonte	Total
Ferconsult, S.A.	-	3.954.461	-	3.954.461
Fernave, S.A.	7.136	-	-	7.136
Ensitrans, A.E.I.E.	-	105.666	27	105.693
GIL, S.A.	226.138	-	-	226.138
Otlis, A.C.E.	247.230	-	2	247.232
Trem, A.C.E.	-	-	41	41
Total	480.504	4.060.127	70	4.540.701

Saldos Credores 2005	Fornecedores, Conta Corrente	Fornecedores de Imobilizado, Conta Corrente	IRC - Retenções na Fonte	Empresas Participadas	Total
Ferconsult, S.A.	-	8.896.523	-	-	8.896.523
Metrocom, S.A.	4.235	-	-	-	4.235
Fernave, S.A.	5.193	-	-	-	5.193
Ensitrans, A.E.I.E.	-	105.666	-	-	105.666
Asser, A.C.E.	536	-	-	-	536
GIL, S.A.	222.215	-	-	-	222.215
Otlis, A.C.E.	-	-	2	8.060	8.062
Trem, A.C.E.	-	-	41	-	41
Total	232.179	9.002.189	43	8.060	9.242.471

Transações 2006	Prestações de Serviços	Proveitos Suplementares	Acréscimo de Proveitos	Outros Devedores e Credores	Proveitos Extraordinários (Nota 46)	Proveitos Financeiros
Ferconsult, S.A.	82.448	154.282	903.983	62.536	-	-
Metrocom, S.A.	-	19.902	1.751.460	29.970	-	-
Publimetro, S.A.	1.580.544	67.278	-	-	-	-
Fernave, S.A.	-	-	-	1.250	4.000	666
Asser, A.C.E.	-	-	-	628	-	-
Otlis, A.C.E.	417.506	-	43.505	2.255	-	-
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	2.819	-	-
Total	2.080.498	241.462	2.698.948	99.458	4.000	666

Transacções 2005	Prestações de Serviços	Proveitos Suplementares	Acréscimo de Proveitos	Outros Devedores e Credores	Proveitos Extraordinários (Nota 46)	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	Proveitos Financeiros
Ferconsult, S.A.	26.161	203.596	789.667	74.761	531.377	-	-
Metrocom, S.A.	-	32.132	1.527.531	21.631	-	-	-
Publimetro, S.A.	1.536.000	85.308	71.341	-	-	-	-
Fernave, S.A.	-	-	-	-	-	-	419
Asser, A.C.E.	-	54	-	61	-	1.426	-
Ensitrans, A.E.I.E.	-	68.285	75.582	2.251	25.654	-	-
Total	1.562.161	389.375	2.464.121	98.704	557.031	1.426	419

Transacções 2006	Imobilizado em Curso	Fornecimentos e Serviços Externos	Custos Diferidos	IRC - Retenções na Fonte	Imobilizado Corpóreo	Empresas Associadas	Outros Devedores e Credores
Ferconsult, S.A.	7.474.742	150.657	162.683	174.984	736.890	-	-
Metrocom, S.A.	-	4.500	-	-	-	-	-
Fernave, S.A.	1.620	111.170	-	184	-	-	-
GIL, S.A.	-	373.781	-	-	-	-	-
Otlis, A.C.E.	-	10.117	-	-	-	8.060	334.299
Total	7.476.362	650.225	162.683	175.168	736.890	8.060	334.299

Transacções 2005	Imobilizado em Curso	Fornecimentos e Serviços Externos	Custos Extraordinários	IRC - Retenções na Fonte	Imobilizado Corpóreo	Empresas do Grupo	Custos com Pessoal
Ferconsult, S.A.	12.972.682	294.954	-	730.054	-	-	-
Metrocom, S.A.	-	6.000	-	-	-	-	-
Fernave, S.A.	9.901	120.864	-	-	-	22.879	3.897
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	-	88.659	-	-
Asser, A.C.E.	-	97.159	29	-	-	-	-
GIL, S.A.	-	368.994	-	-	-	-	-
Total	12.982.583	887.971	29	730.054	88.659	22.879	3.897

21. Ajustamentos aos Valores dos Activos Circulantes

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

	Saldo Inicial	Aumento	Reversão	Saldo Final
Ajustamentos para depreciação de existências (Nota 22)	356.985	119.682	-	476.667
	356.985	119.682	-	476.667
Ajustamentos para cobranças duvidosas:				
Para clientes de cobrança duvidosa (Nota 23)	324.602	-	-237.246	87.356
Para outros devedores (Nota 23)	3.241.037	68.371	-94	3.309.314
Receita Carris/DGTT (Nota 23)	233.649	-	-	233.649
	3.799.288	68.371	-237.340	3.630.319
	4.156.273	188.053	-237.340	4.106.986



22. Existências

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo desta rubrica era composta como segue:

	2006	2005
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Materiais	3.046.532	2.568.814
Ferramentas	25.579	26.886
Produtos de limpeza	12.429	15.430
Material de escritório	3.144	13.811
Combustíveis	22.042	25.153
Outros materiais	105.890	261.292
	3.215.616	2.911.386
Provisão para depreciação de existências (Nota 21)	-476.667	-356.985
	2.738.949	2.554.401

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Empresa não tinha existências à guarda de terceiros. Não existiam, naquelas datas, existências em trânsito e à consignação.

23. Dívidas de Cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a € 3.630.319 e € 3.799.288, respectivamente, incluídas nas rubricas de clientes de cobrança duvidosa e outros devedores nos montantes de € 87.356 e € 3.542.963, em 31 de Dezembro de 2006, respectivamente, e € 324.602 e € 3.474.686 em 31 de Dezembro de 2005, respectivamente, e encontram-se totalmente provisionadas (Nota 21).

25. Dívidas Activas e Passivas com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas relacionadas com o pessoal:

	2006	2005
Dívidas activas (Nota 49)	700.858	634.267
Dívidas passivas (Nota 49)	468.929	453.045

28. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram como segue:

	2006		2005	
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.440.754	-	14.510.856	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1.472.845	32.391	946.837	33.423
Contribuições para a Segurança Social	-	1.257.021	-	1.218.238
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	723.423	-	737.680
Outros	-	188.575	-	192.088
	9.913.599	2.201.410	15.457.693	2.181.429

29. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, existiam as seguintes dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos:

	2006	2005
Fornecedores de imobilizado (Nota 15)	112.382.922	130.688.682
Dívidas a instituições de crédito (Nota 48)	1.309.361.679	1.387.240.612
Outros empréstimos obtidos (Nota 48)	438.656.839	46.388.206
	1.860.401.440	1.564.317.500

31. Compromissos Financeiros Assumidos e Não Incluídos no Balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efectuar o pagamento de benefícios aos seus empregados activos e pré-reformados até à idade de reforma pela Segurança Social, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração de resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram registados encargos de saúde no montante de € 1.153.588 (Notas 3. g) e 52) para a totalidade dos empregados da Empresa, correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício.

b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de € 206.230.692 (Nota 15) e € 226.132.966, respectivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de € 279.228.124 (Nota 15). Conforme referido na Nota 15, a Empresa tem responsabilidades com contratos de leasing operacional celebrados com o Trem, A.C.E. e o Trem II, A.C.E., e que resultaram na alienação por parte da Empresa de várias unidades triplas de tracção a esses A.C.E.'s, no âmbito de uma operação de titularização daqueles activos. Dado que estes A.C.E.'s se configuram como veículos constituídos unicamente para esta operação e atendendo às disposições contabilísticas relativamente a estas operações, os activos e passivos dos A.C.E.'s são consolidados nas demonstrações financeiras do grupo (Nota 16).



32. Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a € 261.331.096 e € 432.377.652, respectivamente, e estão, essencialmente, relacionadas com os contratos de financiamentos e processos judiciais em curso.

34. Movimento Ocorrido nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo Inicial	Aumento	Redução (Nota 46)	Utilização	Saldo Final
Provisões para pensões (Nota 51)	179.527.136	3.808.443	-	-	183.335.579
	179.527.136	3.808.443	-	-	183.335.579
Provisões para riscos e encargos:					
Para processos judiciais em curso	226.651	-	-160.109	-	66.542
Juros a liquidar	261.881	-	-	-	261.881
Suprimentos Fernave	3.343.820	-	-	-3.343.820	-
Despesas com o pessoal	142.971	-	-	-	142.971
	3.975.323	-	-160.109	-3.343.820	471.394
	183.502.459	3.808.443	-160.109	-3.343.820	183.806.973

A Empresa no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 procedeu à utilização directa do ajustamento sobre os suprimentos concedidos à Fernave em anos anteriores, no montante de € 3.343.820, em resultado da decisão tomada em Assembleia Geral desta empresa, realizada em 20 de Dezembro de 2006, onde foi deliberado, utilizar estes suprimentos para cobertura parcial das perdas acumuladas daquela empresa.

37. Detentor do Capital

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital estatutário, cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a € 603.750.000, é detido na totalidade pelo Estado Português. Em 31 de Dezembro de 2006, encontra-se por realizar o montante de € 30.120.397 decorrente do aumento de capital efectuado em 27 de Dezembro de 2001.

40. Variação nas Rubricas de Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Saldo Final
Capital	603.750.000	-	-	603.750.000
	603.750.000	-	-	603.750.000
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas:				
Ajustamentos de transição	21.306	-	-	21.306
Outras variações de capitais próprios	113.271	-	-	113.271
	134.577	-	-	134.577
Reservas de reavaliação:				
Imobilizado não financiado pelo Estado	37.234.075	-	-	37.234.075
Imobilizado financiado pelo Estado (Notas 10 e 13)	199.062.008	-	-	199.062.008
	236.296.083	-	-	236.296.083
Reservas legais:				
Reserva geral	14.398	-	-	14.398
Reserva para remissão de capitais investidos	7.199	-	-	7.199
Reserva para investimentos (Nota 10)	608.121.086	14.455.944	-	622.577.030
	608.142.683	14.455.944	-	622.598.627
Outras reservas livres	95.516.084	-	-	95.516.084
Resultados transitados	-1.184.573.806	-	-162.034.950	-1.346.608.756
Resultados líquidos do exercício	-162.034.950	-146.943.679	162.034.950	-146.943.679
	-1.251.092.672	-146.943.679	-	-1.398.036.351
Total	197.230.671	-132.487.735	-	64.742.936

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, na rubrica de reserva para investimentos, corresponde ao subsídio atribuído ao abrigo do PIDDAC, no montante de € 5.306.726, ao subsídio atribuído pelo Fundo de Coesão de € 9.024.753 e ao subsídio atribuído pelo FEDER para o Metro Ligeiro de Superfície, no montante de € 124.465, contabilizados no exercício para financiamento de ILD's (Nota 3.n)).

A rubrica "Outras reservas livres" inclui o montante de € 93.999.764 decorrente da assumpção, em anos anteriores, de passivos da Empresa por parte do Estado Português relacionados com o imobilizado financiado pelo Estado (Nota 10).



41. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios de 2006 e 2005, foi determinado como segue:

	2006 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2005 Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	2.911.386	2.880.564
Compras	2.458.626	1.421.602
Regularização de existências	122.248	49.987
Existências finais	-3.215.616	-2.911.386
Custos no exercício	2.276.644	1.440.767

43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Gerência e Comissão de Fiscalização no exercício de 2006 ascenderam a € 464.290 e € 46.575, respectivamente, (€ 397.684 e € 44.199, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2005), registados na demonstração de resultados do exercício na rubrica “Custos com o pessoal” (Nota 52).

44. Vendas e Prestações de Serviços

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as vendas e as prestações de serviços foram efectuadas na sua totalidade no mercado nacional e distribuem-se como segue:

	2006	2005
Vendas:		
Sucatas	11.929	30.769
	11.929	30.769
Prestações de serviços:		
Receitas de tráfego	51.025.601	46.435.901
Serviços secundários	5.251.750	4.817.183
Outros	799	296
	56.278.150	51.253.380
	56.290.079	51.284.149

45. Demonstrações de Resultados Financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	2006	2005
Custos e Perdas		
Juros suportados	65.538.096	72.713.514
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	300.382	66.552
Amortizações em investimentos de imóveis (Nota 10)	71.134	71.134
Diferenças de câmbio desfavoráveis	11.316	16.423
Outros custos e perdas financeiras	3.574.807	3.500.087
	69.495.735	76.367.710
Resultados financeiros	-68.252.098	-75.271.722
	1.243.637	1.095.988
Proveitos e Ganhos		
Juros obtidos	2.570	1.219
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	397.718	536.604
Rendimentos de imóveis	23.777	23.756
Diferenças de câmbio favoráveis	3.599	111
Descontos de pronto pagamento obtidos	41	155
Outros proveitos e ganhos financeiros	815.932	534.143
	1.243.637	1.095.988

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de “Juros suportados”, inclui encargos financeiros no montante de € 4.886.290 relacionados com contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 53). Inclui igualmente os encargos financeiros relativos a ILD's em exploração, incorridos no exercício no montante de € 37.976.373. A Empresa no decorrer do exercício de 2006 procedeu à renegociação das taxas de juro de alguns empréstimos, o que permitiu que os encargos com juros diminuíssem no montante de € 7.175.418 no corrente exercício, apesar de a dívida bancária ter aumentado, quando comparado com o exercício anterior.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica de “Outros custos e perdas financeiras”, inclui encargos no montante de € 3.381.618, relacionados com taxas de aval de diversos financiamentos obtidos.

A rubrica de “Outros proveitos e ganhos financeiros” inclui o montante de € 446.629 relativos às amortizações das mais-valias das 14 UT's e 24 UT's, cujo montante a 31 de Dezembro de 2006 ascendeu a € 250.922 (Nota 53) e € 195.707 (Nota 53), respectivamente.



46. Demonstrações de Resultados Extraordinários

Os resultados extrardinários nos exercícios de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	2006	2005
Custos e Perdas		
Donativos	909.033	900.194
Perdas em existências	59.713	7.289
Perdas em imobilizações	3.689	2.258
Multas e penalidades	430	334
Correcções relativas a exercícios anteriores	195.968	249.276
Outros custos e perdas extraordinários	546.750	132.064
	1.715.583	1.291.415
Resultados Extraordinários	-1.177.227	-474.976
	538.356	816.439
Proveitos e Ganhos		
Ganhos em existências	110.047	21.415
Ganhos em imobilizações	90.857	62.371
Benefícios de penalidades	20.749	1.428
Redução das provisões (Nota 34)	160.109	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	153.337	730.687
Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.257	538
	538.356	816.439

48. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2006, as dívidas a instituições de crédito tinham a seguinte composição:

	Taxa de Juro %	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
Financiamentos bancários:			
Banco Português de Investimento	3,7730	54.150.799	-
Banco Português de Investimento	3,6640	-	50.000.000
Millenium BCP	3,9440	3.371.502	-
Millenium BCP	4,2500	12.469.947	-
BNP Paribas	3,7200	100.000.000	-
BNP Paribas	2,3351	-	50.000.000
Caixa Banco de Investimento	3,5380	50.000.000	-
BES Investimento	3,8530	-	50.000.000
Caixa Banco de Investimento	3,6520	-	100.000.000
BES I + BCP I + BPI	3,6661	-	100.000.000
Barclays Bank	3,9440	-	125.000.000
Caja Madrid	4,2150	25.000.000	12.500.000
ABN AMRO Bank N.V.	1,2000	-	300.000.000
Banco Europeu de Investimento	1,6193	3.000.000	30.822.150
Banco Europeu de Investimento	0,5824	8.950.000	44.599.737
Banco Europeu de Investimento	2,4362	12.455.283	193.045.444
Banco Europeu de Investimento	2,6774	4.987.979	59.855.748
Banco Europeu de Investimento	1,9170	-	53.038.843
Banco Europeu de Investimento	2,4900	6.650.639	86.458.302
Banco Europeu de Investimento	2,2320	-	124.699.474
Banco Europeu de Investimento	2,0053	-	74.819.685
Banco Europeu de Investimento	2,8700	1.828.926	53.038.843
Banco Europeu de Investimento	2,9440	-	169.591.285
Banco Europeu de Investimento	1,1440	-	150.000.000
Banco Europeu de Investimento	-0,5435	-	80.000.000
Banco Europeu de Investimento	2,8600	-	80.000.000
		282.865.075	1.987.469.511



Os empréstimos bancários classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de amortizações:

Ano	Montante
2008	102.201.752
2009	89.701.752
2010	189.701.752
2011	296.502.576
2012 e seguintes (Nota 29)	1.309.361.679
	1.987.469.511

Em 31 de Dezembro de 2006 os empréstimos por obrigações tinham a seguinte composição:

Empréstimos por Obrigações	Taxa de Juro %	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
Emissão Metro/95	3,6398	37.932.333	-
Emissão "Private Placement"	3,4121	7.731.368	69.582.307
Emissão Metro - 2026	1,3917	-	400.000.000
		45.663.701	469.582.307

O empréstimo por obrigações emitido em 1995 tem um prazo de 12 anos, sendo reembolsado de uma só vez, ao par, em 2007.

A taxa de juro corresponde à média aritmética das taxas euribor a 6 meses verificadas nos 5 dias úteis anteriores ao antepenúltimo dia útil do período semestral de contagem de juros anteriores, acrescida de 0,3 pontos percentuais.

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 7 de Outubro de 1996 por um período de 20 anos, com Swap USD/PTE para o montante total final de emissão e com garantia de uma entidade com notação de "Rating Aaa/AAA". O reembolso é feito em 20 pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida e a taxa de juro é fixa. Em 31 de Dezembro de 2006 este empréstimo por obrigações tem uma parte a vencer-se em 2007 no montante de € 7.731.368 e a restante parte classificada em médio e longo prazo com o seguinte plano de amortizações:

Ano	Montante
2008	7.731.367
2009	7.731.367
2010	7.731.367
2011	7.731.367
2012 e seguintes (Nota 29)	38.656.839
	69.582.307

O empréstimo por obrigações "Metro-2026", foi contraído em 4 de Dezembro de 2006 por um período de 20 anos, "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal da República Portuguesa (Nota 29). A lei aplicável é a portuguesa, à excepção do "subscription agreement" que é regido pela lei inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

49. Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo	
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Parque Expo'98	7.980.766	7.082.930	-	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses E.P.	1.320.098	-	-	-
Pessoal (Nota 25)	700.858	468.929	-	-
Câmara Municipal Barreiro – Juros de Mora	1.589.803	-	-	-
Câmara Municipal Barreiro – Serv. Municipalizados	717.409	-	-	-
Rodoviária de Lisboa S.A.	3.016.989	36.674	-	-
Câmara Municipal de Lisboa	31.277	-	423.105	-
Companhia Carris de Ferro de Lisboa S.A.	1.542.558	6.117.162	-	-
REFER – Rede Ferroviária Nacional	280.368	-	-	-
FERTAGUS – Travessia do Tejo Transportes S.A.	318.316	-	-	-
Transtejo	84.148	-	-	-
Outros credores c/Estado	-	-	-	497.787
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 16)	2.513.069	-	-	-
Subsídios a receber	38.069.682	663.159	-	-
Outros	1.296.257	-	-	-
	59.461.598	14.368.854	423.105	497.787

Em 17 de Agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. (“Parque Expo'98”) no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha e respectivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de € 9.975.958 seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de € 1.995.192, € 2.493.989, € 2.493.989 e € 2.992.788, respectivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um proveito diferido no montante de € 9.975.958. Até 31 de Dezembro de 2006 da compensação total a Empresa recebeu o valor de € 1.995.192 relativo à parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de “Outros devedores” o montante de € 7.980.766.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha e respectivas estações a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do proveito relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre Maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início à exploração desta linha).

Em 29 de Setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria à Parque Expo'98 a importância de € 7.082.930 a título de expropriação da área indispensável à implementação e construção da estação de metro “Gare do Oriente”, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da Linha do Oriente e respectivas estações o montante de € 7.082.930 e registou uma conta a pagar na rubrica de “Outros credores”, pelo mesmo montante.

O montante de € 38.069.682 é relativo a subsídios a receber do FEDER e do Fundo de Coesão, nos montantes de € 7.622.305 e € 30.447.377, respectivamente, respeitantes a investimentos realizados pela Empresa nos exercícios de 2005 e 2006 e cujos processos de candidatura foram entregues nesses exercícios. A Empresa reconheceu este montante por contrapartida da rubrica de “Reserva para investimentos” (Nota 40).



50. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2006	2005
Acréscimos de Proveitos:		
Juros a receber	447	11
Empresas do grupo (Nota 16)	860.006	1.084.111
Receitas de tráfego	627.199	-
Outros	201.166	184.907
	1.688.818	1.269.029
Custos Diferidos:		
Seguros	88.345	122.697
Despesas financeiras	1.488.561	1.241.187
Encargos com contratos de leasing (Nota 53)	3.196.516	3.396.631
Encargos com financiamento	6.959.424	6.306.675
Descontos de emissão de obrigações	1.141.349	335.440
Trabalhos por conta de terceiros	23.861.563	23.684.931
Conservação plurianual	1.164.825	1.359.015
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota 3.o))	119.320	130.168
Contratos de assistência técnica	20.893	4.851
Encargos com pensões (Nota 51)	39.590.363	41.919.208
Outros	261.303	350.553
	77.892.462	78.851.356

	2006	2005
Acréscimos de Custos:		
Férias, subsídios de férias e respectivos encargos sociais	8.567.551	8.243.049
Juros vencidos e não pagos	7.983.279	13.086.747
Rendas de locação operacional (Nota 53)	3.759.140	2.994.634
Outros	1.176.448	2.354.819
	21.486.418	26.679.249
Proveitos Diferidos:		
Subsídios para investimentos	40.486.544	43.875.634
Contratos de leasing – mais-valias diferidas (Nota 53)	69.662.945	74.543.602
Outros	405.240	61.873
	110.554.729	118.481.109

A rubrica “Custos diferidos – Despesas financeiras” no montante de € 1.488.561 refere-se aos custos financeiros incorridos com a contratação de empréstimos bancários, e que são diferidos de acordo com o período temporal dos empréstimos.

A rubrica “Custos diferidos – Encargos com contratos de leasing”, no montante de € 3.196.516, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação financeira e operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período dos respectivos contratos.

A rubrica “Custos diferidos – Encargos com financiamento” inclui, essencialmente, o montante de € 5.828.719 referente ao valor pago antecipadamente relativamente à totalidade do spread do empréstimo bancário do ABN no montante de € 300.000.000 (Nota 48) e que se encontra a ser diferido de acordo com o período temporal desse empréstimo.

A rubrica “Custos diferidos – Trabalhos por conta de terceiros” inclui, essencialmente, os montantes de € 11.392.773 e € 9.334.508 relativos a obras efectuadas pela Empresa por conta da Transtejo e da Câmara Municipal de Lisboa, respectivamente.

A rubrica “Proveitos diferidos – Subsídios para investimentos”, no montante de € 40.486.544, inclui os valores atribuídos no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, para financiar investimentos efectuados pela Empresa relacionados com o plano de expansão da rede. Os subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados, na rubrica de “Outros proveitos e ganhos operacionais”, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas (Nota 3.n)).

51. Pensões

Conforme referido na Nota 3.f), a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice e invalidez, pré-reforma e pensões de sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2006, o número de empregados activos, pré-reformados e reformados/pensionistas ascendia a 1.501, 26 e 1.152, respectivamente (1.536, 35 e 1.124 em 31 de Dezembro de 2005).

Aquelas prestações correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2005, a Empresa acordou com Organizações Sindicais e ficou vertido no acordo de empresa que todos os trabalhadores admitidos após 31 de Dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

De acordo com estudos actuariais elaborados por uma entidade independente, o valor actual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no activo, pré-reformados e reformados foi estimado em:

	2006	2005
Trabalhadores activos	43.347.791	41.298.635
Pré-reformados	4.868.802	7.027.659
Reformados	135.118.986	131.200.842
	183.335.579	179.527.136



O estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2006 foi efectuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e actuariais:

Tábuas de mortalidade	TV 73/77 – França
Tábuas de invalidez	EVK 80 – Suíça
Taxa média de crescimento dos salários	2,5%
Taxa média anual de rendimento do fundo	6%
Taxa média anual de crescimento de pensões	2%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	5%

As responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de € 183.335.579, em 31 de Dezembro de 2006 encontram-se registadas no passivo na rubrica “Provisões para pensões” (Nota 34). As responsabilidades em 31 de Dezembro de 2006 relativas aos actuais empregados e por amortizar, no montante de € 39.590.363, encontram-se registadas na rubrica “Custos diferidos – encargos com pensões” (Nota 50). Estão a ser amortizadas em 23 anos, correspondendo ao período médio estimado de vida laboral remanescente dos empregados.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica de “Custos com o pessoal – Pensões” (Nota 52) inclui os seguintes custos com pensões de reforma:

	2006	2005
Aumento das responsabilidades com pensões no exercício (Nota 34)	3.808.443	11.796.374
Pagamento de pensões no exercício, sem utilizar a provisão	9.408.245	8.448.074
Amortização das responsabilidades dos activos	2.328.845	2.328.845
Custo com Pensões no Exercício	15.545.533	22.573.293

O aumento das responsabilidades com reformados observado em 2005, deve-se, essencialmente, à passagem à reforma no exercício de 94 empregados com cerca de 55 anos de idade e mais de 30 anos de serviço.

Em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

52. Custos com o Pessoal

Esta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, tem a seguinte composição:

	2006	2005
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 43)	510.865	441.883
Remunerações do pessoal	51.636.277	51.200.015
Pensões (Nota 51)	15.545.533	22.573.293
Encargos sociais	12.099.813	11.322.227
Prémios de seguro de saúde (Nota 31)	1.153.588	1.122.673
Outros custos com pessoal	1.750.097	2.523.854
	82.696.173	89.183.945

53. Fornecedores de Imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de fornecedores de imobilizado, conta corrente inclui as rendas vincendas de contratos de locação financeira no montante de € 206.230.692 (Nota 15) e as contas a pagar por obras de expansão da rede.

Em 29 de Dezembro de 1995 e em 30 de Dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT Leasing GmbH, dois contratos de leasing, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tracção (UT's), respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2006, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a € 108.144.935 (Nota 15) (€ 98.905.344 classificados a médio e longo prazo e € 9.239.591 a curto prazo).

Em 31 de Dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT's de material circulante da série ML95, pelo montante de € 124.699.474 e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de Janeiro de 1999. Em 31 de Dezembro de 2006, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a € 86.997.920 (Nota 15).

A operação foi organizada e estruturada pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pelo D'Accord Financial Service, Inc. e financiada pela Caixa Geral de Depósitos. Esta operação foi autorizada pelo Despacho Conjunto n.º 911-A/98, de 22 de Dezembro de 1998, dos Ministérios das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Em 15 de Dezembro de 2003, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira com o TOTTA - Crédito Especializado, S.A., relacionado com o equipamento de fecho da rede, pelo montante de € 29.516.500, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 5 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 3 meses, acrescida de 0,30%. Em 31 de Dezembro de 2006, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a € 11.087.837 (Nota 15).



Relacionadas com as operações mencionadas, incluindo os contratos de locação operacional, foram registadas as seguintes transacções, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e encontram-se registados os seguintes saldos, àquela data:

Custos diferidos com comissões e honorários de entidades envolvidas nas operações (Nota 50)	3.196.516
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia originada no contrato referente às 14 UT's (Nota 50)	2.258.299
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia originada no contrato referente às 24 UT's (Nota 50)	2.446.335
Acréscimo de custos pela periodificação de encargos financeiros referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a pagar em 2007	771.873
Amortização da mais-valia originada no contrato referente às 14 UT's (Nota 45)	250.922
Amortização da mais-valia originada no contrato referente às 24 UT's (Nota 45)	195.707
Juros e outros custos financeiros suportados (Nota 45)	4.886.290
Custos suportados com a taxa de aval	465.902
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2000 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 18 unidades triplas de tracção da série ML97 (Nota 50)	18.950.188
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2001 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 19 unidades triplas de tracção da série ML97 (Nota 50)	29.657.386
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2002 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 19 unidades triplas de tracção da série ML99 (Nota 50)	16.350.737
Acréscimo de custos pela periodificação de rendas de locação operacional, dos contratos relativos a 18 e 19 unidades triplas de tracção da série ML97 (Nota 50)	3.759.140
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 18 unidades triplas de tracção da série ML97	1.372.286
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 19 unidades triplas de tracção da série ML97	1.977.162
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 19 unidades triplas de tracção da série ML99	1.009.837
Encargos registados em fornecimentos e serviços externos - rendas e alugueres, relativos aos contratos de locação operacional	12.881.396

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os proveitos relativos às operações US Cross Border Lease (NPV) estão registados na rubrica "Outros proveitos e ganhos operacionais", por estarem relacionados com as operações de leasing operacional e ascendem a € 609.135. Adicionalmente, o reconhecimento em 2006 das amortizações das mais-valias originadas nos contratos de locação operacional referente a 18 e 19 unidades triplas de tracção da série ML97 e 19 unidades triplas de tracção da série ML99, nos montantes de € 1.372.286, € 1.977.162 e € 1.009.837, foram registados na rubrica de "Outros proveitos e ganhos operacionais".

54. Responsabilidades em Contencioso

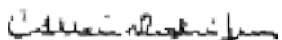
Em 31 de Dezembro de 2006, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de € 134.478.285, os quais referem-se essencialmente a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de Dezembro de 2006, a empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, não tendo sido registada, naquela data, qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que caso aquelas indemnizações sejam pagas as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Imobilizações corpóreas de ILD’s”. Durante o exercício de 2006, a Empresa assumiu indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede, através de prestações pecuniárias e em espécie (trabalhos), respectivamente, no montante de € 1.301.578 e € 617.777, as quais foram registadas no balanço na rubrica de “Imobilizações corpóreas financiadas pelo Estado”.

55. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 com as rubricas do balanço:

Numerário	73.481
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	231.352
Caixa e seus Equivalentes	304.833
Disponibilidades Constantes do Balanço	304.833

O Técnico Oficial de Contas




Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência



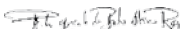
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis



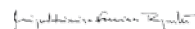
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette





Parecer da Comissão de Fiscalização

No cumprimento das disposições legais e das normas estatutárias da empresa, nomeadamente do seu artigo 21º, compete à Comissão de Fiscalização do Metropolitano de Lisboa, E.P. emitir o seu Parecer sobre o Relatório do Conselho de Gerência e Contas, relativos ao exercício de 2006, que, previamente, lhes sejam submetidos para apreciação.

Concretizando este objectivo, entende a Comissão, como vem sendo habitual, dever também realçar, embora sucintamente, os aspectos mais relevantes que julga fundamentais para o entendimento do Parecer que está obrigada a emitir.

1 – Actividade Desenvolvida

1.1 – Pela Comissão de Fiscalização

Ao longo do ano, no cumprimento das suas atribuições e no acompanhamento dinâmico da gestão e da actividade da Empresa, a actividade da Comissão de Fiscalização não se restringiu apenas, à apreciação formal da exactidão e variação das contas. Acompanhou, também, os actos mais importantes da gestão do Metropolitano, de que teve conhecimento, reportando então as suas opiniões, quer quantitativa quer qualitativamente, nos Relatórios Trimestrais que elaborou e endereçou superiormente às entidades tutelares.

Nessa conformidade, a Comissão de Fiscalização instituiu, como metodologia de trabalho o acompanhamento muito próximo e regular de toda actividade da Empresa, inteirando-se sistematicamente do conteúdo de relatórios, actas da Administração e outros documentos de trabalho periódicos, emitidos pelos serviços operacionais, que lhe foram dirigidos. Esta metodologia veio sendo reforçada, face às exigências do crescendo de actividade operacional do ML, como muito particularmente, também, tendo em conta o considerável número de empreitadas e obras públicas levadas a cabo pela Empresa .

Em síntese, sendo o Metropolitano de Lisboa, uma Empresa Pública que gere vultuosos recursos públicos, deve a sua gestão ser pautada pelo rigor e contenção das despesas, assegurando, em qualquer circunstância a qualidade do serviço público de excelência que deve prestar aos seus clientes, princípios que esta Comissão teve sempre presentes na apreciação contínua dos critérios de gestão ML.



1.2 – Pelo Metropolitano de Lisboa

Apesar de o Relatório Anual de Gestão da responsabilidade do Conselho de Gerência, referir com clareza a forma como decorreu a actividade do Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2006, entende mesmo assim a Comissão de Fiscalização para enquadramento objectivo do seu Parecer, fundamentalmente, pela importância e influência que tiveram no desempenho global da Empresa e, nos resultados do exercício, dever realçar os seguintes aspectos:

- Durante 2006, não se verificaram alterações significativas na rede do Metropolitano de Lisboa, composta por quatro linhas e 48 Estações e estende-se por cerca de 36 km. Espera-se que a curto prazo, com os actuais investimentos em curso, passará a dispor de 57 Estações e 45 km de linhas;
- Por circunstâncias estranhas à Empresa – encerramento do túnel ferroviário do Rossio – manteve-se a impossibilidade, durante o exercício, de concretizar, totalmente, o sistema “fecho da rede”, projecto fundamental, não só para a eliminação de fraudes como para o conhecimento do número real de clientes. Esta circunstância, continuou a acarretar elevados prejuízos para o ML;
- Apesar de terem sido elaborados alguns estudos sobre a matéria, continua a colocar-se, com pertinência, a questão da eventual desajustada repartição das receitas provenientes dos passes sociais e títulos intermodais entre os diversos operadores;
- Iniciaram-se as demarches necessárias, com vista à Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da área da Exploração Comercial do ML pela Norma ISO 9000 – 2001, importante medida qualitativa sobre os meios postos à disposição dos clientes;
- Deu-se seguimento à elaboração do Relatório de Sustentabilidade do ML, importante documento com vista à definição das suas opções estratégicas em matéria de desenvolvimento sustentável;
- A oferta de transporte disponibilizada pelo ML durante 2006, medida em lugares por km decresceu 1,03%, a que correspondeu também um decréscimo de cerca 1,5 milhões de passageiros (- 0,8% do que o verificado no ano anterior);
- Verificou-se um decréscimo da procura real em cerca de 0,8% do número de passageiros x km transportados, mantendo-se porém em 4,65 km, o percurso médio por passageiro verificado no ano anterior;
- Em matéria de investimentos a Empresa realizou cerca de 54,2 milhões de euros, representando apenas 28,4% do investimento programado, sendo de assinalar que cerca de 49,7 milhões de euros foram despendidos na construção de Infra-estruturas de Longa Duração. Realça-se, que estes valores não incluem “investimentos por conta de terceiros”, os quais têm vindo a crescer em número e valor, sem que, em alguns casos, a empresa seja atempadamente ressarcida dos gastos efectuados, conforme referido nos relatórios dos auditores;
- Ao longo do período, o efectivo médio do ML foi 1.702 activos, mais 4 colaboradores em relação ao mesmo indicador do ano transacto. Por sua vez, o nível de absentismo, se bem que ainda considerável, desceu em 2006 para 7,7%, retomando a tendência que se vinha a verificar desde 2000;
- Apesar dos esforços realizados, continuam por concretizar as soluções definitivas sobre o aproveitamento futuro das instalações do PMO I em Sete Rios (tendo o ML já ali feito um considerável investimento na instalação provisória da Central de Expressos de acordo com um protocolo com a Câmara de Lisboa); do imóvel sito na Alameda das Linhas de Torres e dos terrenos da envolvente da estação do Campo Grande, processos que importa resolver na salvaguarda dos interesses patrimoniais da empresa.

2 – Situação Económica e Financeira

O Revisor Oficial de Contas e Vogal desta Comissão emitiu a competente Certificação Legal de Contas, o Relatório referente ao exercício de 2006, tendo expresso a “opinião”, as “reservas” e “ênfases” julgadas apropriadas, documentos que, na forma e no seu conteúdo, merecem a total concordância da Comissão de Fiscalização.

De acordo com a Demonstração de Resultados, a empresa apresentou em 2006 um resultado líquido negativo de 147 milhões de euros, inferior em 9,2% ao do ano transacto, explicado do efeito conjugado do aumento dos proveitos e diminuição dos custos, particularmente no acréscimo das receitas de tráfego no âmbito dos proveitos (+10%) e na redução dos custos com as “Pensões” e dos “juros” dos financiamentos.

No entanto, salienta mais uma vez o Órgão fiscalizador, que a continuação de consideráveis resultados negativos em conjugação com as crescentes responsabilidades assumidas com entidades financiadoras, podem vir, a prazo, a criar uma situação desfavorável para a Empresa, uma vez que a continuidade desta, nas actuais condições, encontra-se fortemente dependente da continuação do financiamento por parte do Estado Português.

3 – Parecer

De acordo com o exposto relativo à actividade do Metropolitano de Lisboa, E.P. e às considerações enunciadas nos documentos citados, a Comissão de Fiscalização é de Parecer que:

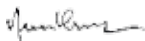
1. O Relatório do Conselho de Gerência encontra-se correctamente elaborado, respeitando as determinações legais e estatutárias e evidenciando com clareza e rigor os aspectos mais relevantes ocorridos na gestão da Empresa, no exercício de 2006.
2. O Balanço e a Demonstração de Resultados Líquidos e o Anexo às Contas, com as reservas e ênfases expressas na Certificação Legal de Contas, mostram de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do ML em 31 de Dezembro de 2006.

Sendo assim, e considerando os factos expostos, a Comissão de Fiscalização do Metropolitano de Lisboa, E.P. emite, formalmente, PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Gerência, bem como às Contas e Demonstrações Financeiras e respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2006, concordando, de igual modo, com a Aplicação de Resultados proposta pelo Conselho de Gerência.

A Comissão de Fiscalização, regista com apreço a colaboração e disponibilidade demonstrada pelo Conselho de Gerência da Metropolitano de Lisboa, E.P., assim como pelos responsáveis pelas Direcções e Serviços e demais colaboradores desta Empresa Pública que, no desempenho das suas funções, teve necessidade de contactar.

Lisboa, 31 de Maio de 2007

A Comissão de Fiscalização



Renato Vieira Campos
Presidente

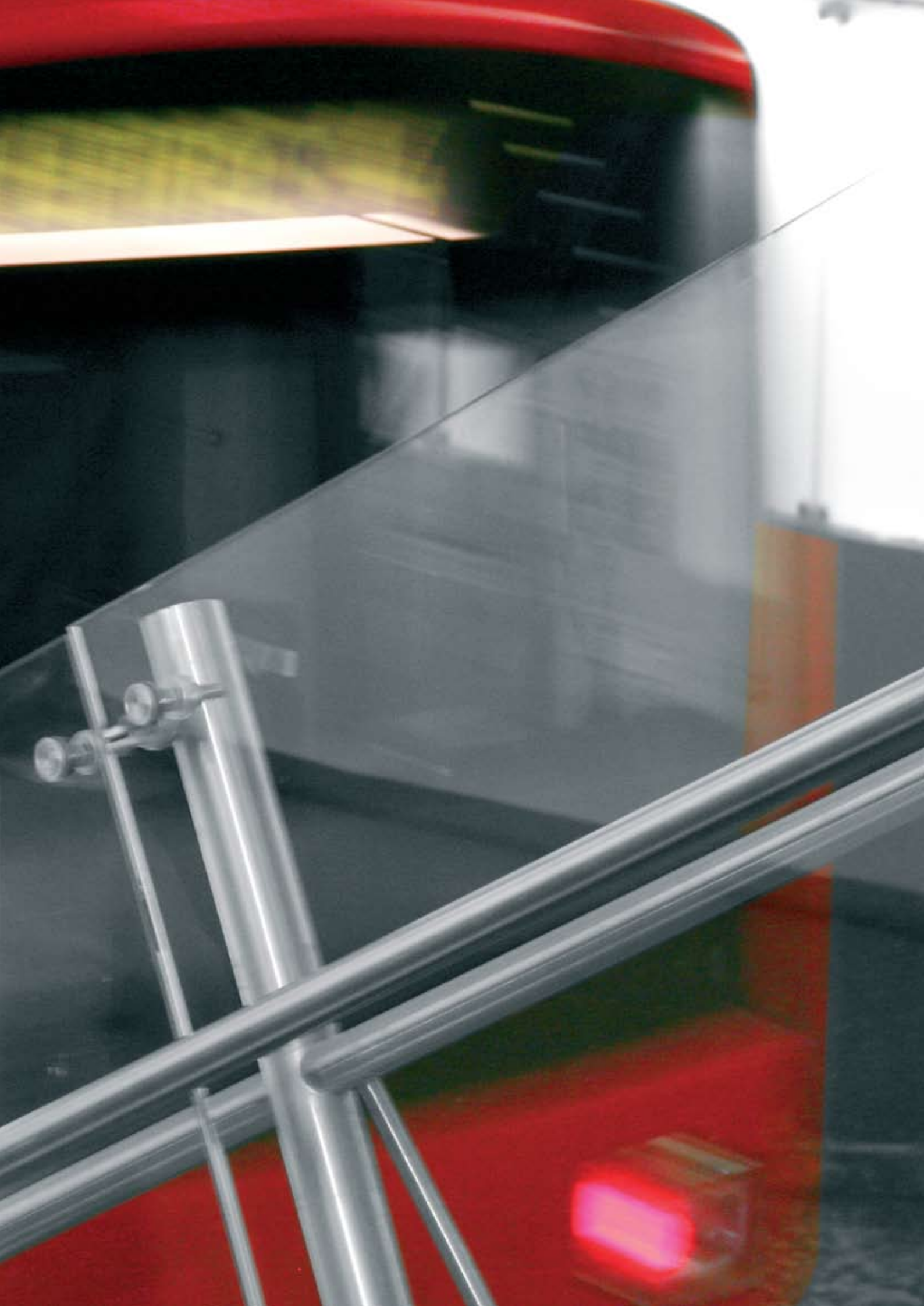


José Martins Reimão
Vogal ROC



Eváristo Branquinho
Vogal





Certificação legal de contas

Introdução

- 1 - Examinámos as demonstrações financeiras anexas do METROPOLITANO DE LISBOA, E.P., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de Balanço de 3.420.989 mil euros e um total de Capital Próprio de 64.743 mil euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 146.944 mil euros), as Demonstrações de Resultados por Naturezas e por Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 - É da responsabilidade do Conselho de Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 - A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 - O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gerência, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do Princípio da Continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

- 6 - Conforme referido nas Notas 3-a)-ii, 3-b)-ii, 3-n), 8, 10, 11 e 14 em Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, continuam a figurar nas demonstrações financeiras valores muito significativos referentes às "Infra-estruturas de Longa Duração" (ILD's) e ao seu financiamento sem que se encontrem definidos os respectivos direitos de propriedade e critérios contabilísticos. Os valores que figuram no Imobilizado referentes a estes ILD's atingem o valor de 2.770 milhões de euros. Assim a clarificação desta situação trará, certamente, alterações significativas às demonstrações financeiras da Empresa que não é possível quantificar neste momento.



7 - Conforme referido na Nota 50 do ABDR, a conta "Trabalhos por conta de Terceiros" apresenta um saldo de 23.862 mil euros, o que representa um aumento em relação ao ano anterior de 177 mil euros. Os valores mais significativos englobados nesta conta são (valores em '000 euros):

Para debitar a	Descrição	2006	2005
	Anteprojecto do Túnel	1.186	1.186
APL	Cais de Sodré	1.188	1.151
CML	Reabilitação do Rossio	8.149	8.149
Refer-CS	Edifício Interface Cais do Sodré	1.497	2.458
Transtejo-CS	Novo Embarcadouro do Cais do Sodré	11.337	10.367

Em Setembro de 2004 foi assinado um protocolo com a Refer sobre este assunto, o qual ficou assim regularizado.

Face a esta situação de indefinição e à antiguidade de alguns destes saldos, parece-nos que a probabilidade do Metro não conseguir cobrar algumas destas quantias total ou parcialmente é muito elevada.

Opinião

8 - Em nossa opinião, exceptuando quanto aos efeitos das situações indicadas nos pontos 6 a 7, as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do METROPOLITANO DE LISBOA, E.P., em 31 de Dezembro de 2006, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

Ênfases

9 - Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para os seguintes factos:

- Em 2006 o resultado de exploração continuou negativo (147 M€), apesar de inferior ao prejuízo de 2005 (-9,3%).
- Em consequência, apesar da contabilização como "Reservas para Investimento" dos subsídios atribuídos para financiamento dos ILD's, que em 2006 atingiram o montante de 14.456 milhares de euros, conforme referido na nota 40 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os capitais próprios desceram para 64.743 milhares de euros, o que representa apenas 10,7% do capital estatutário.
- Por outro lado, continua em curso um plano de expansão da rede que atingirá várias centenas de milhões de euros, financiado em parte por fundos comunitários.
- O Estado Português tem financiado a empresa através de indemnizações compensatórias, de aumentos de capital e outras formas. Contudo, face ao montante dos prejuízos e ao volume dos investimentos, a empresa tem sistematicamente aumentado o valor dos financiamentos remunerados. Assim, a manter-se o actual sistema, a continuidade da empresa está dependente da continuação do financiamento do Estado Português.

10- Conforme se verifica na Nota 16 do ABDR existem empresas associadas e participadas em que se verifica estar perdido mais de metade do capital e, em algumas, a situação líquida é negativa.

Como nalguns casos o funcionamento dessas empresas é fundamental para os sócios parece-nos que o Conselho de Gerência dessas empresas deve propor soluções para a sua viabilização em cumprimento do estipulado no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Provavelmente, em resultado destes processos de viabilização, o Metro terá de suportar prejuízos que neste momento não é possível quantificar.

Salienta-se que neste exercício se procedeu à liquidação da empresa ASSER, A.C.E. e ao saneamento financeiro da Fernave, S.A., através da anulação dos suprimentos e saldos devedores, no montante de 3.343 mil euros em contrapartida da anulação dos ajustamentos constituídos em 2005, e da conta de custos extraordinários no montante de 540 mil euros.

Lisboa, 31 de Maio de 2007

Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC n.º 38



Representado por
José Jorge da Costa Martins Reimão, ROC n.º 309





Ficha técnica

Edição

Metropolitano de Lisboa, E.P.

Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão

Sandra Tavares

Ricardo Antunes

Coordenação

Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão

Mafalda Veiga Alves

Produção

Exploração Comercial

Gabinete de Comunicação e Imagem

Projecto Gráfico

Gabinete de Comunicação e Imagem

Maria João Rodrigues

Imagens

Exploração Comercial

Departamento de Operação de Linhas A e B

Francisco Fiães

Ricardo Almeida

Gabinete de Comunicação e Imagem

Pedro Lopes